

RAQUEL BIANOR DA SILVA

INTELECTUAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES:

possibilidades e limites na construção da hegemonia das
classes subalternas

RECIFE
1997

RAQUEL BIANOR DA SILVA

INTELECTUAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES:
possibilidades e limites na construção da
hegemonia das classes subalternas

*Dissertação apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de MES-
TRE EM SERVIÇO SOCIAL, junto a Uni-
versidade Federal de Pernambuco, sob a
orientação da Professora Dr^a Zélia Maria
Pereira*

Silva, Raquel Bianor da

Intelectuais e movimentos sociais populares:
possibilidades e limites na construção da
hegemonia das classes subalternas / Raquel
Bianor da Silva. - Recife : O Autor, 1997.

140 folhas.

Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal de Pernambuco. CCSA.. Serviço Social,
1997.

Inclui bibliografia e anexo

1. Intelectuais - Conceito. 2. Movimentos
sociais populares. 3. Classes subalternas -
Hegemonia. I. Título.

304

303.484

CDU (2.ed.)

CDD (20.ed.)

UFPE

BC-97-231

INTELECTUAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES:
possibilidades e limites na construção da
hegemonia das classes subalternas

RAQUEL BIANOR DA SILVA

Banca examinadora:

Recife /1997

“Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente.”

Carlos Drummond

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de Mestrado é um trabalho que requer um grau de dedicação de tal ordem que, compulsoriamente, coloca seu autor, como passageiro solitário de uma viagem insólita. No entanto, a despeito desse sentimento de solidão e de isolamento, o profundo diálogo que travamos com outros autores através de suas obras, povoa todo o trajeto - não de figuras etéreas -, mas de pessoas que, ao seu tempo, buscaram conhecer, desvendar, compreender a realidade social.

Exatamente buscando conhecer, desvendar, compreender a realidade - ou melhor, um secção da realidade -, nos lançamos nesta viagem. Chegado o seu fim (ao menos temporariamente!), não poderíamos deixar de agradecer às pessoas e instituições que foram de fundamental importância nessa jornada.

- Inicialmente, agradecemos à prof^a Herlinda B. Oliva, à Milena Raiter, Eline Conserva, Zuleide Araújo, Walter Galindo, Lúcio Mustafá, amigos e companheiros do NUPEP (Núcleo de Pesquisa em Educação Popular - onde tudo começou), pelo incentivo para cursar o Mestrado;
- À Prof^a Alexandra Monteiro, pela extrema solicitude para com as minhas dúvidas e inseguranças no momento da construção do ante-projeto de pesquisa e por sua fraterna amizade;
- À Prof^a Zélia Pereira, por sua disponibilidade para orientar esse trabalho - no momento em que já se encontra aposentada - e por seu senso crítico durante a realização dessa dissertação;

- Ao Profº João Francisco de Souza, mestre e amigo, por seu estímulo constante e pela disponibilidade no acompanhamento deste trabalho;
- Ao Mestrado em Serviço Social e ao CNPq pelo o apoio financeiro, sem o qual, este trabalho não seria possível;
- Às companheiras do mestrado, Alessandra, Inaldete, Cristina, Cláudia, Luciana e Lúcia Gaspar, por compartilharem das alegrias e decepções que vivenciamos durante o mestrado, sempre com determinação e muito *humour*.
- Às amigas, Socorro Araujo e Ana Paula Correia, pela solidariedade e conforto nos momentos mais difíceis;
- A Mário pela competente revisão deste texto e à Sandra, com seu inglês irrepreensível, pela tradução do Resumo.
- À minha mãe e à minha irmã, pela força e pelas “vibrações” positivas;
- À minha tia Maura, pela paciência diante da “bagunça” em que transformei sua sala de visita e pelo ônus da minha falta de recursos financeiros;
- A Ricardo Pimentel, pelo seu inestimável apoio.
- À minha amiga e irmã Elza Mota, que acompanhou, cotidianamente, o processo de construção dessa dissertação, ofertando-me, com sua imensa generosidade, coragem e perseverança para concluí-la. Por sua solidariedade, confiança, carinho, apoio afetivo e material, dedico a você o que por ventura, tenhamos realizado de interessante neste trabalho.

RESUMO

Este estudo versa sobre a relação entre intelectuais e os movimentos sociais populares, numa perspectiva de construção da hegemonia das classes subalternas.

O intuito do trabalho é compreender os principais desafios impostos aos intelectuais que atuam junto aos movimentos sociais populares pelas novas determinações da era globalizada do capital.

A abordagem teórico-metodológica do objeto de estudo dá-se na perspectiva do materialismo histórico e dialético, por reconhecermos nesse referencial uma fonte fecunda para a análise da relação que é o objeto de estudo, visto que ele permite apreender essa relação numa perspectiva de totalidade.

A partir de critérios previamente definidos, selecionamos como unidade empírica o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). A pesquisa, levada a efeito com enfoque qualitativo, consistiu na análise documental dos editoriais da revista *Cadernos do CEAS*, publicados entre os anos 1990 a 1996, e ainda, na análise de entrevistas concedidas pôr dirigentes da entidade.

Com base na análise realizada, podemos afirmar que as possibilidades da construção da hegemonia das classes subalternas estão relacionadas com a capacidade dos intelectuais - compreendidos como "mediadores de consenso" - de propor uma *reforma intelectual e moral*, que considere as mudanças econômicas para se lançar numa nova forma de luta política e se apresente como nexos entre uma nova concepção de mundo e construção da hegemonia. Essa capacidade se realiza, quando os intelectuais buscam superar a negação à centralidade do trabalho.

SUMMARY

This study treats of relationship between intellectuals and popular social movements, under a prism of constructing hegemony of subaltern social classes.

The aim of such a study is to comprehend the main challenges imposed to intellectuals who act connected with popular social movements by new determinations of globalized capital age.

The theoretic-methodological approach of this “object of study”, under the perspective of the historical and dialectical materialism, for we realize this reference a rich source for the analysis of the relation which is the “object of study”, once such a theory allows one to learn that relation under a perspective of totality.

From criteria previously defined on, we have selected the “Centro de Estudos e Ação Social - CEAS” as an empiric unit. The research, carried on under a qualitative approach, consisted of documental analysis of the magazines “*Cadernos do Ceas*” editorials, issued between 1990 and 1996, and analysis of interviews with entity directors, as well.

Based on the analysis done, we can state the possibilities of the hegemony construction of subaltern social classes, are related to the capacity of the intellectuals known as “consensus mediators” of proposing an intellectual and moral reformation that takes into consideration economical changes to launch a new way of political struggle that appears as a nexus between a new conception of world and an hegemony construction. This capacity comes about, when intellectuals search for overcoming the negation of work centralization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10	
 CAPÍTULO I		
OS INTELECTUAIS E A FORMAÇÃO DA CULTURA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	20	
1.1. A formação dos intelectuais na sociedade de classes.....	21	
1.2. Intelectuais “como mediadores de consenso”	37	
1.3. A contribuição dos intelectuais para fortalecimento das organizações das classes subalternas	45	
1.4. Procedimentos teórico-metodológicos.....	47	
 CAPÍTULO II		
<i>CADERNOS DO CEAS: definindo caminhos, construindo alternativas.....</i>	<i>55</i>	
2.1. A emergência do movimento da “igreja dos pobres” e a “aliança” entre os intelectuais padres e leigos.....	55	
2.2 A luta pela democracia e a emergência dos novos movimentos sociais.....	66	
 CAPÍTULO III		
A AÇÃO DOS INTELECTUAIS NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO.....	80	
3.1. Os intelectuais e a crítica ao projeto neoliberal	82	
3.2. Estado, Intelectuais e o movimento popular.....	103	
3.3. A centralidade do trabalho na pluralidade dos MSP.....	115	
1.4. Possibilidades e limites na construção da hegemonia das classes subalternas.....	125	
 BIBLIOGRAFIA.....		130
1. OBRAS E ARTIGOS DE REVISTAS.....		130
2. FONTES DE PESQUISA.....		136
ANEXO.....		140

INTRODUÇÃO

O interesse pela questão objeto deste estudo, a *relação entre os intelectuais e os movimentos sociais populares, numa perspectiva de construção hegemônica das classes subalternas*, está vinculado a minha própria experiência, como assistente social, nos processos de organização e de mobilização popular, mediada pela pesquisa-ação participante.

No início da década de 1990, trabalhando com uma equipe multidisciplinar, participei de uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa em Educação Popular do Departamento de Serviço Social da UFPE, cujo objeto de estudo foi *a dimensão pedagógica da prática organizativa do movimento popular*, tendo como eixo teórico a concepção gramsciana de que toda relação hegemônica é necessariamente uma relação pedagógica. Um dos resultados daquela pesquisa foi a constatação da necessidade de que se aumente o número de intelectuais imbuídos de bom senso crítico para atuarem com os processos organizativos populares¹ (Conserva et al:1994), com o princípio de “*formar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais*” (Gramsci,1984:20).

A partir da experiência adquirida em tal pesquisa, a reflexão que se passou a desenvolver conduziu-me à preocupação com o papel dos intelectuais, uma vez que se apresenta como inconteste a impor-

¹ Na dinâmica da pesquisa, constatou-se que a dimensão educativa presente nos processos organizativos, se materializa nas relações comunicativas que se estabelecem entre todos os que participam, possibilitando a confrontação de visões de mundo diferentes, perspectivas políticas divergentes e lógicas distintas que permitem a construção de novas concepções de mundo mais adequadas à ação social. É nesse sentido que entedemos a importância que se aumente o número de intelectuais envolvidos com os processos organizativos populares.

tância deles na articulação e no desenvolvimento das lutas promovidas pelos diversos segmentos das classes subalternas, particularmente, através dos diversos movimentos sociais populares - um dos pressupostos básicos deste trabalho, inclusive, é que os próprios movimentos sociais populares não podem ser compreendidos - *lato sensu* - fora de tal relação; pois de algum modo, da associação entre intelectuais e “populares” os movimentos sociais populares emergiram no cenário sócio-político brasileiro e continuam a se reproduzirem e aparecerem sempre caracterizados por essa interação.

Diante dessa compreensão, cabe esclarecer o significado de intelectual com que trabalho. Alguns estudiosos, a exemplo de Daniel Pécaut (1994.11), insistem em afirmar ser ingênuo propor uma “definição” de intelectual. Os intelectuais são aqueles que se reconhecem e são reconhecidos pelos outros como tal. Essa “definição”, bem ao nível do senso comum, indica a presença de uma imagem dos intelectuais como uma elite ou “uma camada social sem vínculos”, conforme colocado por Karl Mannheim. Sob essa visão teórica, os intelectuais são identificados como aqueles que se destacam nas suas atividades, seja elas de cientista, filósofo, artista etc. Sua própria condição de “autonomia” em relação às classes sociais, coloca-os na posição de detentores de um conhecimento que transcende precisamente o ponto de vista das classes. Isso possibilita identificar em cada país e em cada momento histórico as camadas intelectuais que se conformam. Um certo número de indivíduos, recrutados entre as *massas* intelectuais, desempenham essa função de produzir uma “consciência verdadeira” sobre a realidade.

Essa concepção de intelectual desenvolvida por Mannheim, conforme estará discutida no primeiro capítulo, é superada pela teorização que Gramsci elabora tanto nos *Cadernos do Cárcere*, como em *Concepção dialética da história* e, mais explicitamente, em *Os intelectuais e*

a organização da cultura. Ao contrário de Mannheim, Gramsci desenvolve os conceitos de intelectual orgânico e intelectual tradicional, reconhecendo a relativa autonomia dos intelectuais em relação à classe, quando diz que a vinculação entre os intelectuais e a classe não é imediata, mas mediatizada pelo conjunto das superestruturas, das quais os intelectuais são precisamente os “funcionários”; contudo, esse grau de autonomia dos intelectuais não lhes confere uma posição de superioridade em relação aos outros grupos sociais, pois Gramsci, *“como marxista, subordina os intelectuais à totalidade da vida social”* (Coutinho, 1990:36).

Por outro lado, a importância que Gramsci dá ao tema dos intelectuais decorre do destaque que ele confere aos processos de construção da hegemonia. A hegemonia constrói-se quando, como diz Gruppi (1978:80), tem os seus quadros, os seus elaboradores. *“Os intelectuais são os quadros da classe econômica e politicamente dominante; são eles que elaboram a ideologia”*. São também os quadros da classe que luta para conquistar a hegemonia.

A partir dessas considerações teórico-metodológicas sobre a formação dos intelectuais e sobre o processo de conquista da hegemonia pelas classes, destacamos a constituição dos intelectuais orgânicos. De acordo com as formulações do pensamento gramsciano, nas sociedades capitalistas avançadas a sociedade civil apresenta-se com uma estrutura complexa e resistente, compreendendo o conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias. Gramsci denomina essas organizações como “aparelhos privados de hegemonia”, por meio dos quais se dá a organização material da cultura, que é o campo da luta de classes pela hegemonia.

Nessa ótica, Gramsci (1980:06) concebe o *partido político* como intelectual coletivo, por ser este o “*moderno príncipe*”, propagandista e organizador de uma reforma intelectual e moral, que cria condições para o desenvolvimento de uma vontade coletiva nacional-popular; mas reconhece que “*um grande jornal (ou grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também partidos ou frações de partidos*” (idem, apud.Coutinho,1992:108). Nesse caso, temos que a organização da cultura na sociedade capitalista, na sua fase monopolista, dá-se por meio de uma pluralidade de sujeitos sociais, que compreendem não só a escola, a igreja, o sindicato, o partido, os movimentos sociais etc., mas também, os jornais, as revistas, os meios de comunicação de massa etc.

No Brasil, o final da década de 1970 e início dos anos 1980 marcaram o final de um período autoritário, instaurado na sociedade brasileira desde o golpe militar de abril de 1964. Durante os anos de regime político-militar, as organizações político-culturais foram duramente reprimidas ou estiveram quase sempre sob a tutela do regime, a exemplo da organização sindical. Contudo, o golpe de 1964 significou uma estratégia, elaborada “pelo alto”, por setores das classes dominantes brasileiras articulados com os interesses da burguesia internacional, para levar o país a uma nova etapa de acumulação capitalista. A ditadura militar consolidou o capitalismo monopolista de Estado no Brasil, embora mantendo traços essenciais de atraso nas relações no campo, mas criando as condições objetivas para a complexificação da sociedade brasileira - produzindo como diz Coutinho (1990:29) - “*uma intensa sede de organização, que nos últimos anos atravessou o País e envolveu operários, mulheres, jovens, setores médios, intelectuais etc.*”.

Nessa perspectiva, a emergência dos chamados “novos movimentos sociais”, na década de 80, ocorreu, em parte, como expressão da pluralidade de sujeitos sociais coletivos que “entraram em cena” (para usar uma expressão de Eder Sader) e se traduziram em vários movimentos sociais: feministas, raciais, étnicos, religiosos, ecológicos, homossexuais etc., além dos movimentos de bairro, de pequenos produtores. Na concepção de alguns estudiosos, a exemplo de Caio Navarro, tais movimentos, caracteristicamente heterogêneos, não possuem, necessariamente, vinculações de classes, apesar de serem perpassados por estas. Eles representaram uma ampliação das agendas políticas das esquerdas e um momento de aprofundamento de questões imprescindíveis para o processo de *emancipação humana*. No entanto, como analisa Petras (1995:26),

“(...) apesar de toda a sua riqueza e vitalidade, os novos movimentos sociais não conseguiram fugir ao contexto político do qual surgiram: a consolidação da derrota política da esquerda revolucionária em escala mundial na década de 80. (...) A crítica especificamente anticapitalista dos movimentos, herdada da nova esquerda, enfraqueceu-se à medida que os anos 80 avançaram”.

Eis, assim, uma possível indicação, particularmente importante para pensarmos na relação entre intelectuais e os movimentos sociais populares no contexto da *mundialização* do capital, em que o processo de globalização se tem utilizado de estratégias eficientes para desmobilizar e até mesmo destruir as organizações políticas das classes trabalhadoras. A principal “arma” utilizada é o desemprego, que tem forçado a classe trabalhadora a aderir aos programas de reestruturação produtiva, o que explica o refluxo da luta de classes nos últimos tempos.

Como parte integrante desse processo de reestruturação da economia, temos uma outra indicação importante para analisarmos o sentido dessa relação: a insistência de muitos intelectuais em desqualificar

teorias que pretendem uma crítica fundada numa perspectiva de totalidade da sociedade. Para Petras (id.ib.),

“(...) essa falta de uma crítica global à sociedade capitalista foi erigida como virtude por muitos teóricos dos movimentos, como Foucault, que enfatizava a particularidade das operações de poder e a especificidade dos locais de opressão e resistência. Paradoxalmente, a incapacidade de generalizar calou a voz dos oprimidos. A ausência de uma crítica globalizante, necessária para contextualizar a crise econômica dos anos 90, que atinge a sociedade inteira, esvaziou a discussão das opressões específicas”.

Essa questão, coloca em pauta o problema da possibilidade de construção de uma hegemonia das classes subalternas, a partir da relação entre intelectuais e os movimentos sociais populares. As possibilidades de construção de uma hegemonia das classes subalternas dependem da riqueza das demandas sociais e das proposições elaboradas por uma pluralidade de sujeitos e movimentos: feministas, ecológicos, religiosos, étnicos, homossexuais etc. Contudo, é importante frisar que diante da pluralidade de tais movimentos, suas proposições só *“alcançarão um sentido político anticapitalista na medida em que forem articulados por forças políticas comprometidas com o socialismo”* (Toledo,1994:33); ou seja, a hegemonia traduz-se na capacidade de articulação - sob a direção das classes subalternas - desses diversos sujeitos e múltiplos movimentos.

Nessa perspectiva, as possibilidades de construção da hegemonia dependem da elaboração de um conhecimento que se erija com base nas demandas postas pelas lutas de classe e que, portanto, parta de um ponto de vista de classe, sem deixar de ter em conta as opressões específicas.

Assim, a relação entre intelectuais e movimentos sociais populares constitui-se num campo possível de construção da hegemonia das classes subalternas, quando os primeiros se empenham na elaboração de uma nova concepção de mundo, a partir do esclarecimento das *“relações antagônicas e das contradições que perpassam a sociedade, bem como das formas possíveis de sua superação”* (Simionatto,1995.61).

No cenário atual, as mudanças na ordem mundial do capital, com amplas repercussões na esfera do Estado, têm produzido influxos quer na produção intelectual, quer nas formas de organização da sociedade. O processo de reestruturação da economia em curso, fruto da crise que começou a se gestar no anos 1970, colocou em xeque o *Welfare state*, um modelo de regulação política, econômica e social, embasado, sobretudo, nas teorias social-democratas. Associada a esses fatores, a crise do chamado socialismo real contribui para compor o que muitos autores têm denominado *crise global da sociedade contemporânea*.

No contexto dessa *crise societal*, começa a ganhar terreno, desde a década de 80, tanto nos países centrais como nos países periféricos, a programática neoliberal, que se apresenta absolutamente funcional para a burguesia monopolista, porque concentra *“uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia”* (Netto,1993:77).

No Brasil, a política neoliberal tem se consolidado no atual governo, mas a sua implementação já vinha ocorrendo desde o governo Sarney. Os resultados imediatos dessa política têm-se mostrado desastrosos para a grande maioria da população, seja devido ao aumento da taxas de

desemprego, seja pela redução dos gastos sociais, ou através da flexibilização das relações trabalhistas, que ameaça destruir as conquistas sociais da classes trabalhadoras.

É nesse cenário que discutimos a relação entre os intelectuais e os movimentos sociais populares, numa perspectiva de construção da hegemonia das classes subalternas, tendo como eixo teórico-metodológico as contribuições de Gramsci, no campo do materialismo histórico dialético, que permite analisar tal relação, sob a ótica das *tendências gerais* presentes no desenvolvimento da sociedade capitalista atual. Nesse sentido, este estudo pretende contribuir com o debate mais amplo, encetado nos diversos campos das ciências sociais e das ciências políticas, como também e principalmente no campo dos movimentos sociais organizados, sobre a construção de alternativas à ordem do capital no contexto político da atualidade.

Para o Serviço Social, especificamente, este estudo visa a contribuir com os debates realizados por seus profissionais no campo da sua inserção nas lutas dos movimentos sociais populares, através de organizações não governamentais, por exemplo; como também, com as discussões realizadas mais recentemente pela categoria, sobre a questão da ética, frente à crise dos projetos de transformação social.

Assim, no capítulo primeiro deste estudo, discutimos o significado de intelectual orgânico, com que trabalhamos nesta dissertação, e suas relações com os processos de organização dos sujeitos sociais nas sociedades de classes. Tomando como referência teórico-metodológica os estudos de Gramsci, desenvolvemos a concepção de intelectual, privilegiando o sentido de organicidade de suas funções na sociedade contemporânea; bem como discutimos os procedimentos metodológicos para a seleção da nossa unidade de análise, *os intelectuais do Centro de Estudos e Ação Social*

(CEAS), tomando como fonte da pesquisa documental os editoriais da revista *Cadernos do CEAS*, publicada por esses intelectuais desde há vinte e sete anos.

No capítulo segundo, recuperamos a trajetória do CEAS como intelectual *que se faz orgânico* através da publicação da revista, considerando a sua origem nos anos 1960 e as demandas postas a esses intelectuais pelas conjunturas dos anos 1970 e 1980, enfatizando os condicionantes que produziram a associação de intelectuais padres e intelectuais leigos numa mesma organização.

No capítulo terceiro, intentamos uma análise sobre os desafios atuais da relação entre os intelectuais do CEAS e os movimentos sociais populares, no sentido da possibilidade de construção da hegemonia das classes subalternas, considerando que as mudanças na ordem mundializada do capital têm afetado de modo contundente o mundo do trabalho, dificultando ainda mais os processos de organização e mobilização dos sujeitos sociais das classes subalternas, ao mesmo tempo em que tem revelado as condições de destruição objetiva da vida da ampla maioria da população.

Ainda nesse capítulo, tecemos algumas considerações finais, acerca do sentido que assume a relação entre os intelectuais do CEAS e os movimentos sociais populares na atual conjuntura, marcada pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo, que são produtos da lógica da mundialização do capital. Para esses intelectuais, a hegemonia para as classes subalternas, ainda no plano da institucionalidade capitalista, significa o dever de resistir aos “encantos” dos projetos das classes dominantes. Por isso, eles assumem como tarefa sua, desmistificar as ideologias difundidas sobre o desaparecimento das classes sociais e, conseqüentemente, o fim das lutas de

classe. Desse modo, a ação que desenvolvem tem o propósito de superar a negação da centralidade do trabalho - amplamente propalada nos meios intelectuais e nos meios de comunicação de massa - a partir de uma leitura crítica da realidade que expõe o caráter de classe da globalização, em confronto com o discurso das classes dominantes, que, por meio de seus intelectuais orgânicos, insistem em afirmar que não há alternativas econômicas ou políticas à ordem do capital.

CAPÍTULO I

OS INTELECTUAIS E A FORMAÇÃO DA CULTURA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Neste capítulo, intentamos a construção teórico-metodológica do nosso objeto de estudo, no sentido de organizar bases mínimas para as ilações da pesquisa que desenvolvemos acerca da relação entre os intelectuais e os movimentos sociais populares, no contexto dos anos 90.

Com esse fim, discutimos a noção de intelectual e a “natureza” de suas funções na sociedade contemporânea, contrapondo as concepções de intelectual como “*categoria social sem vínculos*”, desenvolvida por Mannheim, e como “*orgânico e tradicional*” trabalhada por Gramsci. Apesar de divergentes, ambas as concepções guardam em comum o fato de seus autores as haverem elaborado tendo como referência as classes sociais e as formas de relação entre essas e os intelectuais. Daí, a importância desse contraponto para pensarmos no nosso objeto de análise: a relação entre os intelectuais e os movimentos sociais populares.

Abordamos, ainda, os caminhos para a constituição dos intelectuais orgânicos, considerando a categoria de hegemonia como campo do *possível*, do *pensável* e do *praticável* na relação entre esses intelectuais e os movimentos sociais populares.

1.1. A formação dos intelectuais na sociedade de classes

Para uma abordagem mais adequada à formação dos intelectuais na contemporaneidade, apresenta-se como condição prévia explicitar a concepção de classes sociais e de classes subalternas com que trabalhamos neste estudo.

No atual estágio de desenvolvimento capitalista, a falta de transparência na divisão da sociedade em classes e nas relações entre elas é tal, que torna-se cada vez mais complexo o trabalho teórico de dar-lhes visibilidade (Oliveira,1986). Exatamente num momento em que o sistema capitalista alcança o estágio do ser [pleno] do capital¹, com a *globalização*, multiplicam-se as teses, fundamentadas ou não na teoria da *Sociedade Pós-industrial* (Daniel Bell,1976), que procuram infirmar a luta de classes na contemporaneidade através da negação da centralidade do trabalho nos processos de sociabilidade humana.

Essa dificuldade em reconhecer o perfil das classes, na atualidade, traduz-se também em função da fragmentação, pulverização e precarização das relações de trabalho, que atingem as classes trabalhadoras

¹ Utilizo esta expressão “o ser [pleno] do Capital”, para explicitar que com a globalização a essência do modo de produção capitalista, apreendida por Marx como totalidade, torna-se cada vez mais aparente, conforme explica Francisco Teixeira: “Com efeito, por conta da globalização, as empresas estão deixando de ser uma unidade dentro da cadeia da produção social, para se tornarem cada vez mais um bloco de capital, que investe nos diferentes setores da economia. A velha divisão do trabalho, que determinava o lugar de cada empresa procura internalizar toda a cadeia de valor. Em consequência, apagam-se as diferenças concretas das diferentes formas de capital (capital-dinheiro, capital-produtivo, capital-mercadoria), que foram ossificadas historicamente. Assim, o esforço intelectual de Marx para desvendar a unidade entre as diferentes formas de capital, torna-se supérfluo, pois esta unidade assume uma dimensão cada vez mais aparente: o que era invisível, torna-se visível. Entretanto, essa fenomenização da essência, longe de negar Marx, legitima a sua teoria.” (Teixeira, mimeo.1997)

ao ponto de não só ameaçar a sua reprodução objetiva, mas também, comprometer a sua identidade, ou seja, a possibilidade do (re)conhecimento como classe social. Sobre esse movimento dialético entre capital-trabalho, Francisco Teixeira (1997:26) esclarece:

“Apesar dessa potencialização do processo de exploração, as novas formas de estruturação do trabalho se revelam como um verdadeiro reino da liberdade, propriedade e igualdade. O trabalhador se sente mais livre, porque agora não mais está preso a um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão. Ele se sente como um cidadão que trabalha no seu próprio local de produção, sem ninguém para lhe dar ordens. Ele se sente patrão de si mesmo, dono de seu próprio negócio. Sente-se proprietário. Igualmente livre, porque ele é quem organiza o processo de trabalho. E mais: na condição de vendedor de ‘trabalho objetivado’, se sente um verdadeiro comerciante, parceiro de seus antigos empregadores. Desse modo, essas novas formas de organização do processo de trabalho **re-põem**, em novas bases, as leis de circulação simples de mercadorias. Se, antes, essa esfera se apresentava como reino ideal de compra e venda da força de trabalho, agora, ela se torna um verdadeiro paraíso para o capital porque, doravante, os parceiros dessa relação, o capitalista e o trabalhador, foram transformados em vendedores de mercadorias propriamente ditas. (...) A exploração, que podia ser sentida quando do consumo da força de trabalho pelo capitalista perdeu sua base tangível, porque o trabalhador não mais caminha atrás do seu comprador, que o conduz até o local da produção para consumir seus nervos e cérebro. As coisas se passam, agora, diferente: o trabalhador e o capitalista se encontram e separam na circulação, no mercado; se confrontam como simples comerciantes, e não mais na condição de representantes de interesses antagônicos.”

Com a reestruturação produtiva, observamos que o processo de subsunção formal e real do trabalho pelo capital, situa o mercado como o “equivalente geral”, sem o qual, “não se dá a ‘ilusão necessária’ de que todos são iguais, e sem ele tampouco se produz a divisão entre aparentemente ‘iguais’” (Oliveira, 1987:13). Por sua vez, essas novas de-

terminações postas pela ordem mundializada do capital, “dificultam ainda mais as possibilidades do desenvolvimento e consolidação de uma *consciência de classe* dos trabalhadores, fundada em um *pertencimento de classe*” (Antunes,1995:64 - grifos do autor). No entanto, esse processo, longe de invalidar a teoria marxiana das classes sociais e da luta de classes, pelas contradições e antagonismos que engendra, expõe, precisamente, o caráter de classe da globalização.

Nessa perspectiva, entendemos que as classes sociais se definem pelas relações de propriedade com os meios de produção (proprietários e não-proprietários), mas, também, pelo modo de pensar e agir. Elas consolidam-se como classes “à medida que desenvolvem sua consciência de classe. Ou seja, à medida que o movimento da história é tornado consciente pelo reconhecimento dos grupos antagônicos de sua situação de classe”. (Cardoso,1995:61)

Em relação às classes subalternas, trabalhamos com a concepção desenvolvida por Cardoso (1995:62-3):

“Parto da premissa de que a condição de subalternidade é determinada pelo lugar que segmentos dessas classes, numa sociedade capitalista, ocupam no conjunto das relações de produção e nas relações de poder. (...) Incluem-se no âmbito das classes subalternas, todos os segmentos da sociedade capitalista que não possuem os meios de produção e estão, portanto, sob o domínio econômico, político e ideológico das classes que representam o capital no conjunto das relações de produção e das relações de poder: assalariados dos setores caracterizados como primário, secundário e terciário (elementos dos setores produtivos e improdutivos), os que exercem atividade manual e os que exercem atividades não-manual e intelectual. Incluem-se ainda, os segmentos não-incorporados ao mercado de trabalho, que são os trabalhadores em potencial, inclusive o exército industrial de reserva, que é um segmento extremamente funcional ao capitalismo. Temos assim, a

ampliação da concepção de classes subalternas, uma vez que, a condição de subalternidade não se caracteriza apenas pela exploração, mas também pela dominação e exclusão econômica e política decorrentes, sobretudo, da não-propriedade dos meios de produção”.

A partir dessas considerações gerais sobre a concepção de classes sociais e de classes subalternas que utilizamos neste estudo e ainda, diante dos impactos produzidos pelo processo de reestruturação capitalista, para a organização e desenvolvimento das lutas encetadas pelos sujeitos das classes subalternas, concebemos que o campo da política e da produção ideológica se constituem espaços privilegiados para o desenvolvimento de uma *consciência de classe* dos trabalhadores subalternizados.

Sob essa ótica, os intelectuais que atuam junto aos movimentos sociais populares, como produtores de ideologias, têm uma importância ponderabilíssima na organização desses movimentos e, conseqüentemente para a sua intervenção política, que é condição para o (re)conhecimento da classe social. Desse modo, temos que a problemática da formação dos intelectuais na sociedade de classes tem sido estudada por pesquisadores e cientistas envolvidos com o campo das ciências humanas e sociais, com enfoques distintos e sob diversas influências teórico-metodológicas.

Alguns estudos, a título de exemplo, parecem hipotecar aos intelectuais de hoje (e de ontem) um traço marcadamente elitista, muito próximo das formulações dos autores Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto², que se esforçaram para identificar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua

² Esses autores e suas obras tiveram ampla repercussão nos anos 1920 e 1930. Para uma crítica de sua obras, temos os trabalhos de Gramsci: *Os intelectuais e a organização da cultura* e *Os cadernos do Cárcere*.

função na vida estatal e social como “classe política” e como elite. Um exemplo típico dessa influência é o livro do sociólogo francês Daniel Pécaut, publicado recentemente no Brasil sob o título: *“Os intelectuais e a Política no Brasil - entre o povo e a nação”*. A obra procura fazer um balanço inédito do pensamento dos intelectuais brasileiros em relação ao poder, à Nação e ao povo, no período que vai da década de 1920 ao início da década de 1980. Trata-se de um trabalho bastante exaustivo sobre a trajetória de parcela significativa da intelectualidade brasileira, enfocando a forma como esta se posicionou frente às lutas políticas e sociais do País. O autor tece uma crítica à auto-representação dos intelectuais brasileiros, que se colocaram com frequência acima da sociedade, como uma categoria social à parte, com um papel privilegiado na construção da sociedade, identificando-se com o Estado ou apresentando-se como contra-Estado. (Pécaut, 1994: 5-12)

Sem querer avaliar o mérito da questão posta pelo autor sobre as interferências entre o “campo intelectual” e o “campo político” (mesmo porque essa relação, conforme discutiremos mais adiante, recebe, no nosso estudo, um tratamento fundamentado em outra qualificação teórico-metodológica), parece-nos pouco elucidativo constatar essa “vinculação” dos intelectuais brasileiros com a esfera da política, como bem demonstra o autor nos inúmeros exemplos por ele recolhidos, se não temos uma explicitação do que se entende por intelectual. Para Pécaut, definir o que se entende por intelectual é uma tarefa inócua, uma vez que basta considerar *“como faz o senso comum, que intelectual é aquele que se identifica e é identificado pelos outros como tal”* (idem. 11).

Nesse sentido, não está claro se a crítica de Pécaut ou a sua tentativa de “desmistificar” a idéia de que os intelectuais brasileiros se

configuram como uma categoria social “sem vínculos” se baseia teoricamente numa crítica mais ampla sobre a natureza e a função dos intelectuais ou se, simplesmente, recai sobre alguma característica peculiar da formação social brasileira e/ou da formação de nossos pensadores. Tudo nos parece indicar, que a sua crítica às formas como os intelectuais brasileiros, ao longo de sua trajetória, se “vincularam” ao “povo” ou à “Nação”, sempre pela mediação do Estado, revela a sua perspectiva teórica, que, como já salientamos, guarda uma aproximação com as concepções que identificam os intelectuais como “elite” ou como “camada social sem vínculos”, bem no estilo de uma certa tradição sociológica, inaugurada, principalmente, por Karl Mannheim.

Certamente, uma das mais importantes teorias sobre os intelectuais, por sua conhecida engenhosidade, foi a desenvolvida por Karl Mannheim, sociólogo alemão que nos anos 30 desenvolveu a chamada “Sociologia do Conhecimento”. Basicamente, a concepção de intelectual presente na perspectiva do autor é a de uma categoria social “autônoma” em relação às classes sociais fundamentais, chegando a se constituir - a intelectualidade - numa camada social praticamente equiparada a uma classe. Especificamente em “Ideologia e Utopia”, defende a idéia de que os intelectuais ou a *intelligentsia*, constitui um estrato social desvinculado de qualquer classe social que é recrutado em uma área mais extensa da vida social. Essa condição inerente aos intelectuais permite-lhes, ainda segundo Mannheim (1986:183),

“(..) se vincularem a classes a que originalmente não pertenciam porque eles podiam adaptar-se a qualquer ponto-de-vista e porque eram os únicos em condições de escolher uma filiação, ao passo que os indivíduos imediatamente ligados por filiações de classe somente em raras exceções se mostravam capazes de transcender os limites de sua visão de classe”.

Na opinião de Mannheim, as classes sociais criam suas próprias visões de mundo. A “ideologia” seria a visão de mundo dos grupos conservadores que querem manter o atual *status quo*, ou seja, a visão de mundo, sobretudo própria da burguesia; enquanto a “utopia” seria a visão de mundo produzida pela classe que quer transformar esse *status quo*: o proletariado. Por sua vez, a intelectualidade aparece como uma camada social intermediária, que, “livre de vínculos”, seria capaz de superar tanto a “ideologia” quanto a “utopia” e produzir um conhecimento sobre a sociedade - um conhecimento capaz de superar a visão de classes sociais e, por isso mesmo, ser a representação verdadeira do real -. Nesse sentido, diz o autor, a função dos intelectuais

“consiste em penetrar nas fileiras dos partidos em conflito, de modo a obrigá-los a aceitar suas demandas, e ainda, em tomar consciência de sua própria posição social e da missão nela implícita. Uma vez feito isto, a filiação ou a oposição políticas são decididas com base em uma orientação consciente dentro da sociedade e de acordo com as exigências da vida intelectual” (Mannheim, 1986:185).

De fato, podemos reconhecer, como o faz Michael Löwy (1979:02) em seu trabalho “Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários”, a instabilidade e a relativa autonomia dos intelectuais em relação às classes sociais, tal qual advogava Mannheim. Contudo, dificilmente se sustenta a tese de que a autonomia dos intelectuais se perpetue indefinidamente;

“(...) a flutuação dos intelectuais, como aquela dos balões de ar quente na noite de São João, é um estado provisório: eles terminam, geralmente cedendo à lei da gravidade, sendo atraídos por uma das grandes classes sociais em luta (burguesia, proletariado, às vezes camponato) ou então pela classe que lhes é mais próxima: a pequena burguesia.”

A concepção de intelectual desenvolvida por Mannheim tem como mérito o alerta para não se cair em “reducionismos” mecanicistas - que buscam identificar a “posição social” do intelectual com a sua produção/prática política - e ainda desperta para o fato de que outros determinantes sociais não classistas - geração, religião, cultura, *sexo* etc. - tem uma interferência considerável na produção intelectual, que precisa, em qualquer estudo sobre a atividade intelectual, de ser reconhecida. Contudo, ela apresenta-se insuficiente para compreendermos os liames dos intelectuais com suas classes de origem ou com outras classes; Isso porque Mannheim não submete a categoria dos intelectuais à *totalidade das relações sociais* e, ao não fazê-lo, chega à falsa conclusão, como explicitaremos mais adiante, de que as camadas intelectuais elaboram seu pensamento “livre” de “ideologias e de utopias”.

Em oposição a essa visão do intelectual como uma categoria social “neutra”, “autônoma” em relação às classes sociais, encontramos os escritos do marxista italiano Antônio Gramsci, no quais a temática dos intelectuais aparece como resultado da preocupação dele com “*teorizar sobre a capacidade que o capitalismo demonstrou de recompor sua dominação, com o objetivo político de entender o fracasso da revolução proletária no Ocidente e o de pensar alternativas políticas para superar a ordem do capital*” (Mota,1995:28). Nesse sentido, Gramsci desenvolve seu pensamento “privilegiando” , por assim dizer, a esfera da política e dialogando com a ciência política; mas, como marxista, submete os “*conceitos da ciência política a uma crítica histórico-ontológica, que tem seu parâmetro no ponto de vista da totalidade*” (Coutinho,1994:111).

Exatamente refletindo sobre o fracasso do movimento operário na Europa e a possibilidade de elaborar uma teoria revolucionária, diante da reorganização geral do capitalismo no pós-guerra, Gramsci indaga-se sobre o processo de formação dos intelectuais diante de um novo bloco histórico construído pelo desenvolvimento do capitalismo³.

Com o desenvolvimento da ordem social burguesa, caracterizada pela expansão das relações de produção e conseqüente universalização da produção de mercadorias com um processo produtivo socializado em grandes unidades industriais, deparamo-nos com uma nova sociabilidade humana, cujos processos sociais aparecem multifacetados e articulados por uma pluralidade de organizações sociais que envolvem um conjunto de indivíduos. Esse desenvolvimento permitiu, por sua vez,

“(...) a socialização da participação política e o aparecimento dos sujeitos políticos coletivos modernos, que passaram a se manifestar, por exemplo, através de partidos políticos de massa, da conquista do sufrágio universal, da organização dos grandes sindicatos e do surgimento de organizações encarregadas pela elaboração e difusão das ideologias” (Evangelista, 1992:50).

Essa nova esfera do ser social, que Gramsci denomina *sociedade civil*, deve ser apreendida no seu desenvolvimento histórico-ontológico, conformando, desse modo, um novo bloco histórico.

³ A concepção de “Bloco histórico” a que se refere Gramsci é construída a partir da conservação/superação dos conceitos de infra-estrutura e superestrutura trabalhados por Marx e Engels. Para Gramsci, “a estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, ou seja, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (Gramsci, 1984:152) Nesse caso, a infra-estrutura compreende o *conjunto das relações sociais de produção* e exerce, segundo Gramsci, a *determinação em última instância*. Para uma melhor compreensão, ver Coutinho, *op.cit.* e *Dualidade de Poderes* do mesmo autor, Cortez, 1994.

Diante deste novo bloco histórico, novas camadas de intelectuais são criadas pelas classes fundamentais, como uma necessidade objetiva dessas mesmas classes:

“Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político,” [formando, desse modo, os intelectuais orgânicos] (Gramsci, 1988:3).

Por outro lado, quando do surgimento de uma nova formação sócio-econômica e político-social, o novo grupo social encontra camadas de intelectuais de formações sociais pretéritas *“as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”* (idem:5). Essas categorias de intelectuais, que foram no passado, orgânicas de dada classe (por exemplo, os padres em relação à nobreza feudal), são denominadas tradicionais.

É importante ressaltar que a distinção que Gramsci elabora entre as duas categorias de intelectuais (os orgânicos e os tradicionais) diz respeito à função que o intelectual exerce e ao lugar em que o faz na estrutura social, bem como ao lugar e à função do seu desempenho em determinado momento histórico. No entanto, nos usos correntes de tais conceitos, ocorre uma leitura equivocada, que tende a identificar como intelectual revolucionário o intelectual orgânico e como intelectual conservador o intelectual tradicional. Para evitar mal-entendidos, convém esclarecer que para Gramsci não se trata disso...

“O intelectual orgânico é elaborado pela classe no seu desenvolvimento, e pode tanto ser burguês como proletário. Um administrador de empresas, por exemplo, é um intelectual orgânico da burguesia na medida em que a burguesia precisa de administradores para desempenhar bem o seu papel na sociedade; já o dirigente sindical é um intelectual orgânico da classe operária, podendo até ter uma ideologia burguesa, porque é necessário ao desenvolvimento da classe operária. Intelectual tradicional é, por exemplo, o professor universitário, vinculado a um aparelho de hegemonia que não é ligado necessariamente a uma classe social. A Universidade é uma instituição que vem desde antes do capitalismo e continuará depois dele. Os intelectuais ligados a organizações desse tipo -que não são classistas *stricto sensu*, como a Igreja, a Universidade, etc - são intelectuais tradicionais no sentido gramsciano. Então pode haver o intelectual tradicional conservador e o intelectual tradicional revolucionário” (Coutinho, 1990:37).

Então, para Gramsci, na formação social capitalista encontramos essas duas categorias de intelectuais. Os intelectuais tradicionais, embora tendam ao conservadorismo, são portadores de uma tradição cultural e, por isso, torna-se fundamental que os grupos sociais que almejem o domínio (a hegemonia) devam lutar pela “assimilação e conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais” (idem:9).

Um outro aspecto essencial da formação dos intelectuais na sociedade capitalista refere-se à questão da divisão social e técnica do trabalho. Na perspectiva gramsciana, o trabalho intelectual encontra-se intrinsecamente vinculado à esfera da cultura, da produção ideológica, da direção política, uma vez que

“(...) a relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’” (Gramsci, 1988:10).

Uma das implicações dessa condição do trabalho intelectual é a projeção de uma *distancia* entre os intelectuais e o mundo da produção, pois tal afastamento possibilita a crença numa noção de independência ou de autonomia que muitos intelectuais reclamam para si. Por não se encontrarem diretamente envolvidos nos processos produtivos, projetam a falsa imagem de independência em relação às objetivações e às subjetivações produzidas pelas classes sociais no processo de produção e de (re)produção econômico-social e político-cultural. Nesse sentido, tradicional e vulgarmente, se denominam como intelectuais o filósofo, o literato, o artista, o cientista, etc. Apesar de se (re)conhecerem e serem (re)conhecidos como os “verdadeiros intelectuais”, sua condição de subalternidade apresenta-se como uma tendência concreta, dada a natureza de sua formação: sempre em consonância com o grupo fundamental dominante; *“formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante”* (Gramsci, 1988:09).

A definição de intelectual elaborada por Gramsci considera o lugar e a função que ele (o intelectual) ocupa no evoluir das relações sociais e dos processos históricos. Como ele refuta a mera divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual - pois, em graus diferenciados, todos os homens e mulheres são intelectuais porque utilizam sua capacidade cerebral -, afirma que, ontologicamente, não há uma separação entre o *homo faber* e o *homo sapiens*. É exatamente corroborando essa dicotomia entre *fazer e pensar*, que alguns autores concebem a distinção entre intelectuais e “não-intelectuais”, incidindo no

“erro metodológico mais difundido que consiste em se ter buscado o critério de distinção (o que distingue os

intelectuais de outros grupamentos humanos) no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e portanto, os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais”(Gramsci, 1988:07).

Então, todos os homens e mulheres são intelectuais. Contudo, nem todos **desempenham** a função de intelectual. Nesse caso, podemos dizer que um certo número de pessoas desempenham, especificamente em nossa sociedade, a atividade intelectual; mas, já vimos que não é a atividade que uma pessoa ou grupo de pessoas desenvolve, que os define, senão, a atividade no contexto das relações sociais. Isso significa dizer que o que define e distingue os intelectuais em comparação com outros grupamentos humanos, não é, exclusivamente, a atividade que eles desenvolvem, seja de cientista, filósofo, literato, artista, jornalista, pesquisador etc., mas, a função que o intelectual desempenha na sociedade como “construtor, organizador, ‘persuasor permanente’, ‘dirigente’” (Gramsci, 1988:08) e elaborador de uma nova concepção de mundo. Em outros termos, *“todo aquele que exerça funções organizativas, no campo da produção como no campo político, é um intelectual, embora nem todos atuem como intelectuais profissionais”* (Dias, 1996:28). É nessa perspectiva que Gramsci define o intelectual orgânico.

A organicidade do intelectual presente no conceito de Gramsci, já foi objeto de debate e de múltiplas interpretações. O nosso entendimento é que a formação do intelectual, em nossa sociedade, mesmo considerando a formação escolar que pleiteia uma certa *universalidade*, dá-se em consonância com os grupos fundamentais, ou seja, suas idéias não são produzidas abstratamente, mas a partir das objetivações sociais produzidas pelas relações contraditórias entre as classes sociais.

A questão da educação formal no processo de formação dos intelectuais é particularmente interessante. A escola, organizada a partir da racionalidade da classe dominante, com seu processo de formação “taylorizado”, impõe a identificação entre as práticas econômicas da burguesia e o campo do pensável, ou seja, *“o que é ‘prática’ para a classe fundamental se torna ‘racionalidade’ e especulação para os seus intelectuais”* (Gramsci apud Dias, 1996:21). Uma das consequências desse processo é a perspectiva de naturalização e “eternização” das relações sociais. Essa perspectiva pode ser traduzida como alienação intelectual, resultante da separação social entre trabalho manual e trabalho intelectual. De acordo com Marilena Chauí (1994:173), essa alienação dá-se em três níveis:

1.”os intelectuais esquecem ou ignoram que suas idéias estão ligadas às opiniões e pontos de vista da classe a que pertencem, i.é., à classe dominante, e imaginam, ao contrário, que são idéias universais, válidas para todos, em todos os tempos e lugares; 2.esquecem ou ignoram que as idéias são produzidas por eles para explicar a realidade e passam a crer que elas se encontram gravadas na própria realidade e que eles apenas as descobrem e descrevem sob a forma de teorias gerais; 3.esquecendo ou ignorando a origem social das idéias e seu próprio trabalho para criá-las, acreditam que as idéias existem em si mesmas, criam a realidade e a controlam, dirigem e dominam”.

A contribuição de Gramsci para uma teoria dos intelectuais, rigorosamente posta no sentido da ontologia marxiana, apresenta alguns elementos de continuidade com as formulações de Marx sobre a relação intelectual/ciência /ideologia⁴. Para Marx:

⁴ Esta síntese é elaborada por Löwy em seu livro *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo; Cortez 5ªed., 1994. O texto original de Marx é o 18 *Brumário de Luis Bonaparte*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1969. pp.48

“os intelectuais são relativamente autônomos com relação à classe. Eles podem ser separados por um ‘abismo’ social e cultural; sua ‘situação pessoal’ não deve ser de todo necessariamente a mesma que aquela da classe que ele representa. *O que faz o intelectual representante da classe é a ideologia (ou utopia) que ele defende*” (Löwy, 1994:101-grifo nosso)

Isso significa que os intelectuais, a partir de sua “situação pessoal”, podem ser considerados de forma bastante ampliada; portanto, os “*técnicos, os economistas etc. são projeções ao nível do conhecimento do projeto de uma dada classe*” (Dias, 1996:21), o qual não se identifica com os “interesses” econômicos da classe nem se reduz exclusivamente a eles. Por outro lado, embora tomemos a noção de intelectual dessa forma ampliada, reconhecemos que existem distinções ou gradações entre os intelectuais; “*no mais alto grau, devem ser colocados os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte etc.; no mais baixo, os ‘administradores’ e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada*” (Gramsci, 1988:12).

Sabemos, entretanto, que os processos de formação dos intelectuais das classes fundamentais são essencialmente diferenciados. Enquanto a construção dos intelectuais burgueses se encontra perfeitamente adequada à racionalidade dominante, seja através da escola, seja através da produção imediata, para as classes subalternas, a construção de seus intelectuais, dá-se de forma distinta. Tanto elas (as classes) como seus intelectuais são formados sob a racionalidade dominante. Nessa direção temos:

“... para as classes subalternas, o processo de formação de seus intelectuais tende a ser errático, fragmentário. Enquanto o intelectual da classe dominante tem seu processo de formação taylorizado, integrado positivamente ao mundo produtivo, o intelectual das classes subalternas se faz, se cria, apesar e contra essa corrente.

Mas que isso. Devem ser criados para propor a transformação daquela forma de civilização. Partidos e sindicatos são, *no fundamental*, as ‘academias’ possíveis para as classes subalternas” (Dias,1996:27- grifos nossos).

Embora encontremos inúmeras vezes nas obras de Gramsci a referência ao partido político e à atividade partidária como o *locus* privilegiado para a formação dos intelectuais, sobretudo das classes subalternas, convém registrar que, mesmo sendo o partido e as organizações sindicais espaços essenciais para a formação desses intelectuais, ela não se restringe, de modo algum, a esses espaços; isso, por razões que nos parecem óbvias. Na teorização gramsciana encontramos a idéia de que a “complexificação” do conjunto das relações sociais, crescente a cada nova etapa de acumulação de capital, cria a necessidade de uma maior complexificação da sociedade civil e de seus organismos. Por isso, não há contradição na afirmação de que, na atual fase de desenvolvimento capitalista, observa-se uma tendência à proliferação de organizações da sociedade civil que podem contribuir com aquela e outras tarefas, as quais, *lato sensu*, são atribuições, de acordo com Gramsci, do partido.

O fato esclarecedor, na concepção gramsciana, é que as classes sociais fundamentais formam seus intelectuais orgânicos porque são as únicas capazes de formular um projeto civilizatório. Isso implica que as classes não fundamentais, ainda que dominantes, como por exemplo os latifundiários, “*acabam por servir de massa de formação de intelectuais que se destinam a outras classes*” (Dias,1996:27).

Podemos dizer que o mesmo ocorre com as camadas das classes médias urbanas. Não possuindo um projeto de sociedade próprio, elas procuram aderir ao projeto de outra classe; tendencialmente, aderem ao

projeto da classe burguesa; mas, podem, eventualmente, como discutiremos mais adiante, aderir ao projeto da classe trabalhadora somando-se à capacidade de elaboração dessa classe na construção de sua hegemonia, de seu projeto de uma nova *civiltà*.

Então, os intelectuais formam uma categoria social, no sentido de constituírem um grupo social com características próprias que os definem e distinguem em relação aos demais grupos sociais. Sua produção teórico-prática reflete a batalha entre os projetos hegemônicos das classes fundamentais. Nesse sentido, os intelectuais, seja individual, seja coletivamente, são produtores de ideologias que pretendem organizar, dirigir, homogeneizar o discurso fragmentário e errático das classes, em busca da obtenção do consenso ativo, e, conseqüente construção da hegemonia das classes subalternas. Como diz Cardoso (1995:65), em Gramsci, *“as classes subalternas, por definição não são unificadas e não podem unificar-se porque não detém a posse do Estado: a sua história é entrelaçada com a sociedade civil. São os intelectuais e o partido os facilitadores dessa unificação”*.

1.2. Os intelectuais como “mediadores de consenso”

Já nos referimos anteriormente a que o objetivo de Gramsci foi, em síntese, elaborar uma teoria revolucionária. Com essa finalidade, Gramsci desenvolveu o conceito de hegemonia tomando como

projeto da classe burguesa; mas, podem, eventualmente, como discutiremos mais adiante, aderir ao projeto da classe trabalhadora somando-se à capacidade de elaboração dessa classe na construção de sua hegemonia, de seu projeto de uma nova *civiltà*.

Então, os intelectuais formam uma categoria social, no sentido de constituírem um grupo social com características próprias que os definem e distinguem em relação aos demais grupos sociais. Sua produção teórico-prática reflete a batalha entre os projetos hegemônicos das classes fundamentais. Nesse sentido, os intelectuais, seja individual, seja coletivamente, são produtores de ideologias que pretendem organizar, dirigir, homogeneizar o discurso fragmentário e errático das classes, em busca da obtenção do consenso ativo, e, conseqüente construção da hegemonia das classes subalternas. Como diz Cardoso (1995:65), em Gramsci, *“as classes subalternas, por definição não são unificadas e não podem unificar-se porque não detém a posse do Estado: a sua história é entrelaçada com a sociedade civil. São os intelectuais e o partido os facilitadores dessa unificação”*.

1.2. Os intelectuais como “mediadores de consenso”

Já nos referimos anteriormente a que o objetivo de Gramsci foi, em síntese, elaborar uma teoria revolucionária. Com essa finalidade, Gramsci desenvolveu o conceito de hegemonia tomando como

referência as concepções de Estado formuladas por Marx, Engels e Lênin, e problematizando a situação histórico-geográfica em que viveu.

Com base nesse princípio, formulou a teoria “ampliada” do Estado, cuja novidade foi o conceito de “sociedade civil”, que aparece nos seus estudos como portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito.

O conceito de Estado “ampliado” comporta duas esferas principais:

“... a *sociedade política* (que Gramsci também chama de ‘Estado em sentido estrito’ ou de ‘Estado-coerção’), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executiva e policial-militar; e a *sociedade civil*, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc” (Coutinho, 1992:76-7).

Nesse sentido, o conceito de Estado para Gramsci ao comportar duas esferas (*sociedade política* + *sociedade civil*), permite pensar, de imediato, na existência de uma “relativa” autonomia entre essas duas esferas. Gramsci frequentemente se refere à construção, no âmbito da sociedade civil, de “aparelhos privados de hegemonia”, que, na tradução de Coutinho (1992:76-7), são:

“organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política(...). Nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, a esfera ideológica ganhou uma autonomia *material* (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido restrito.”

Essa compreensão do conceito de Estado em sentido amplo de Gramsci, traz a tona a questão da autonomia relativa da *sociedade civil* em face da *sociedade política*, dado a existência de uma distinção material-ontológica entre essas duas esferas. Noutros termos, para Coutinho (idem:77), a novidade da concepção gramsciana de Estado reside no fato de que, historicamente, a ampliação da socialização da política produziu a necessidade da

“... criação e/ou renovação de determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material - ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida pela figura social da hegemonia - que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, dotada de legalidade própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado-coerção”.

Tomando como ponto de partida essa ampliação do conceito de Estado, a concepção de hegemonia é trabalhada por Gramsci a partir de duas outras categorias: sociedade ocidental e sociedade oriental. Gramsci, estudando o desenvolvimento histórico de cada formação social particular, observou que nas sociedades de tipo “ocidental” a sociedade civil havia perdido seu caráter “primitivo e gelatinoso”, próprio das sociedades de tipo “oriental”. Nessas sociedades de tipo “ocidental”, as crises revolucionárias dificilmente emergem visto que, a relação Estado-sociedade civil aparece de forma mais equilibrada, menos desigual, indicando a presença de uma sociedade civil de estrutura complexa e resistente, com relativa autonomia da esfera política; ou seja, as novas configurações que assume o capitalismo no século XX diferem qualitativamente da formação capitalista dos séculos XVIII e XIX.

A incipiente organização da classe operária no período de Marx e Engels tornava possível a concepção de Estado como aparelho coercitivo e instrumento de dominação. Na época de Gramsci, o Estado não é *“algo impermeável às lutas de classe, mas é atravessado por elas”* (Simionatto, 1995:64).

Em contrapartida, nas sociedades de tipo “oriental”, a sociedade civil pouco organizada e dependente do Estado, como no caso da Rússia de 1917, examinado por Gramsci, a tomada do Estado através do que ele denominou como uma “guerra de movimento” tornou-se possível justamente pela inexistência de uma “sociedade civil” mais complexa.

No caso das sociedades de tipo “ocidental”, a luta pela conquista da hegemonia tem sido mediada pela estratégia da “guerra de posição”, que

“... encerra em si um processo de luta para a conquista da direção político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da população, como caminho para a conquista e conservação do poder. A ‘guerra de posição’ supõe o consenso ativo, ou seja, organizado e participativo, implicando também, unidade na diversidade, um momento dialético e democrático. Da ‘guerra de movimento’ à ‘guerra de posição’ ocorre uma mudança qualitativa, ou seja, é quando há predominância do consenso sobre as forças coercitivas” (Simionatto, 1995:39)

Assim sendo, a elaboração da hegemonia é a construção de uma nova civilização. É uma reforma intelectual e moral. É a construção de uma visão de mundo própria da classe, que se realiza *na* esfera da sociedade civil e *pela* mediação dos “aparelhos privados de hegemonia”, portadores/construtores de ideologias, ou mais precisamente, de visões de mundo capazes de criar *homogeneamente* uma vontade coletiva nacional-popular.

Então, dá-se que a realização da hegemonia depende essencialmente da formulação, pelas classes fundamentais, de uma visão de mundo própria que se apresente como projeto para si e para a sociedade; portanto,

“A capacidade que uma classe fundamental (subalterna ou dominante) tenha de construir sua hegemonia, decorre da sua possibilidade de elaborar sua visão de mundo própria, autônoma. Esse processo de ‘construção da hegemonia’, que ocorre no cotidiano antagônico das classes, decorre de sua capacidade de elaborar sua visão de mundo autônoma e da centralidade das classes. Essa centralidade, tomada como ‘síntese de múltiplas determinações’, e não como um *a priori* lógico, como um ‘efeito da estrutura’, é determinante no exercício da hegemonia. Diferenciar-se, contrapor-se como visão de mundo às demais classes, afirmar-se como projeto para si e para a sociedade; ser direção das classes subalternas e dominadas na construção de uma nova forma civilizatória. Para tal, é fundamental ter a capacidade de estruturar o campo das lutas a partir do qual ela poderá determinar suas frentes de intervenção e articular suas alianças” (Dias.1996:10).

Dessarte, a realização da hegemonia das classes subalternas pressupõe, sem dúvida alguma, a existência de uma sociedade civil complexa e resistente, capaz de estruturar um campo mais amplo e relativamente autônomo em relação ao Estado em sentido restrito, para formular sua própria visão de mundo. Isso evoca o sentido da polêmica em torno dos diferentes modos de apreensão do conceito de sociedade civil.

De um modo geral, pensamos que a sociedade civil possui uma materialidade ontológica, nas sociedades modernas - “*não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social*” (Coutinho,1992:78) Essa constatação, porém, não autoriza pensar a sociedade civil como uma esfera separada do Estado e às vezes até portado-

ra de um poder paralelo. Coutinho registra que Gramsci se refere, dialeticamente, à *identidade-distinção* de sociedade civil e sociedade política; ao momento de unidade entre as duas esferas, portanto.

Em oposição a essa leitura, encontramos a concepção de um outro estudioso das obras de Gramsci, Edmundo Fernandes Dias (1996:113), para quem “*na perspectiva gramsciana, sociedade civil e sociedade política são distinções analíticas do conceito de Estado. Do conceito de Estado integral. Estado que organiza, representa, vigia e pune. A sociedade civil não é, portanto, uma instância do real*”. Nesse caso, não se pode falar em uma distinção “orgânica” entre a sociedade civil e a sociedade política. O argumento de Dias é a forma “privada” dessas instituições, não nega o seu caráter estatal/classista; não há oposição entre esse aspecto “privado” e o aspecto público.

De fato, se refletirmos sobre o poder que as grandes empresas de capital privado detêm na atualidade, sobretudo com a “crise” dos Estados nacionais, não se pode (como bem raciocinou Dias) negar o caráter estatal/classista dessas instituições. Contudo, sustentamos neste trabalho a tese de que, para Gramsci, a sociedade civil é *uma instância do real*; isso porque, como um dos principais continuadores do marxismo, Gramsci tem profunda convicção de que no método do materialismo histórico e dialético as categorias não são conceitos abstratos, são em primeiro lugar ontológicas e em segundo, analíticas. Atentemos, entretanto, para o fato de que essa polêmica tem como mérito chamar a atenção para as diferenciações entre os usos correntes do conceito de sociedade civil, muitas vezes eivado por uma visão liberal, mesmo quando reivindica o ponto de

vista gramsciano⁵. A principal característica dessa contaminação liberal na noção de sociedade civil é a sua apresentação como não contraditória e esvaziada de um conteúdo de classe social; ou seja, a noção de sociedade civil amplia-se indistintamente; tudo o que não é Estado é sociedade civil. A consequência dessa visão, nos alerta Dias (1996:114), *“é uma concepção homogeneizadora, subalternizante e que tende a minimizar a percepção dos conflitos sociais e do seu papel na transformação social”*.

A concepção de sociedade civil e, conseqüentemente, de hegemonia que adotamos neste estudo vincula-se ao ponto de vista das classes trabalhadoras e, por conseguinte, articula-se com os movimentos sociais organizados. É desse modo que discutimos, no processo de construção dessa hegemonia, o papel desempenhado pelos intelectuais. Eles são, como diz Luciano Gruppi (1978:80) em *“O conceito de Hegemonia em Gramsci”*, *mediadores de consenso, porque “suas funções não se limitam apenas à de técnicos da produção, mas também emprestam à classe economicamente dominante a consciência de si mesma e de sua própria função, tanto no campo social quanto no campo político”*.

Encontramos, assim, a articulação entre as funções intelectuais e o processo de construção da hegemonia das classes fundamentais. Essencialmente, hegemonia é reforma intelectual e moral, a qual não se realiza sem a construção de quadros, de elaboradores. De acordo com a

⁵ Cabe ressaltar que os dois autores tomados, apesar da interpretação diferenciada do conceito de Gramsci sobre sociedade civil, sobretudo no que se refere a existência material ou real dessa esfera, não se enquadram na perspectiva liberal. Embora Dias (1996:114) afirme: “é preciso, desde logo, apontar que a oposição sociedade civil-sociedade política, a primeira como manifestação ‘pura’ do privado e a segunda como ‘o’ Estado, ou seja, como instâncias autônomas do real é rigorosamente falando, uma formulação liberal”; não concordamos com reconhecer a existência material-ontológica da sociedade civil equivalha a adotar a visão de oposição a que se refere Dias. Entendemos que em Coutinho não se trata disso.

análise de Dias (1996:10), a maioria dos estudos sobre hegemonia, que reivindicam o ponto de vista gramsciano, têm enfatizado a questão das alianças de classe na “imediatividade” política, relegando a segundo plano a questão da reforma intelectual e moral, quando esta se apresenta como o nexo entre a capacidade de construção de uma visão de mundo e a realização da hegemonia.

A realização da hegemonia, por sua vez, requer a constituição de um novo tipo de intelectual em diferente relação com as massas; só será possível se e quando o trabalho de

“...elaboração de um pensamento superior ao ‘senso comum’ e cientificamente coerente não se esquecer nunca de permanecer em contato com os ‘simples’. Só através desse contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em ‘vida’”.
(Gramsci, 1984:18).

É assim que Gramsci concebe o novo tipo de intelectual orgânico das classes trabalhadoras. Um exemplo desse novo tipo de intelectual, segundo Gramsci (1988:8), foi o semanário *Ordine nuovo*, o qual,

“...visando a desenvolver certas formas de novo intelectualismo e a determinar seus novos conceitos; e essa não foi uma das razões menores de seu êxito, pois uma tal colocação correspondia a aspirações latentes e era adequada ao desenvolvimento das formas reais de vida. O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’”.

Sob essa luz, os intelectuais orgânicos, seja individual, seja coletivamente, devem trabalhar não no sentido de difundir uma genéri-

ca propaganda cultural, mas, no de problematizar sobre as questões práticas que formam e conformam o cotidiano das camadas das classes subalternas.

Os intelectuais de novo tipo atuam pela mediação dos aparelhos “privados” de hegemonia e são os intelectuais do partido, do sindicato, os que trabalham nos jornais, nas editoras etc. que exercem suas atividades com uma maior grau de consciência do “*vínculo indissolúvel entre sua função e as contradições concretas da sociedade*” (Coutinho,1990:17) e, assim, constituem-se em intelectuais orgânicos.

1.3. A contribuição dos intelectuais para o fortalecimento das organizações das classes subalternas

Os estudos de Gramsci sobre a constituição das hegemonias das classes, conforme já discutimos em itens anteriores, remetem à importância de uma reforma Intelectual e moral para a construção de uma nova *civiltà*. Para ele, o grande empreendedor desse processo de construção de uma nova hegemonia é o *partido político*, concebido como o “*moderno príncipe, propagandista e organizador de uma reforma intelectual e moral, que cria condições para o desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular*” (Gramsci,1980.06). Observamos que Gramsci, sob a inspiração de *O Príncipe*, de Maquiavel, reconhece que a função de elaborar uma vontade coletiva transformadora - nas sociedades modernas - não cabe mais a um indivíduo, a uma pessoa singular. O *moderno príncipe* é um *organismo social*, construído historicamente, que se identifica com o partido político. Nesse aspecto, o partido, enquanto organismo co-

letivo, detém a tarefa de organizar politicamente a classe e ajudá-la na luta pela conquista da hegemonia - o que se traduz como superação do momento econômico-coorporativo da classe, com o fim de formar uma *vontade coletiva nacional-popular*, elevando, desse modo, uma parte da classe (sua vanguarda), da particularidade à universalidade⁶.

Embora o partido assuma privilegiadamente a função de organizador e de construtor das possibilidades de desenvolvimento da *vontade coletiva nacional-popular*, o conjunto da análise gramsciana sobre o conceito de hegemonia e da própria concepção de intelectual, indica que, nas sociedades modernas, as funções assumidas pelos intelectuais são, em muitos aspectos, análogas a do partido político. Desse modo, a noção de intelectual orgânico também se aplica a organismos ou instituições que atuam no âmbito da formação da cultura, como jornais, revistas, meios de comunicação de massa, arte etc. Coutinho (1992:108) ressalta que

“...nos *Cadernos*, não serão poucos os locais onde ele indica como grandes intelectuais individuais (ou grupos de intelectuais agrupados em revistas, jornais, etc) exercem frequentemente a função de partidos políticos. É assim por exemplo, que ele se refere ao ‘partido constituído por uma elite de homens de cultura, que tem a função de dirigir, do ponto de vista da cultura, da ideologia, um grande número de partidos afins’, ou quando afirma que ‘um jornal (ou grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também partidos ou frações de partidos’”.

⁶ Essa formulação gramsciana de partido chama à baila a polêmica questão das *vanguardas*. A noção de partido de vanguarda das classes trabalhadoras foi desenvolvida por Lênin. As críticas formuladas contra essa concepção leniniana de partido, na sua ampla maioria, referem-se mais à identificação do *centralismo democrático* desenvolvido pelo PC soviético na época stalinista, do que propriamente, às formulações teóricas de Lênin. Por outro lado, as teses de Gramsci, não só sobre o *moderno príncipe*, como também sobre a construção da hegemonia, permitem dizer que ele, assim como Lênin, “concebe o partido como vanguarda da classe operária como um todo coeso e estruturado”, no qual o “núcleo dirigente” é organicamente indispensável (Coutinho, 1992:109).

Contudo, é importante ressaltar que esses intelectuais, constituídos nos “aperelhos privados de hegemonia”, para viabilizar o processo de construção da hegemonia *“precisa provocar, no seio da classe a que está vinculado organicamente, uma tomada de consciência dos seus interesses, bem como participar na formação de uma concepção de mundo mais homogênea e autônoma”* (Simionatto,1995:60). Esta é a tarefa dos Intelectuais: elaborar uma nova concepção de mundo, a partir do esclarecimento das *“relações antagônicas e das contradições que perpassam a sociedade, bem como das formas possíveis para a sua superação”* (Idem.61).

Com essa perspectiva, o significado de intelectual orgânico adotado neste estudo, representa, não só, uma construção teórica, mas, um recorte teórico-metodológico que permite formular como objeto de estudo a relação entre os intelectuais e os movimentos sociais populares, tendo como base material o campo onde se estrutura essa relação, ou seja, o campo das lutas de classe, onde se produzem as disputas pela construção da hegemonia das classes subalternas.

1.4. Procedimentos teórico-metodológicos

O modo como se organiza a produção intelectual na sociedade burguesa obedece às regras da divisão social do trabalho, o que implica o fato de que *“a criação e a recepção das teorias se identificam quase totalmente com a estrutura de produção de mercadorias”*

(Heller,1986:162). Nesse sentido, os produtores intelectuais são identificados enquanto tal, quando oferecem ao mercado suas teorias, por intermédio, principalmente, da publicação, e, na atualidade, também da Internet. De um modo geral, entendemos, como Heller, que quando trabalhamos com um

“...modelo abstrato podemos colocar entre parêntesis a variedade de motivos e supor que todos estes ‘operários teóricos’ aparecem no mercado com seus produtos teóricos porque consideram verdadeiras as ideologias e os pontos de vista expressados em suas teorias. Isto é, suponhamos que eles não são impulsionados a vender suas teorias simplesmente pelo desejo de ganhar dinheiro ou prestígio social, mas, além disso que eles intentam influir sobre a sociedade, em todo ou parcialmente, mediante a circulação e a aceitação de suas idéias, influenciar - em outras palavras - a sociedade numa direção considerada preferível.” (1986:163 - tradução nossa)

A autora chama a atenção para o fato de que na maioria dos casos isso não ocorre, mas a supressão dos motivos pessoais e egoístas na produção intelectual encontra-se amplamente justificada se considerarmos o problema geral da relação entre práxis e teoria. Essa questão da produção intelectual na sociedade burguesa pode ser considerada a partir da constatação de que em tal sociedade - diferentemente das antigas comunidades onde a expressão teórica e a práxis social possuíam uma identidade baseada no conjunto das *necessidades* daquelas mesmas comunidades - “*o teórico social é um intelectual assalariado sujeito cada vez mais estreitamente à divisão do trabalho, isso implica que uma expressão direta das necessidades baseadas em objetivações estáveis já não é mais possível*” (Heller,1986:174 - tradução nossa).

Eis por que compreendemos que a análise das modalidades de práxis só são susceptíveis de interpretação mediante a relação que as une a seus correspondentes tipos de teorias. Do mesmo modo podemos

dizer que as teorias só podem ser interpretadas quando estão relacionadas com as modalidades de práxis que são suas “consumidoras”.

Em consonância com essas idéias, o estudo que desenvolvemos sobre os intelectuais fundamenta-se exatamente na relação entre eles e os movimentos sociais populares, que conformam determinadas modalidades de práxis. Portanto, quando utilizamos como *guia* para a análise dos dados da pesquisa o arsenal de categorias gramsciano, temos por certo que ele permite apreender que a construção e a divulgação das “idéias”, bem como a formação dos intelectuais, não são abstrações - no sentido pejorativo do termo, i.e. como obliteração das objetivações -, mas, atividade prática material, que organiza o campo da cultura e é constitutiva de uma direção ético-política, ou seja, de um projeto de sociedade.

Essa construção teórico-metológica possibilita, precisamente, não cair no viés mecanicista de inspiração neopositivista, que postula serem os intelectuais uma “elite” - identificados como os grandes pensadores, os grandes cientistas etc. -, retirando-lhes o caráter “orgânico” de sua atividade. Embora possamos reconhecer que, ao suprimir o sentido de “organicidade” da atividade intelectual, transformam-se em *senso comum* as idéias que advogam ser a atividade intelectual marcadamente *intelectualista*, ou seja, dissociada da práxis e conformada na expressão: “na prática a teoria é outra”, é importante ressaltar que tal percepção da atividade intelectual é um reflexo do “*problema geral da relação entre teoria e práxis que é um problema particular da sociedade burguesa, um produto de sua estrutura e uma manifestação dela*” (Heller, 1986:161-tradução nossa).

Além disso, é necessário apontar que a elaboração e divulgação de certas “idéias” que reclamam o estatuto de teorias, na reali-

dade, por expressarem diretamente uma apologia da sociedade e de sua práxis correspondente de manutenção do *status quo* vigente, não podem ser consideradas teorias. Como diz Heller (1986:165 tradução nossa), “*tais ideologias não as considero teorias ainda que aspirem a sê-lo. Enquanto manifestações diretas da falsa consciência, podem ser descritas como pseudoteorias, assim como a práxis correspondente como pseudopráxis*”.

A construção do nosso objeto de estudo fundamenta-se nos princípios do materialismo histórico e dialético, que postula que toda *existência material* (real) *se expressa por meio de relações*. Isso significa que não podemos analisar, interpretar, compreender, os sinais de uma dada realidade, sem considerar a *totalidade das relações sociais* que compõem um determinado *objeto*. Por isso, definimos como nosso objeto de estudo a *relação entre os intelectuais e os movimentos sociais populares sob o enfoque da possibilidade de uma reforma intelectual e moral*.

Para realizar a pesquisa, delimitamos inicialmente como possíveis sujeitos os intelectuais que atuam nas ONGs que desenvolvem trabalhos diretamente ligados aos movimentos populares. Nesse sentido, uma etapa prévia da pesquisa constituiu num mapeamento das ONGs atuantes na região Nordeste, para selecionar a unidade de estudo.

Esse mapeamento foi possível devido à publicação de uma pesquisa realizada pela ABONG - Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - com o objetivo de traçar o perfil das ONGs no Brasil⁷. Com base em tal pesquisa, selecionamos como nossa unidade de análise o Centro de Estudos e Ação social - CEAS- BA.

⁷ Esta pesquisa foi publicada pela ABONG/ISER em 1996 sob o título: **ONGs: um perfil** - cadastro das filiadas à Associação brasileira de ONGs (ABONG) -, organizada pelas pesquisadoras Leilah Landim e Leticia Ligneul Cotrim. De acordo com

Os critérios que balizaram a seleção foram construídos tendo como referência a noção, adotada neste trabalho, de intelectual orgânico. Portanto, privilegiamos as ONGs que fizessem uma publicação regular e que tivessem tempo de fundação igual ou superior às duas últimas décadas, além de atuarem junto aos movimentos populares. A importância do recorte no tempo para a seleção da unidade de estudo justifica-se pela compreensão de que a continuidade de uma determinada entidade e de uma publicação indica a presença de uma relação mais consistente entre esses intelectuais e os movimentos populares que apoiam.

No primeiro levantamento, consideramos todas as ONGs atuantes no Brasil, com tempo de fundação de acordo com o critério adotado, e encontramos, conforme quadro abaixo, um percentual muito pequeno em relação as ONGs fundadas ainda na década de 60. Nesse sentido, a seleção subsequente deu-se entre as ONGs que foram fundadas nesta década.

QUADRO - PERCENTUAIS DE ONGs SEGUNDO A DATA DE FUNDAÇÃO

DATA DE FUNDAÇÃO	DE FATO %
1961 - 1969	7,1
1970-1989	20
1980-1984	18,6
1985-1989	38,6
1990-1994(FEV)	15,7
TOTAL	100
(Base=143)	

FONTE: PESQUISA: ONGs: UM PERFIL - ABONG/ISER

a metodologia da pesquisa, foi enviado a cada uma das ONGs filiadas a ABONG um questionário pedindo que respondessem questões relativas, de um modo geral, à origem e aos objetivos; âmbito de atuação; número de funcionário e/ou voluntários e prestadores de serviço; faixa orçamentária; origem dos recursos; atividades principais; beneficiários principais e publicações principais.

Após essa etapa, procuramos selecionar a nossa unidade empírica entre as ONGs fundadas na década de 60 com atuação no Nordeste e que tivessem uma publicação regular, o que as coloca no âmbito nacional de alcance. Desse modo, elaboramos um quadro demonstrativo das ONGs fundadas na década de 60 (Anexo I).

Com base nesses dados, o CEAS apareceu como a ONG mais adequada aos critérios que adotamos, por ser a que reuniu os requisitos de publicação sistemática e se por fixar na região Nordeste, embora, por intermédio da revista, tenhamos notado que sua atuação é de âmbito nacional.

Depois de selecionada a nossa unidade de análise, passamos à realização da pesquisa documental. De acordo com a concepção de intelectual com que trabalhamos nesta dissertação e sabendo que a reunião de um grupo de intelectuais em torno de um organismo social que atua preocupado com a formação de intelectuais, com a construção de uma nova concepção de mundo visando a uma nova prática social, mais do que a própria instituição CEAS, enquanto ONG, analisamos a revista *Cadernos do CEAS*, privilegiando como fonte de pesquisa, os seus editoriais. Utilizamos como informações complementares, as entrevistas realizadas com dois dirigentes do CEAS. Foram incluídos também como informações complementares para enriquecer a pesquisa, dois artigos da secção *Uma visão de conjuntura*; e um outro artigo intitulado: *Assessoria aos movimentos sociais: crise e alternativas*. Todos esses artigos citados foram escritos pelos redatores da revista.

Salientamos que os editoriais de uma publicação regular - revistas, jornais, folhetins etc.- são instrumentos vivos de constatação,

repúdio ou adesão a determinados acontecimentos de ordem política, econômica, social e cultural, ou seja, respondem a determinadas demandas postas pelo movimento real da sociedade. Por isso, constituem-se em fonte *mui valiosa* de informações, por apreender o conjunto do pensamento elaborado e defendido pelo grupo que o constrói; mas também oferecem um certo grau de dificuldade, dada a diversidade de temas que podem abranger.

A análise privilegia a relação entre os intelectuais e os movimentos sociais populares na conjuntura dos anos 90. Em função disso e considerando a abordagem teórico-metodológica adotada, faz-se necessário compreender em qual contexto surgiu o CEAS e por que optou por apoiar os movimentos sociais populares. Nesse sentido, recuperamos no segundo capítulo deste trabalho a origem e o desenvolvimento do CEAS, através das entrevistas e de sua principal publicação: *Os cadernos do CEAS*, buscando, não apenas reconstituir o passado, mas, sobretudo, compreender os determinantes e efeitos da sua atuação intelectual na sociedade brasileira atual, particularmente, no que se refere aos movimentos sociais populares. Damos prioridade, para recuperar a história do CEAS, aos *cadernos* comemorativos, que se preocuparam com divulgar os seus objetivos e sua metodologia de trabalho.

Desse modo, este estudo, ao examinar a relação entre intelectuais e os movimentos sociais populares, numa perspectiva de construção da hegemonia das classes subalternas, valer-se-á da seguinte grade analítica:

- Como esses intelectuais se representam e qual a sua função *na e para* a luta dos movimentos sociais populares;
- a partir de quais elementos do real eles constroem o seu discurso;

- que posição adotam na relação entre o Estado e os movimentos sociais populares;
- como situam a questão da centralidade do trabalho na análise sobre os movimentos sociais populares.

CAPÍTULO II

CADERNOS DO CEAS: definindo caminhos, construindo alternativas

Neste capítulo, destacamos a origem do CEAS, considerando que, apesar da relativa autonomia da revista, é importante situar esses intelectuais na sua relação com o CEAS. Destacamos ainda, os princípios de sua formação e as questões que estiveram no centro do debate e das propostas produzidos por esses intelectuais, em sua trajetória nas décadas de 70 e 80.

Muito convém salientar, que não se trata apenas de uma reconstituição do passado, mas, sobretudo, de buscar compreender o sentido de sua formação, considerando os determinantes gerais que matizaram a realidade brasileira naquele período, no seu evoluir sócio-econômico e político-cultural.

2.1. A emergência do movimento da “Igreja dos pobres” e a “aliança” entre os intelectuais padres e leigos.

A década de 1960 representou, no conjunto das lutas sociais que marcaram o século XX, um momento histórico muito especial porque, como diz Emir Sader (1995:53), “*ocorreram fenômenos bem*

diversos, mas que de alguma forma confluíram para dar a esses anos características de uma década rebelde, libertária, antiautoritária”.

Podemos apontar diversos movimentos de cunho revolucionário que se desenvolveram em diferentes partes do mundo e que influenciaram os movimentos sócio-políticos no Brasil, naquela década: a Revolução Cubana de 1959, expressão de luta contra a dominação norte-americana; a figura revolucionária do guerrilheiro Che Guevara capaz de lutar pela libertação de povos de todo o mundo; a Revolução Cultural na China de Mao Tsé-tung e sua proposta de democratização cultural e política da sociedade chinesa; a guerra do Vietnã que, por sua resistência à ocupação militar norte-americana, *“contagiu as novas gerações de todo o mundo, pois demonstrava como os mais fracos podem derrotar até mesmo a maior potência militar, se são portadores de valores morais”* (Sader, 1995:54) etc. Esses movimentos representaram, em nível mundial, o desejo de construir um novo modelo de sociedade anticapitalista.

No Brasil, os anos 60, sobretudo no período que antecede o golpe militar de abril de 1964, representaram, como afirma Amman (1980:57-8), *“um período de gestação da consciência nacional-popular e de engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas de estrutura. Os processos de conscientização e de politização atingem operários e camponeses, estudantes e intelectuais”*. Esse momento particular, na história das lutas de classe no Brasil, traduziu-se na emergência de vários grupos que se *“constituíram em expressão e prática de caráter político-ideológico, tais como: ligas camponesas, sindicatos, partidos políticos, movimentos de educação e/ou de cultura popular”* (idem.ib.:102).

Esse era, no geral, o cenário no qual surgiu o CEAS. O golpe de Estado em abril de 1964¹, que instaurou o regime militar-tecnocrático, provocou, de imediato, um estado geral de repressão política, atingindo os movimentos organizados das classes subalternas, sobretudo, através da censura e restrição aos órgãos da imprensa e aos partidos políticos de esquerda, que foram postos na clandestinidade, instituindo-se então o bipartidarismo como forma de representação política. O discurso dos militares e daqueles que os apoiaram no golpe, era exatamente o de garantir a democracia no Brasil, que estaria ameaçada por um “inimigo interno”, que a direita, através da propaganda ideológica, sempre identificou com o comunismo e este com o totalitarismo.

Munidos de um discurso “democrático²”, os militares não encontraram resistência. A participação da grande burguesia brasileira no golpe produziu uma ruptura com as idéias desenvolvidas por alguns setores da esquerda (por exemplo, o PCB), desde os anos 30, de que a burguesia nacional teria interesses divergentes daqueles defendidos pelo grande latifúndio e o imperialismo. Ao contrário do que avaliara a esquerda em relação a burguesia urbano-industrial, com o golpe de 1964...

¹ O golpe de Estado de 1964 não foi um fenômeno isolado. No países do Terceiro Mundo, uma sucessão de golpes de Estado indica que se inscreveram num contexto que transcendia as fronteiras desses países. Como diz Netto (1994:16), “movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norteamericano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma *contra-revolução preventiva* em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado terceiro mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social)”.

² De acordo com Amman (*op.cit.*), a estratégia adotada pelo grupo militar que assume o poder contém algumas peculiaridades. Entre elas, destaca-se o “compromisso intelectual com um gênero de democracia que, segundo sua lógica, exige um tutela provisória”. p.101 É com base nessa concepção de democracia, que o general Costa e Silva, logo após o golpe, discursa sobre os ideais do novo regime: “Restaurar o regime democrático representativo republicano; restabelecer o primado da ordem jurídica(...)”. IN Cadernos do CEAS nº152, 1994 p.3

“...consolidou-se uma firme unidade interna das classes dominantes que, naquele momento, sob pretexto da defesa da liberdade e da democracia, conseguiram levar atrás de si amplos setores da classe média. Com os trabalhadores isolados e com uma concepção equivocada a respeito de seus possíveis aliados, a esquerda ficou na defensiva e foi derrotada” (Sader, 1995:100).

Tais movimentos libertários e de resistência sacudiram a década de 60, alinhados na dinâmica endógena do capitalismo no Brasil, que redefiniu os padrões de acumulação impostos pela intensificação da industrialização nos anos 50 e, pela maior abertura ao capital estrangeiro, contribuiu para as mudanças no cenário social e político do País, produzindo e aprofundando as contradições sociais, estimulando o êxodo rural e o crescimento e “inchamento” das cidades, além de fomentar uma concentração, na zona urbana de imensas camadas de uma nova classe trabalhadora. A articulação entre esses movimentos de caráter político-ideológico e o “desenvolvimento” econômico, dos anos 60 e 70 - gerador de novas contradições sociais -, são fatores externos que influenciaram a emergência no seio da Igreja Católica de uma nova *práxis* social, substancialmente distanciada do tradicional conservadorismo dessa Igreja. Essa *práxis* ficou conhecida como o movimento social da Teologia da Libertação.

É bastante conhecida entre nós a tese que advoga a emergência da Teologia da Libertação como uma alternativa da Igreja Católica para manter ou ampliar a sua influência, uma vez que esta estava bastante abalada no final dos anos 50 início dos 60³. Apesar de reconhecer

³ Essa perspectiva analítica é defendida por Eder Sader em seu livro **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo 1970-1980**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1988, pp.141-197. E é também defendida pelo americano Thomas C. Bruneau, **Church and politics in**

nesse tipo de análise algum aspecto de realidade, concordamos com Löwy quando este demonstra sua insuficiência. Para esse autor, uma aproximação mais eficiente para dar conta do fenômeno da “igreja dos pobres” deve partir da convergência entre as mudanças externas e internas da Igreja no final dos anos 50. Ainda de acordo com ele, as mudanças internas que concorreram para a emergência da Teologia da Libertação referem-se ao

“desenvolvimento, desde a segunda Guerra Mundial, de novas correntes teológicas, principalmente na Alemanha (Bultmann, Moltmann, Metz Rahner) e na França (Calvez, Congar, Lubac, Chenu, Duquoc), de novas formas de cristianismo social (os padres operários, a economia humanista do padre Lebreton), de uma abertura crescente às interrogações da filosofia moderna e das ciências sociais”. (Löwy, 1991:33)

A emergência dessas novas correntes teológicas “gestadas” no seio da Igreja Católica desde a segunda guerra mundial são legitimadas e sistematizadas, respectivamente, pelo pontificado de João XXIII em 1962 e o Concílio do Vaticano II em 1965, conformando assim o início de um novo período na história da Igreja. Então, a gênese da Teologia da Libertação está relacionada com todos esses fatores e o seu movimento deu-se no sentido *da periferia para o centro*; ou seja, “*as categorias ou setores sociais no campo religioso-ecclesiástico que serão o motor da renovação são todas de certa forma marginais ou periféricas em relação à instituição: o apostolado leigo e seus diretores espirituais, os especialistas leigos, os padres estrangeiros, as ordens religiosas*” (idem:34).

Esse movimento atinge, algumas vezes o *centro* e influencia as conferências episcopais. Nesse processo, destaca-se a importância dos intelectuais leigos na construção do *cristianismo da libertação*. Löwy

identifica que economistas, sociólogos, urbanistas, planejadores, teólogos ou advogados constituem uma espécie de aparelho intelectual leigo da Igreja desempenhando um papel-chave nesse processo ao levar para o seio da instituição os últimos desenvolvimentos das ciências sociais (idem:36).

A associação entre intelectuais leigos e os jesuítas deram forma e conteúdo ao CEAS desde sua origem até os dias de hoje, conforme veremos a seguir. Participam do CEAS especialistas leigos e jesuítas reforçando uma tendência própria de algumas ordens religiosas: *“certas ordens, como os jesuítas e os dominicanos, são verdadeiras redes de intelectuais ‘orgânicos’ da Igreja, em confrontação e diálogo permanente com o meio universitário e o mundo intelectual ‘profano’ - um mundo que, na América Latina, é largamente influenciado pelos temas marxistas”* (Löwy,1991:37).

O Centro de Estudos e Ação Social - CEAS -, que constitui o espaço institucional onde surgiu a revista, foi fundado em 1967 na cidade do Salvador - BA, por iniciativa de Padres Jesuítas. Na atualidade, ele pode ser definido, como uma Organização não-governamental - ONG. Porém, quando de sua fundação, o sentido e o significado político-ideológico das ONGs ainda não tinham alcançado a extensão dos dias atuais.

Em conformidade com a orientação da Companhia de Jesuítas em toda a América Latina, alguns jesuítas, trabalhando com movimentos de Ação Católica e sociais, em 1963 decidiram reunir-se sistematicamente com a finalidade de procederem a uma reflexão em comum. Fruto desses encontros, em 1967, deu-se a fundação do CEAS.

Desde a sua fundação, participaram padres jesuítas e intelectuais leigos ligados às pastorais da Igreja - p.ex. a pastoral da terra - e as diversas vertentes da Ação Católica, como a Juventude Estudantil

Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica(JUC) e a Juventude Independente Católica (JIC) dos profissionais liberais. Essas várias expressões da Ação Católica deram origem ao CEAS, formalizando como objetivo geral “*elaborar adaptações da doutrina social cristã para responder à realidade do nordeste*” (*Cad.CEAS* nº 150,1994:16).

Se, por um lado, podemos dizer que essa preocupação com a problemática regional se inscreve na conjuntura dos anos 60, caracterizada pela efervescência de movimentos sociais, que se fizeram presentes em todo o mundo; por outro, a intenção de “divulgar” a doutrina social cristã corresponde a uma estratégia da Igreja para deter o avanço da ideologia “comunista”, disseminadora do ateísmo, identificada em muitos movimentos sociais da época, a exemplo das Ligas Camponesas em Pernambuco.

Entretanto, como vimos, a despeito dessa contradição, os anos 1960 e 70 marcaram, sobretudo em muitos países da América Latina e em particular no Brasil, uma aliança entre os setores da Igreja, identificados com os preceitos da Teologia da Libertação, e os movimentos populares e movimentos político-partidários de cariz marxista.

A revista *Cadernos do CEAS* começou a ser publicada em março de 1969, num período de intensificação da repressão política pela ditadura militar, sobretudo a partir de 1968, com a decretação do AI 5. Como afirma Netto (1994:38 -grifos do autor), com a decretação do AI 5,

“...o que fora até então, uma *ditadura reacionária*, que conservava um discurso coalhado de alusões à democracia e uma prática política no bojo da qual ainda cabiam algumas mediações de corte democrático-parlamentar, converte-se num regime político de *nítidas características fascistas*”.

A iniciativa de publicar a revista, conforme explicam seus editorialistas, refletiu a “*preocupação geral, própria da década de 60, com o subdesenvolvimento, a miséria e a opressão no chamado terceiro mundo, um quadro particularmente gritante no nordeste brasileiro e sob um regime militar*” (Cad. CEAS nº150,1994:15)

Para os intelectuais do CEAS, estavam postas as condições para o surgimento de uma publicação que não fosse tão somente “um porta-voz” do CEAS, mas, sobretudo, operasse como um instrumento de análise das condições sócio-econômicas e políticas do Brasil naquele período, servindo como apoio e integração entre os intelectuais intermediários que atuavam junto aos movimentos populares no campo e na cidade. Com essa perspectiva começaram a ser publicados os *Cadernos do CEAS*.

Os primeiros vinte números dos *Cadernos do CEAS*, basicamente, foram monotemáticos e representaram um “*momento de compreensão, posicionamento e análise inicial*” (Cad.CEAS nº 150,1994:15). Os temas que a revista abordou, nos anos 70, referem-se às questões: 1) da Igreja, com a emergência de novas correntes teológicas, gestadas desde a segunda guerra mundial; 2) do desenvolvimento regional, como crítica ao modelo “desenvolvimentista” implementado na década de 1950 e encampado pela SUDENE; 3) da reforma agrária, enfocada como problema central da região Nordeste, sobretudo, pelo alto grau de opressão vivenciada no campo; 4) do imperialismo, com suas múltiplas determinações sobre o modelo de desenvolvimento econômico, político e social brasileiro; 5) da democracia, como fundamento inalienável para a conquista da soberania nacional. Essa última questão viria a ser, sem dúvida, no decorrer das décadas de 70 e 80, o elemento catalisador da colaboração de muitos intelectuais com a revista, como também de seus leitores.

A partir de 1974, com o número trinta, os *Cadernos* inauguraram os seus editoriais, consolidando assim sua proposição enquanto intelectuais orgânicos, cujas funções, em muitos aspectos, podem ser consideradas como análogas à do partido político e, por isso, “*procuram dar forma homogênea à consciência da classe a que estão organicamente ligados, preparando, desse modo, a hegemonia dessa classe sobre o conjunto de seus aliados*” (Coutinho, 1992:108).

Nos editoriais da revista, começam a se delinear os princípios norteadores dos *Cadernos*. Inicialmente, a orientação predominante nos *Cadernos* era a da Ação Católica, com ênfase na preocupação geral dos jesuítas na América Latina que refletiam sobre as questões sociais, que era divulgar a doutrina social da Igreja, aplicando-a à situação do Nordeste; isso demonstrava...

“...o nível bastante teórico e idealista da época, para não dizer alienado, no sentido de o grupo da Redação (da Revista) pensar ser possível influir na mudança da sociedade nordestina simplesmente através de orientações gerais, patrimônio da Doutrina Social da Igreja. A orientação foi logo corrigida, porque o contato - saudável e indispensável - com a realidade concreta mostrou a complexidade da situação e a necessidade de aprimorar a utilização de instrumentos teóricos de análise que pudessem levar a um maior conhecimento”. (*Cad.CEAS* nº150, 1994: 15)

No entanto, simultaneamente a essas primeiras definições e orientações presentes nos *Cadernos*, observamos que a participação ou a integração de “leigos” provenientes dos “grupos de esquerda” provocou uma reorientação no sentido de procurar superar “o nível bastante teórico e idealista da época”.

“A participação dos chamados ‘leigos’ (de um modo geral, não religiosos) contribuiu essencialmente em dois aspectos. Primeiro, o aporte das ciências sociais: conceitos teóricos e dados sócio-econômicos. Segundo (junto com o que poderíamos chamar de ‘um certo manejo do instrumental marxista’), a politização da visão essencialmente ético-humanista dos religiosos.”(Cad.CEAS. nº 150,1994:18)

Essa relação entre os padres jesuítas e outros intelectuais militantes de diversos grupos e partidos de esquerda estimulou as discussões sobre as questões anteriormente abordadas, mas, então, com uma direção mais consciente em torno dos problemas vivenciados pelas classes subalternas. Com a integração de intelectuais marxistas à equipe, as análises sobre os problemas nacionais, passaram a ser embasadas nos conceitos de estrutura, dependência e relações sociais e econômicas fundamentais. Diante disso, percebemos uma mudança na orientação dos intelectuais, expressa na revista. A apresentação dos *Cadernos* impressa na contra-capa da revista, até 1976, tinha o seguinte conteúdo:

“...uma publicação que procura, através da reflexão interdisciplinar e da análise dos problemas sociais, indicar caminhos para a realização de um desenvolvimento harmônico, visa, em particular, refletir sobre a realidade brasileira, particularmente a nordestina”. (Cad. CEAS nº38 1975)

Nessa apresentação, podemos observar que nesse primeiro momento da revista, a perspectiva que assumiam aqueles intelectuais, caminhava no sentido de garantir reformas sociais, sem questionar a ordem do capital, conforme explicitam neste trecho: “*indicar caminhos para a realização de um desenvolvimento harmônico*”.

A partir de 1977, observamos um redirecionamento substancial na apresentação dos *Cadernos*. Os objetivos dos intelectuais então passaram a ser: “*acompanhar a luta por direitos humanos, liberda-*

des democráticas e melhores condições de vida; tendo em vista a ampla participação das classes populares na construção de uma sociedade independente, livre e justa” (Cad. CEAS nº 50, 1977:3). Nessa nova apresentação, dois aspectos merecem destaque. O primeiro diz à respeito a adesão desses intelectuais às classes subalternas; o segundo, à clareza de que o que se deseja é construir uma nova sociedade que, “independente, livre e justa”, não pode ser “pensada” nos marcos do capitalismo. Esses objetivos, seriam mantidos e ampliados nos anos 1980 até os dias atuais. É importante frisar, que a apresentação atual dos *Cadernos* expressa que a ação desses intelectuais não é somente analisar a realidade brasileira, mas, também, denunciar as lutas concretas dos diferentes segmentos das classes subalternas, dando-lhes visibilidade, conforme podemos observar na seguinte apresentação:

“...uma publicação que apresenta, analisa e comenta a realidade brasileira, denunciando formas de opressão e desigualdades sociais e apontando a iniciativa das classes populares como caminho para a superação da miséria e da exploração, na direção de uma sociedade mais justa e humana, de real participação democrática.” (Cad. CEAS nº 137, 1987)

Na nossa interpretação, a supressão de uma orientação claramente “aclassista” dos objetivos anteriores - “desenvolvimento harmônico” da região Nordeste e do Brasil - incide em dois aspectos: 1) as mudanças internas relacionadas a integração entre os intelectuais jesuítas e os intelectuais leigos; 2) as mudanças externas - novos movimentos sociais emergiam no cenário político brasileiro, sobretudo na segunda metade dos anos 70, e o modelo econômico entrava em colapso “agudizando” a crise de legitimidade do governo e provocando polarizações no campo político.

Quanto às mudanças internas ocorridas no CEAS, vejam-se as páginas 63 e 64 desta dissertação. Do ponto de vista das mudan-

ças externas, o começo do projeto de “abertura política”, orquestrada “pelo alto” ainda no Governo Geisel, entrou em choque com o que Coutinho (1992) chama de *processo* de abertura encampado pela movimentação real da sociedade civil, que exercia uma pressão de baixo para cima, acirrando as contradições sociais e polarizando o campo das lutas de classe.

2.2. A luta pela democracia e a emergência dos novos movimentos sociais

A década de 1970 representou um momento de acirramento dos conflitos sociais, colocando para o regime militar a necessidade de articular alianças no sentido de provocar uma distensão capaz de amenizar a intensidade dos conflitos e assim, garantir a “ordem” e assegurar uma transição política sem grandes fraturas para o sistema.

É certo que essa preocupação dos governos militares nos anos 70, sobretudo, após 1974, quando se evidenciou o colapso do “milagre econômico” e a ditadura sofreu as primeiras derrotas nas eleições parlamentares, tem suas raízes na forma pela qual se desenvolveu o regime militar brasileiro. Como diz Coutinho (1992:133), o regime militar brasileiro não se constituiu numa ditadura fascista clássica com bases de massa organizada; ao contrário, *“apoando-se na camada militar-tecnocrática, esse regime não foi capaz de criar organismos capazes de conquistar uma hegemonia real na sociedade civil, nem de fazer funcionar os aparelhos desta como ‘correias de transmissão’ de um Estado totalitário, como ocorreu na Itália e na Alemanha”*.

Essa característica da ditadura brasileira, associada à fratura do modelo econômico, provocou uma crise de legitimação, ampliando ainda mais as bases, no âmbito dos aparelhos da sociedade civil, para um arco de alianças contra o regime ditatorial, que congregavam desde a esquerda socialista aos conservadores menos radicais.

Nesta conjuntura, os *Cadernos do CEAS* durante os anos 70 teriam tido um significativo peso entre os intelectuais e militantes que trabalhavam tanto com as pastorais quanto com outras organizações populares, justamente porque representava, naquele momento, um importante “aparelho privado” para “hegemonizar” as forças antiditatoriais.

Desse modo, os *Cadernos* apareceram como um instrumento para refletir a realidade e divulgar tanto as idéias como também as ações de alguns movimentos de cunho popular, seja no campo, seja na cidade. Essa característica da revista como instrumento de crítica no sentido de contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais populares registra com clareza a intenção de seus autores de se formalizarem na perspectiva de intelectual orgânico defendida neste estudo, conforme explicita o trecho da entrevista que realizamos com um dos membros da redação dos *Cadernos*:

“Você não tinha um instrumento de chegar a determinados setores. E o CEAS é uma entidade, em que pese, de militantes intelectuais ou intelectuais militantes, mas que precisava de um instrumento para ganhar novos setores intermediários para atuar dentro dessa direção. A revista surge com essa perspectiva. Não de chegar diretamente ao povo, mas de constituir uma base crítica, de tal modo a ganhar mais pessoas para essas idéias de resistência e constituir também um instrumento que se orientasse nessa direção, de trabalhar junto ao povo, na perspectiva de, não tanto transformação, mas de resistência...” (Entrevistado A)

Através das informações obtidas, verificamos a importância do CEAS como uma entidade que nos anos de ditadura militar possibilitou a aglutinação de intelectuais militantes de várias organizações políticas e de vários partidos de esquerda, tais como o PCB, o PC do B, a AP, entre outros, que viam na revista um instrumento eficaz e eficiente para divulgar suas idéias e “conquistar” novos aliados, conforme exposto:

“Aqui isso se anunciava com força, sobretudo a partir de 68. A revista surge em 69, como uma decorrência do fechamento total [do regime]. Valendo-se inclusive de uma certa garantia que as entidades religiosas pronunciavam a esses intelectuais militantes, não foi difícil se articular em torno do CEAS, aqui você tinha uma certa segurança de que não seria aprisionado imediatamente. Você era do CEAS e era também militante de outras instituições que não tinha nada a ver com o CEAS, como é o caso de algumas pessoas aqui dentro, que resistiam de várias maneiras. Aqui, era uma resistência, nós víamos, mais intelectual, mas de uma forma diferente, não era abstrato, era intelectual, mais era militante, ele tinha a militância dele. E aqui você construía um objeto ou instrumento de atuação junto a camadas intermediárias que atuavam junto ao povo. Esse era nosso objetivo histórico e é até hoje. Que é o que caracteriza a nossa revista. Nós não trabalhamos, não fazemos uma revista que vai ser lida direta pelo camponês analfabeto. Nós trabalhamos com esse objetivo mais junto as camadas que trabalham com ele, setores intelectuais médios, intermediários que trabalham com essa população, com assessoria, consultoria popular, liderança do movimento popular, as chamadas pastorais, etc, são instâncias intermediárias que trabalham com essa população. E a revista serve de instrumento. Ela não é nem porta-voz do CEAS, mas um instrumento que visa ampliar o nível de reflexão de camadas intelectuais que trabalham junto aos setores populares. Isso é o nosso objetivo. Não nos interessava o debate em abstrato, interessava criar um instrumento que nem era partidário, que o CEAS não era um partido, nem também era a academia.” (Entrevistado A)

Observamos claramente que a preocupação dos organizadores da revista foi criar um canal de expressão para as idéias de resistência ao regime e ao modelo de desenvolvimento econômico e social implantado pelo governo militar. Nesse sentido, *Os Cadernos* traduzem-se como um “intelectual orgânico” que se “*articula com a esfera de organismos ‘privados’, exercendo suas atividades (e, entre elas, a de lutar pela hegemonia política e ideológica do grupo que representam) através e no seio dessas formas autônomas de criação e difusão da cultura*” (Coutinho, 1990:17).

Assim, os editores da revista estabeleceram, conscientemente, como objetivo articular os intelectuais intermediários que atuavam juntos aos movimentos populares. Grande parte desses intelectuais intermediários, como não poderiam deixar de ser, eram representantes das pastorais, agentes das CEBs; mas esse não era o único público da revista. Tomando como referência uma pesquisa realizada entre os assinantes da revista, que desde meados da década de 70 mantém uma tiragem de 2.500 exemplares, encontramos outro público: professores (19,0%), profissionais liberais (16,2%), estudantes (12,0%), entre outros. Isso indica, de certo modo, a diversidade de público que a revista buscou atingir. Por outro lado, nessa mesma pesquisa, encontramos o registro de que, entre os assinantes que participam de algum movimento, 47,8% estão ligados à Igreja, reforçando, desse modo, a perspectiva dos editorialistas em atingir os militantes que atuavam em movimentos da Igreja.

Além disso, a articulação entre os jesuítas e os intelectuais leigos em torno da proposta da Teologia da Libertação, que os unificava, revela um fenômeno bastante característico da relação, na América

Latina, da Igreja com os movimentos sociais de cariz marxista, conforme sintetiza Löwy (1991:35):

“...os movimentos católicos leigos, como a Juventude Universitária Católica, a Ação Católica, os movimentos de educação de base [Brasil] ou de promoção agrária [Nicarágua], as Federações dos Camponeses Cristãos [El Salvador] e, sobretudo, as comunidades de base, foram, a partir do início dos anos 60, o lugar social de um engajamento ativo de cristãos nas lutas populares, de uma reinterpretação do Evangelho à luz dessa prática e, em certos casos, de uma atração irresistível (o termo empregado por muitos observadores é ‘fascinação’) pelo marxismo”.

Esse contato entre os jesuítas e os intelectuais militantes, no CEAS, possibilitou uma aproximação, no âmbito da revista, dos intelectuais que utilizam referencial teórico-metodológico de inspiração marxista com o discurso ético-humanista de intelectuais e de militantes originários dos movimentos católicos, com maior ou menor inserção na Teologia da Libertação. Essa aproximação conformou uma orientação nos *Cadernos* que, de certo modo, ainda permanece na atualidade. O elemento fundamental que abrigou diversos intelectuais sob a mesma bandeira foram as noções de igualdade, de justiça social e de libertação do *povo*.

Decerto essas são noções muito gerais para articular intelectuais adeptos de perspectivas teóricas e políticas tão distintas. Contudo, cabe destacar dois aspectos condicionantes dessa articulação entre intelectuais leigos e intelectuais religiosos. O primeiro refere-se a possibilidade de atingir as *massas* através da religiosidade, que é uma de suas características culturais mais fortes. O segundo diz respeito à própria “prática” dos grupos ligados as pastorais e as CEBs, que encerra uma nova mensagem religiosa, a qual se afirma contra a expropriação, a opressão e a

tradicional forma de participação religiosa hierarquizada, possibilitando, desse modo, a construção de novas concepções de mundo, mais adequadas à ação dos movimentos sociais populares.

Desse modo, nos *Cadernos*, a confluência de intelectuais comprometidos com os movimentos das classes subalternas com os intelectuais jesuítas comprometidos com a “salvação do povo de Deus”, do ponto de vista dos intelectuais do CEAS, expressa a identidade do grupo em torno da noção de *práxis social*, conforme explicitado neste depoimento:

“Os intelectuais que tinham na prática o seu elemento motor de inserção, se articulam com esses religiosos, setores religiosos, sobretudo, no caso nosso aqui, com os Jesuítas que estavam dispostos também a trabalhar junto com esses intelectuais dentro de uma perspectiva que os unificava, que era a Teologia da Libertação: trabalhar junto ao povo e não para o povo, mas despertar consciência, fazer do povo, quer dizer, essa entidade mítica, povo, como era claro, você vai observar isso no CEAS, o povo! que era o povo?. Mas de qualquer modo estava presente o povo, o povo sofredor, o povo de Deus para o CEAS, a classe trabalhadora para nós, não religiosos. De certo modo isso nos unificava, o povo era classe trabalhadora, o povo era camponês, o povo era massa de excluídos, o povo era tudo isso, que nos unificava, e nos juntou nessa entidade inicialmente, a partir de 1967” (Entrevistada A).

Essa visão de “povo” que na literatura sobre os movimentos sociais no Brasil, como também, na prática desses movimentos sempre buscou vincular-se à noção, quase sempre confusa, de popular, não escapa às formuladas por esses intelectuais. O *povo* aparece como uma entidade mítica, sem dúvida, mas aparece também identificado como oprimido, como explorado, como excluído. Vendo-o como explorado, oprimido e excluído, a revista começa a trabalhar essa noção de povo procurando capturar as lutas concretas do povo e vinculando-as aos movimentos das

classes subalternas, isto é, buscando “homogeneizar” o discurso fragmentário e errático dos sujeitos dessas classes.

Nessa perspectiva, o editorial *Cadernos do CEAS: 50 números pela participação popular* expressa bem a preocupação da revista com o abrir espaços para divulgar e fortalecer os movimentos populares. Assim, diz o editorial sobre a decisão da revista de divulgar as lutas populares.

“A revista definiu a preocupação de não apenas ‘falar sobre o povo’ mas de apresentar nas suas páginas a cena popular e as lutas concretas do povo. É o que chamamos na nossa pauta de ‘o povo se mexendo’. É a participação do povo nas páginas da revista e também na própria análise, i.é., na definição dos problemas e das tendências da sociedade. Nessa linha vão também as ‘rebeliões no subúrbio’, os conflitos de terra, a história das ‘invasões’ e dos desabrigados em Salvador, as iniciativas dos trabalhadores dentro e fora do sindicato (...) a cena brasileira e as manifestações das camadas médias da população”. (Cad. CES nº 50, 1977: 03)

É desse modo que os movimentos populares vão sendo traduzidos como movimentos das classes subalternas que necessitam de destaque no cenário político nacional e que precisam ser analisados à luz dessa perspectiva, para garantir a ampliação de suas bases. A participação popular nos processos e nas decisões políticas foi insistentemente reiterada pela revista na década de 70, expressando a luta contra o regime autoritário e esboçando uma das características mais marcantes do CEAS, no que se refere à sua metodologia de trabalho, que é o basismo.

Em seus editoriais no período de 1974 à 1979, observamos a predominância de análises que focalizam o modelo político vigente, confirmando uma tendência própria da época, a luta pela democratização do

país. Deste modo, analisavam seus editorialistas: “*o conteúdo da revista se inscreve hoje, na corrente do pensamento democrático e progressista preocupado prioritariamente com os interesses populares e com a participação do povo*”. (*Cad.CEAS* nº 50, 1977:03)

A luta pela democratização do País tornou-se elemento de destaque na trajetória da revista nos anos 70; mas, a questão da terra, dos movimentos camponeses e dos conflitos no campo ocupou igual lugar de relevo na revista. Exemplares, nesse sentido, foram os estudos divulgados na revista sobre a Amazônia, no momento das especulações em torno da construção da Transamazônia, os quais colocaram o CEAS como referência para os estudos na área rural e o habilitou para assessorar a criação da *Comissão Pastoral da Terra* - CPT, nacional.

De acordo com alguns analistas⁴, a Igreja não tinha nessa época um projeto claro de reforma agrária. Apesar disso, pode-se dizer que sua perspectiva se aproximava da vertente nacional-desenvolvimentista. Nos *Cadernos do CEAS* na década de 70, encontramos um amplo debate sobre o tema da Reforma Agrária, geralmente patrocinado pelos seus editorialistas e pelos documentos da CPT.

De um modo geral, a Reforma Agrária, nesse período, foi defendida de forma veemente pelos intelectuais do CEAS. A perspectiva de reforma agrária defendida era aquela capaz de operar...

“...uma mudança realmente qualitativa nas estruturas de produção e comercialização da agropecuária. No caso brasileiro, o ponto de partida, deixando claro que não é só isto que constitui um programa de reforma agrária, é a transformação do atual regime de propriedade, extin-

⁴ Ver especialmente o artigo publicado nos *Cadernos do CEAS* nº 166 nov/dez 1996 de Paulo Roberto R. Alentejano. **O sentido da Reforma Agrária no Brasil dos anos 90**. Para um maior aprofundamento, ver MEDEIROS, Leonilde S. et all. **Concepções, controvérsias e questões**. Rio de Janeiro, IBASE, 1994.

guindo o latifúndio e fazendo uma redivisão da terra”
(*Cad.CEAS* nº46,1976.5).

A destruição do modelo de concentração da terra, promovido pelo latifúndio, deveria ser tarefa da reforma agrária proposta pelos intelectuais do CEAS; pois, somente assim, “*dentro de pouco tempo teríamos mudado o quadro da estrutura de posse e de uso da terra e, com o trabalho de todos os camponeses, estaríamos começando a construir um Brasil com um povo mais rico...*” (idem). Neste mesmo número da revista (nº 46), encontramos um artigo que articula “uso da terra e o desenvolvimento”, amplamente ancorado nas teses de Celso Furtado, para quem latifúndio e desenvolvimento econômico eram incompatíveis. Isso indica que a defesa da reforma agrária, naquele período, esteve marcada por essa aproximação com a vertente nacional-desenvolvimentista.

O destaque que os intelectuais do CEAS deram à questão da reforma agrária, num período de intensa repressão política, contribuiu para a organização dos trabalhadores do campo - principalmente através da CPT - em várias áreas do Nordeste, sobretudo naquelas onde se instaurava o trabalho assalariado. Além disso, a discussão sobre o tema da reforma agrária, tinha para os intelectuais do CEAS o sentido político de reforçar o arco de alianças contra o regime militar. Nesse sentido, a luta pela reforma agrária representava uma luta estratégica contra regime político e a favor da democratização da sociedade, através da democratização das relações econômicas, expressas na estrutura fundiária brasileira.

Durante os anos de regime militar, os intelectuais do CEAS constituíram-se em intelectuais orgânicos - pela mediação da revista - na medida em que buscaram analisar a realidade brasileira, na perspectiva das demandas postas pelos movimentos das classes subalternas, confor-

mando um determinado conhecimento e buscando dar visibilidade a esses movimentos.

O processo de transição democrática, iniciado ainda no final dos anos 70 com o programa da “distensão lenta, segura e gradual” do Governo Geisel, desembocou na década de 80 com um amplo movimento de massa que reivindicava o fim dos governos militares através de eleições diretas para a presidência da República.

No final da década de 1970 as mudanças na conjuntura brasileira fizeram-se sentir de maneira efetiva, sobretudo no que se refere às possibilidades de “abertura” política, que já havia sido anunciada ainda no Governo Geisel (abertura lenta, segura e gradual) e se desenvolveu no Governo João Batista de Figueiredo com o processo de anistia política, mesmo que “restrita”. Como consequência desse processo de distensão política, articulado pelo alto, apesar da aparente “participação popular”, apareceram no espaço da mídia vários grupos alternativos desenvolvendo propostas no âmbito de uma imprensa democrática. Isso ampliou, sem dúvida, os espaços para as diversas frentes de resistência ao regime autoritário e possibilitou a difusão de diferenciações entre os grupos de oposição ao regime.

Essas mudanças conjunturais iram repercutir expressivamente na concepção dos *Cadernos*, ensejando desde então alguns dos principais questionamentos que a revista desenvolveria na década de 80, a sua contribuição para os movimentos sociais populares, sua direção e suas propostas para a ação desses movimentos. No editorial de nº 59, datado de janeiro/fevereiro de 1979, quando da comemoração dos dez anos de publicação dos *Cadernos*, encontramos o seguinte questionamento:

“...a data poderia passar despercebida. Contudo achamos oportuno lembrá-la como um momento de reflexão nossa e também dos que participam do nosso trabalho, quer leitores, quer colaboradores. Acreditamos que isto possa contribuir para que melhor nos situemos face ao momento atual que o país vive. As dúvidas e incertezas não faltam. A imprensa democrática se multiplicou, aumentaram as revistas com análises sérias, as exigências conjunturais mudaram: **há ainda necessidade e espaço para a nossa revista? qual deveria ser sua linha?**”
(CAD. CEAS nº 59. 1979:03- grifos nossos)

Essa linha de questionamento formulada pelos intelectuais do CEAS, revela desde tal período uma preocupação com problema de sua auto-representação enquanto intelectual orgânico, cioso de que sua função não é formular um projeto de sociedade próprio, mas, contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais populares, numa dada direção, isto é, na perspectiva de superação da ordem capitalista.

A natureza dessa crítica está relacionada, por um lado, com o esvaziamento das lutas pela “democracia”, que representou, na década de 70, o elemento de convergência entre os intelectuais e os movimentos populares; por outro, com a emergência dos chamados “novos” movimentos sociais, que deslocariam o eixo das lutas gerais para o âmbito do cotidiano e para as questões específicas.

Os chamados “novos movimentos sociais” - feministas, raciais, étnicos, religiosos, ecológicos, sexuais, reivindicatórios urbanos etc.- expuseram questões de fundamental importância para a ampliação da democracia e quase sempre se increveram numa perspectiva de conquistas de direitos sociais e políticos; mas também trouxeram o problema da fragmentação das lutas populares contra o Estado burguês. Nesse sentido, os intelectuais do CEAS, analisando o Movimento Negro na Bahia, dizem:

“Aqui e ali, muitos observadores olham com reserva as explosões localizadas dos movimentos negros, como a perguntar até que ponto se pode esperar desses grupos uma participação conseqüente e eficaz no processo de emancipação do conjunto dos trabalhadores, dos explorados, dos despossuídos. Não representam uma dispersão de energias? Este questionamento é dramático num momento em que parece muito difícil articular os esforços dos movimentos populares no sentido de exercer pressões sobre as burguesias e o Estado e conquistar direitos” (CAD. CEAS nº 113, 1987:03)

Na apresentação da questão do Movimento Negro, por sinal, encontramos uma das preocupações dos intelectuais do CEAS que se fará também presente nos 90, traduzida na problemática da articulação possível, frente à diversidade de movimentos sociais. Consideram, porém, importante a postulação desse movimento e percebem-no como um avanço, quando retrucam a postura de muitos intelectuais que questionam o caráter revolucionário dos movimentos negros. Para os intelectuais do CEAS...

“esses novos movimentos trazem à tona problemas antigos, ou pelo menos não tão recentes. O que acontece é que as grandes cidades brasileiras experimentam uma fermentação cultural própria de centros propriamente urbanos, com influências cosmopolitas. Ou seja: há espaço para muitas questões, o sofrimento e a insatisfação se desdobram em múltiplas direções, expressa-se uma variedade maior de tipos humanos, resultado da própria complexificação e diversificação da vida social. Os sujeitos se manifestam em diversos níveis e a univocidade da linguagem do explorado precisa ceder espaço à apresentação de problemáticas específicas” (CAD. CEAS nº 113, 1987:04).

De fato, a diversidade da vida social nos grandes centros urbanos produziu uma pluralidade de movimentos portadores de reivindicações, denúncias, proposições, que expressam as contradições da própria

sociedade; mas o sentido de sua própria formulação enquanto um movimento, só se apresenta como novidade quando

“...se coloca explicitamente como questão política, relacionando-o a outras questões fundamentais para a construção de uma sociedade democrática. A atividade dos movimentos negros e sua presença em diversos espaços da vida social e política impõem, hoje, a visualização da questão étnica como uma das chaves de compreensão da sociedade brasileira.” (CAD.CEAS nº 113, 1987:05)

Os intelectuais do CEAS, reconhecem a necessidade da pluralidade de movimentos sociais, mas afirmam que a principal questão desses movimentos é a dificuldade de relacioná-los com outras questões mais amplas que articulem as lutas específicas em torno de um projeto comum de sociedade.

A partir dessas considerações sobre a origem e a trajetória dos intelectuais do CEAS nos anos 70 e 80, podemos fazer algumas inferências básicas. Ressaltamos inicialmente, a aliança entre intelectuais leigos e religiosos que possibilitou, não só ampliar as bases dos movimentos sociais populares, mas articulá-los, durante os anos de regime militar, sobretudo, em função da luta pela democratização do país.

À medida que, os anos 80 avançavam, consolidando no plano político a transição para uma democracia formal, o sentido dessa articulação anterior começaria a ser quebrado. A luta pela democracia já não era mais o eixo aglutinador das lutas sociais - e isso contribuiu para uma certa dispersão dos movimentos e dos intelectuais, ao mesmo tempo em que permitiu perceber qual a direção que assumiria a relação entre intelectuais e os movimentos sociais populares, quando o “consenso” em torno da oposição ao regime militar se esgotou.

Além disso, no final da década de 80 e adentrando os anos 90, as mudanças econômico-sociais e político-culturais produzidas pelo processo de reestruturação produtiva, bem como a “crise” do chamado socialismo real, foram apresentando-se, conforme discutiremos no próximo capítulo, como dois processos combinados que (re)põe para esses intelectuais novos e velhos desafios em relação às possibilidades de articulação dos movimentos sociais populares em torno de um projeto de sociedade alternativo à ordem do capital.

CAPÍTULO III

A AÇÃO DOS INTELECTUAIS NA *ERA DA GLOBALIZAÇÃO*

O termo *globalização* tem sido empregado, de forma bastante imprecisa, para designar a nova face da mundialização da economia, no seu esforço de superação da profunda crise que se iniciou nos anos 70 com o esgotamento do modelo de acumulação *fordista-keynesiano*, caracterizada pela transição para uma nova etapa de acumulação, denominada por alguns analistas como “acumulação flexível”.

Por sua vez, essa nova etapa da exploração capitalista, compreendida como reestruturação produtiva, combina dois processos: o uso de novas tecnologias e a utilização de novos métodos de gerenciamento da força de trabalho. As consequências desse processo para o mundo do trabalho têm sido desastrosas. Entre outras sequelas, temos o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a diminuição do número de trabalhadores nas fábricas e em outros setores da economia.

No âmbito dos movimentos sociais populares, a precarização, a complexificação e a heterogeneização do mundo do trabalho, têm dificultado ainda mais as possibilidades de desenvolvimento e consolidação

de uma consciência de classe, fundada em um sentimento de pertencimento de classe, “*aumentando consequentemente os riscos de expansão de movimentos xenofóbicos, corporativistas, racistas, paternalistas, no interior do próprio mundo do trabalho*” (Antunes, 1995:64).

Ainda como decorrente desse processo de reestruturação produtiva, a tendência do grande capital é fundir-se em grandes corporações mundiais, ampliando o poder dessas grandes organizações transnacionais e reduzindo parte significativa do poder dos Estados nacionais, o que coloca em questão a autonomia dos Estados-nações nas determinações de sua política econômica.

Parte integrante desse processo de transição do modelo de acumulação *fordista-keynesiano* para o modelo de acumulação *flexível*, o neoliberalismo é a ideologia que tem garantido, quer nos países de capitalismo avançado, quer nos de capitalismo dependente - como Brasil, Argentina, México etc. - a implementação de medidas políticas e sociais que se apresentam indispensáveis para garantir essa nova etapa de acumulação capitalista. Basicamente, essas medidas dizem respeito à reforma do Estado (*Estado máximo para o Capital*), à crescente desregulamentação dos contratos de trabalho, e ao predomínio dos contratos *flexíveis* de trabalho, isto é, contratos de trabalho temporários.

Nesse amplo processo de transformação das relações produtivas, o neoliberalismo e a derrocada do chamado socialismo real, corroboram a tese de que vivenciamos uma *crise global ou societal*, que atinge todas as esferas da vida social - econômica, política, social e cultural - , à medida que aumentam a auto-afirmação do capitalismo. Contudo, os

sinais das contradições marcantes desse processo de *globalização*, mais do que conduzir ao “fim da história” com o coroamento do modo de produção capitalista, têm compelido o movimento do capital a rumar para a barbárie (Netto, 1995:198).

Diante de tal cenário, a alternativa à barbárie ou a superação dessa ordem é função de amplos movimentos de massa. É nesse processo, conforme discutimos anteriormente, que se insere a questão da contribuição dos intelectuais para relação com os movimentos sociais populares. Diante das incertezas e das dificuldades impostas aos trabalhadores e às suas formas de organização pelo processo de reestruturação produtiva, bem como, da ausência de um sistema alternativo ao capitalismo, após a derrocada do bloco socialista, não são poucos os desafios que esses intelectuais têm tido a enfrentar desde o início dos anos 90, conforme discutiremos neste capítulo.

3.1. Os intelectuais e a crítica ao projeto neoliberal.

No decorrer dos anos 1970 e até meados dos anos 80, os intelectuais do CEAS conceberam a sua atuação no cenário político-cultural brasileiro e, em particular, nordestino, como fundamental para resistência ao governo militar e apoio às organizações populares, na perspectiva de demo-

cratização das relações sociais, políticas e econômicas, tanto no campo como na cidade.

“Os *Cadernos* levavam dados, denúncias, informações, notícias e uma maneira alternativa de entender a realidade nacional. Isso quando o regime militar censurava toda a imprensa (com a sacrificada resistência de jornais alternativos como o *Movimento*)... Na conjuntura do AI 5, a revista contribuiu para frustrar a censura e representou uma resistência viva contra o endurecimento político” (...)

“Com a cobertura da Igreja, dos jesuítas, do Cardeal, se revelavam fatos e documentos que não podiam ser veiculados em outros meios já censurados. O CEAS foi uma fonte alternativa de informações e análises, um instrumento de crescimento da consciência e organização populares” (...)

“A revista sempre foi uma voz de denúncia do autoritarismo, contra as prisões, as torturas, a violência no campo, a violência contra a Igreja etc. Por essas razões, sofreu a censura da Polícia Federal, várias admoestações e o sequestro do nº 27.” (*CAD.CEAS* nº150.1994:20)

Desse modo, o eixo fundamental da revista durante o período da ditadura militar foi garantir às organizações populares e à sociedade em geral um veículo de informações e de análises críticas sobre a realidade nacional. Devido ao fato de que eram poucos os grupos intelectuais que se achavam em condições de produzir uma revista de oposição ao regime militar - sobretudo, uma revista que buscasse divulgar as lutas concretas dos trabalhadores rurais e urbanos, denunciando, não só a opressão de que eram vítimas, mas, também, as contradições do modelo de “desenvolvimento” proposto pelos governos militares -, os intelectuais do CEAS avaliam que, durante aqueles anos, a revista teve um papel mais significativo, embora não neguem a importância da revista na atualidade,

principalmente entre as organizações dirigentes e de assessoria, conforme explicita o depoimento a seguir:

“Durante o tempo da repressão a gente admite que era uma papel mais contundente porque tinha poucos órgãos que fizesse isso. Mesmo quando fazia, era a partir de um grupo como o Opinião, Movimento e as revistas alternativas, p.ex. o Pasquim... era um pouco assim, grupos de intelectuais, escritores, era a imprensa mesmo. E a nossa revista parece que ia muito mais na direção de problemas concretos, tanto nascia desses grupos como dava para eles. Então, naquele tempo foi mais marcante o papel. (...) Hoje, o pessoal costuma elogiar as análises de conjuntura, editorial etc. que costuma ser um pouco mais contundente do que vem a ser a maioria das ONGs, p.ex. para comparar com outras instituições dirigentes (...) nós, digamos, somos realmente, não governamentais mais do que neo governamentais... agora precisaria ver as matérias porque às vezes sai matérias que valeria tanto para uma ONG neo governamental como para uma não governamental. Estamos misturando esses dois campos.”(Entrevistado B)

Podemos assinalar que essa percepção de que sua importância para a organização dos movimentos sociais populares no período da repressão política foi “mais contundente” indica, como referido no segundo capítulo, que na perspectiva dos intelectuais do CEAS o processo de democratização da sociedade brasileira traria uma ampliação dos canais de divulgação - grandes jornais, grandes revistas etc. - das lutas e dos conflitos sociais, em presença na conjuntura dos anos 1980 e 1990, marcada por um aprofundamento das crises econômica, social e política.

Contudo, essa expectativa não se confirmou no sentido esperado por esses intelectuais, ou seja, que o aumento do número de jornais e revistas de grande circulação traria para o debate nacional as lutas da pluralidade de sujeitos sociais que emergiram no cenário brasileiro nos anos

1980. Ao contrário, à medida que avançaram os anos 80 e, sobretudo, na década de 90, os intelectuais do CEAS, foram identificando os grandes veículos de comunicação como os principais divulgadores da ideologia das classes dominantes, sobretudo com a investida neoliberal e a “crise” no campo socialista. Como intelectuais orgânicos das classes subalternas, sabem que é condição insuprimível para propor uma reforma intelectual e moral, confrontar-se com a cultura hegemônica de nossa época. Por isso é que encontramos nos *Cadernos do CEAS* sobretudo, nos editoriais, uma crítica permanente à grande imprensa, que, para os intelectuais do CEAS, tem funcionado como “porta-voz de um ‘partido único’”. Para eles, a grande imprensa tem, sistematicamente, articulado a derrocada do “socialismo real” com o coroamento do sistema capitalista:

“Nos países ocidentais, os meios de comunicação de massa e as opiniões políticas são quase unânimes em afirmar que o ‘comunismo acabou’. Essa afirmação não somente é simplista, como demonstra má fé ao discorrer sobre os fatos, alegando em contrapartida, um suposto brilho e perfeição do sistema capitalista. Essas distorções têm servido frequentemente, entre nós, para denegrir a opção socialista de partidos de esquerda como o PT ou para ridicularizar e desmoralizar setores progressistas da Igreja, mas precisamente aqueles que fizeram uma opção pela Teologia da Libertação” (*CAD.CEAS* nº 126, 1990: 03)

Essa crítica à forma pela qual os meios de comunicação de massa divulgam os conflitos políticos nos países do Leste Europeu reforça para os intelectuais do CEAS o sentido da importância do confronto com a grande imprensa, ao mesmo tempo que atualiza a sua perspectiva nas lutas pela construção de um socialismo democrático. Representa ainda, uma

forma de reação ao que se transformou em “*lugar comum, hoje, em qualquer parte da sociedade produtora de mercadorias, um clima de adversidade e hostilidade contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista*” (Antunes, 1995:67). Assim, dizem:

“As mudanças políticas no Leste questionam o modelo de socialismo burocrático, longe de colocar em descrédito a perspectiva socialista como tal. Afirmar que o socialismo morreu é não somente uma aberração. Essa visão deturpada é própria de setores conservadores pouco ou nada interessados em mudanças das estruturas sócio-econômicas” (CAD.CEAS nº126, 1990:04).

Nesse editorial, os intelectuais do CEAS analisam com clareza a derrocada do chamado socialismo real - identificando-o como um determinado modelo de socialismo, o *socialismo burocrático*, que há muito já vinha sendo criticado no campo das esquerdas -, sem perder de vista a necessidade de aprofundar a reflexão sobre os “caminhos” possíveis para o desenvolvimento das forças socialistas e sem cair no maneirismo muito comum entre muitos grupos de intelectuais, que insistem em desqualificar a teoria social marxista, sob a alegação de que a derrocada do socialismo real coloca em xeque o conjunto complexo da teoria social marxiana¹.

Embora esses intelectuais tenham afirmado, não só a sua confiança nas possibilidades de superação do capitalismo, mas também, a

¹ Sobre essa questão da “crise” dos paradigmas teóricos muitas vezes tratada nos ensaios sobre a modernidade e pós-modernidade, os quais têm ocupado amplo espaço nos centros acadêmicos e entre os intelectuais “de plantão”, entendemos como mera contraface da investida neoliberal que busca afirmar suas pretensas “verdades” usufruindo das afirmações de alguns intelectuais sobre a impossibilidade de refletir sobre a realidade numa perspectiva de totalidade, ou seja, beneficiando-se da vaga irracionalista que tem contaminado as reflexões teóricas e as práticas políticas dos sujeitos político-sociais.

importância de analisar a realidade atual à luz da teoria marxista, o peso da crise do socialismo real, bem como as mudanças no mundo trabalho, com suas inflexões no Estado e na esfera da cultura, de algum modo afetou a confiança dos intelectuais do CEAS no projetos de transformação social. Um exemplo disso é o editorial de janeiro/fevereiro de 1991². O título já é bastante sugestivo: *Utopias restritas para os anos 90*. Nesse editorial os intelectuais do CEAS reagem às mudanças em curso com uma grande dosagem de pessimismo e deixam transparecer uma certa “contaminação” pós-modernista.

Na realidade, as ambigüidades presentes no texto não permitem uma identificação substancial com os postulados pós-modernos. Por um lado, eles afirmam sua determinação de não seguir o caminho de outros intelectuais em direção ao neoliberalismo:

“... os intelectuais afeitos às novas (?) doutrinas burguesas nos campos da economia e da política - e que costumam se apresentar com as roupagens da ‘modernidade’ - têm colocado com redobrado entusiasmo as vantagens do neoliberalismo” (CAD.CEAS nº131,1991:03).

Por outro lado, a “crise” das esquerdas é analisada na perspectiva da “*crise de suas orientações macropolíticas*”. Sob tal angulação analítica, eles afirmam que

“...a virada dos anos noventa marcou a morte da perspectiva de rupturas radicais - as **‘transformações estruturais radicais e profundas’** presentes nos subsídios de pastoral, as **‘transformações revolucionárias’** pre-

² Esse editorial dos Cadernos do CEAS foi objeto de crítica de um leitor da revista, que em desacordo com as análises feitas sobre a crise das esquerdas nos anos 90, observa a consonância dessas análises com o pós-modernismo. A publicação dessa crítica do leitor deu-se no nº 143.

sententes nos documentos de esquerda. Revolução, hoje, é um conceito pouco operacional. Permanece como referência teórica (muitos dizem ideológica) mais ou menos distante de ‘mudanças’ ou ‘transformações sociais’”. (CAD.CEAS nº. 131.1991:04- grifos nossos)

Podemos observar no editorial enfocado que, sem um maior aprofundamento teórico sobre as mudanças em curso operadas pelo processo de reestruturação produtiva que prepara as condições para uma nova etapa de acumulação capitalista, essas análises dos intelectuais do CEAS, revelam muito mais uma visão “pessimista” dos fatos, cujos rebatimentos no plano das subjetividades dos sujeitos políticos, embaçaram sua capacidade de crítica, fazendo-os supor que

“... os conteúdos de rumos imaginados, desejados e ensaiados se esvaem, escorrendo por entre nossos dedos de militantes sem que tenhamos tido tempo para substituí-los por outros conteúdos”. (Idem. *ibidem*)

Certamente, não se trata de relegar a subjetividade a uma instância secundária; afinal, as paixões e os desejos são moventes em todas as esferas da vida humana, e, portanto, têm um rebatimento nas práticas sociais dos sujeitos individuais e coletivos. É necessário, contudo, não perder de vista o princípio de que a esfera da subjetividade não se separa radicalmente da esfera da objetividade. Por isso, o momento da subjetividade é o momento da subjetivação da objetividade. Desse modo, “o esvaziamento dos conteúdos”, de que fala o editorial, é, rigorosamente, o resultado de uma operação mental, porque não dá conta daquilo que Francisco de Oliveira (1987:12) chamou de “*a trama insubstituível das mediações*”.

Nesse sentido os intelectuais do CEAS, deixam escapar naquele editorial, especificamente, as tensões internas, ao mesmo tempo em

que expressam as dificuldades no campo intelectual, que tem procurado responder às investidas das “teses” defendidas pelos intelectuais pós-modernos e/ou teóricos da globalização, para quem não é mais possível uma análise da conjuntura a partir de uma crítica à realidade fundada num conhecimento capaz de explicar, racionalmente, a totalidade histórica.

Uma das respostas que eles encontram é a necessidade, não de negar as *utopias*, mas, de revê-las a partir das “*experiências reais de participação popular nos governos locais*” (CAD.CEAS nº131.1991:05). Com isso, os intelectuais do CEAS assumem a perspectiva de valorização do espaço local como um cenário importante, de onde pode emergir “*nuclearidades novas de utopias*”. Para tal, eles identificam como uma exigência da sua atividade intelectual

“...aprimorar nosso conhecimento e nossa análise das lutas populares. Nós, intelectuais mais ou menos ‘orgânicos’ (incluindo também algumas lideranças e militantes), podemos constatar que muitas vezes ficamos bastante afastados da situação concreta do povo, de sua cultura, de suas lutas, de suas formas de organização. Isto dificulta nossa colaboração” (CAD.CEAS nº132, 1991:04).

Esse entendimento de que a colaboração dos intelectuais com os processos de organização dos movimentos sociais populares só é tanto possível quanto maior for a aproximação com os problemas concretos vivenciados pelos sujeitos, é rigorosamente uma construção gramsciana. Para Gramsci (1984:18), um movimento filosófico só merece esse título na medida em que

“...no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se

esquece de permanecer em contato com os ‘simples’ e, melhor dizendo, encontra nesse contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos. Só através desse contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em ‘vida’”.

A preocupação dos intelectuais do CEAS com a sua “organicidade” e o reconhecimento da “distância das lutas concretas do povo” revelam precisamente a influência teórica de Gramsci na formação deles. Contudo, instaura-se aqui uma nova contradição no plano da coerência teórica, pois os intelectuais do CEAS vêem a necessidade de uma maior aproximação com as “lutas concretas do povo” e de “aprimorar o conhecimento e a análise das lutas populares”, como um recurso para superar os “esquemas dogmáticos hoje questionados”, conforme explicam:

“Sabemos, também, que estão em crise grandes interpretações do social e as consequentes visões de articulação. O cotidiano, o imediato, o concreto não somente são valorizados pelo povo, mas também por novas interpretações político-antropológicas” (*CAD.CEAS* nº 132, 1991:05).

Ora, o contato dos intelectuais com os problemas colocados pelos sujeitos sociais no seu *fazer* cotidiano é condição *sine qua non* para a sua “organicidade”, como para a elaboração de uma nova cultura; portanto, afirmar essa necessidade não é, como o fazem os intelectuais do CEAS, uma resposta à “crise das grandes interpretações do social”, mas ao contrário, reconhecer que o movimento dialético do ser social, coloca o “*novo sempre repostado. O que significa dizer que o avanço do conhecimento histórico-social, longe de passar pela ‘destruição das pretensões totaliza-*

doras', requer, compulsoriamente, a retomada da totalidade concreta, como seu corolário basilar" (Evangelista,1992:53).

Essas polêmicas em torno do que se convencionou chamar de "crise de paradigmas", à medida que a atual década avança tendem a se diluir entre os intelectuais do CEAS, devido à sua tentativa de construir um quadro de referências capaz de equacionar essas distorções em torno das "crises dos referenciais macro políticos". Eles reconhecem que na equipe há uma forte tensão no que se refere aos referenciais teóricos e às práticas sociais adotados. De acordo com depoimento de um dos integrantes da equipe do CEAS, o fato de muitos de seus membros abandonarem o marxismo coloca *"em perspectiva, numa trajetória mais a médio prazo, a necessidade de repensar a própria entidade"* (Entrevistado A). Apesar dessas tensões, esses intelectuais têm confirmado uma forte tendência à manutenção de uma crítica sistemática ao sistema capitalista e ao projeto neoliberal, utilizando o instrumental teórico marxista.

A crítica ao sistema e aos avanços do projeto neoliberal revela-se quando os intelectuais do CEAS persistem em aprofundar o confronto com o pensamento de outros intelectuais, pela mediação da grande imprensa, pois esses têm, em geral, contribuído para a formação de opinião e a sustentação ideológica do sistema:

"O primeiro desses mecanismos de sustentação do sistema, é a propaganda e utilização maciça e praticamente unidirecional da mídia (TV, rádio, grandes jornais) que, muitas vezes, funciona como porta-voz de 'um partido único'. O segundo instrumento é a repressão e difusão da cultura da violência e da morte, da crescente quebra de idéia da solidariedade social e da possibilidade da

existência do bem comum, da igualdade e de direitos fundamentais do homem.”(CAD.CEAS nº 158,1995:10)

Esse confronto apresenta-se como relevante para os movimentos sociais populares, à medida que procura desmistificar um discurso dominante, aceito muitas vezes como expressão da verdade por ser produzido por agências supostamente comprometidas com a democracia e a constituição de uma sociedade de direitos. Além disso, ao fazerem essa crítica, revelam seu posicionamento político e a sua função enquanto intelectual, conforme explicita o texto abaixo:

“A cobertura distorcida e superficial de grande parte da mídia, a falta de articulação e aprofundamento dos próprios setores oposicionistas, contribuem para que grande parte das pessoas continuem presas em um presente que não conseguem entender direito e onde as realidades e as verdadeiras alternativas estão encobertas por vários véus, um dos quais o da hipocrisia. A articulação, divulgação e viabilização de alternativas nacionais é papel dos partidos políticos. Mas, a clarificação das situações, a explicitação das alternativas, o rasgar o véu da hipocrisia é o papel dos analistas e intelectuais. Porque atrás do véu da hipocrisia muitas vezes está a verdade” (CAD.CEAS nº 162,1996:20).

Esse é o papel que os intelectuais do CEAS identificam como seu, neste momento de avanço da programática neoliberal que tem conseguido articular setores significativos da sociedade brasileira em torno de um projeto hegemônico - mesmo que virtual, como diz Francisco de Oliveira³ -. Embora procurem distinguir-se do partido político, sabem que as suas funções, em muitos aspectos, guardam certas analogias com ele, sobretudo no que se refere à construção de uma visão de mundo própria das

³ Entrevista concedida a Fernando Haddad para a revista Teoria & Debate nº 34 mar/abr/mai 1997.

classes subalternas. Por isso, no artigo intitulado: *Assessoria aos movimentos sociais: crise e alternativas* (nº 126.1996), afirmam que

“Nosso compromisso de intelectuais é com a busca da lucidez, da clarificação das razões e alternativas. Do nosso discurso e de nossa revista deve sair alguma luz - mesmo que de pequena lanterna”. (*CAD.CEAS* nº 162,1996:80)

Assim, para os intelectuais do CEAS, é necessário, para enfrentar a ofensiva neoliberal e as consequências políticas e sociais advindas do processo de reestruturação produtiva, pensarem um projeto de sociedade numa perspectiva de totalidade. Para construir esse projeto, é fundamental, entre outras ações,

“Aprofundar discussões mostrando a ligação concreta entre grandes e globais discussões (propriedade industrial, energia, biodiversidade, etc.) com o cotidiano e o futuro das pessoas. É a partir desta ligação que se poderá pretender mobilizar e canalizar para ações políticas mais globais àquelas massas cujos interesses se procura defender. Essa consciência, organização e mobilização que necessita, ainda, quebrar o desencanto e a desagregação pela cultura da vida e solidariedade é meta e condição para a progressiva mudança da conjuntura brasileira e definitiva democratização.” (*CAD.CEAS* nº 158,1995:11).

Nos limites de sua contribuição para a construção desse projeto alternativo, os intelectuais do CEAS elegem como tarefa fundamental a construção de um conhecimento crítico sobre a realidade. Como vimos no capítulo I, esse conhecimento deve ser capaz de “homogeneizar” o discurso errático e fragmentário, próprio do “senso comum”; para tal, deve ser construído tendo como referência as demandas concretas postas pelo movi-

mento real da sociedade e buscando incorporar/superar o saber popular, conforme explicitam neste editorial:

“É evidente a desproporção entre o poder de fogo da grande imprensa e a eficácia dos trabalhos de comunicação popular. Estes últimos são certamente insuficientes para definir o resultado de uma eleição. Mesmo diante de tal diferença em termos de recursos, vale continuar apostando, sim, na construção de um saber que, **recuperando elementos fecundos da tradição e da experiência popular e integrando-os a elementos de outra origem e natureza, como a reflexão filosófica e científica sobre a política**, possa colocar em forma de questão problemas e alternativas que retirem o indivíduo de seu isolamento como espectador e favoreçam seu crescimento como cidadão”. (*CAD.CEAS* nº 151, 1994:4-5 grifos nossos)

Nessa perspectiva, nos editoriais, destacam-se os problemas e questões que afetam o cotidiano de grande parte da população, tais como: a violência nas grandes cidades, o desemprego, a questão do poder local, a ética e a política, a questão das assessorias aos movimentos, o desempenho da economia, a reforma agrária, a articulação e o poder dos movimentos populares, os escândalos financeiros etc. Esses e outros temas recorrentes nos editoriais, são enfocados numa perspectiva crítica de desconstrução do discurso linear e tendencialmente superficial da grande imprensa e articulados com as demandas dos movimentos populares.

De um modo geral, esses e outros temas e problemas tratados no âmbito dos meios de comunicação - grandes jornais, grandes revistas, programas de rádio e TV - , têm sido analisados à luz de diferentes perspectivas teóricas e políticas. Na atualidade, um exame mesmo superficial do conteúdo das matérias destacadas na grande imprensa, sobre os problemas acima mencionados, revela (com raríssimas exceções) uma indis-

farçável apologia aos métodos utilizados pelo atual governo para “garantir a integração do Brasil à era do terceiro milênio, era da *globalidade*”, forçando um “aparente *consenso*” nacional sobre a diretiva política, econômica e social do governo. Na ótica da grande maioria desses “analistas”, não existem possibilidades de um projeto de sociedade alternativo, restando, portanto, referendar e reverenciar as antinomias da velha-nova ordem burguesa.

Diante dessa avalanche de adesões à pantomima neoliberal que se instala no País, sobretudo no decorrer dos anos 90, os intelectuais do CEAS persistem em se contrapor a essa vaga, procurando desmistificar essas “análises” que acomodam as diretrizes políticas do atual governo.

“O projeto dos liberais conservadores, agora apoiados por boa parte do centro e pela **maioria dos meios de comunicação**, já está claro e definido. Trata-se de aproveitar o momento para fortalecer sempre mais o espaço do capital, para retirar os obstáculos a uma maior internacionalização da economia, para diminuir as áreas de ação e responsabilidade do Estado e, se possível, podar o que consideram excessos, utopias ou arcaísmos na área dos direitos sociais. A questão-chave, na sua visão, é a abertura à internacionalização e o enxugamento do Estado”. (CAD.CEAS nº147, 1993:3 grifos nossos)

Então, ao abordarem questões que ocupam também espaço na mídia nacional, esses intelectuais têm reforçado a crítica à grande imprensa, à medida que buscam analisar os problemas nacionais na perspectiva crítico-analítica que contemple as antinomias inerentes ao modo de produção capitalista, as quais tendem, na atual fase de reestruturação produtiva, a se aprofundar.

As questões que estão na ordem do dia, como por exemplo, o aumento da violência nas grandes cidades, são discutidas e analisadas, no editorial intitulado, “O circuito social da violência”

(nº129,1990), sob um enfoque que articula os modos de manifestação da violência, hoje, com as raízes sociais da violência no Brasil e suas formas de enfrentamento.

Na perspectiva analítica dos intelectuais do CEAS, assistimos a uma ampliação da violência sobre diferentes segmentos da população (anteriormente era restrita às estigmatizadas classes populares), o que demanda um aprofundamento mais específico da questão. No entanto, eles alertam para o fato de que

“ A violência não pode ser considerada no singular. São muitas e diferenciadas as violências na sociedade, assim como diversas e mesmo contrapostas as medidas sugeridas para conter o seu inquietante avanço. Em meio a todas as violências, destaca-se a violência institucional, moldura na qual as demais violências se configuram e se expandem, atingindo sobretudo a maioria da população em condições precárias de vida no país. Presente ao longo da história, a violência institucional expressa no autoritarismo, dominação econômica e política de uma minoria sobre a maioria tem hoje uma das suas piores formas: a de aparente democracia. Este modelo institucional encontra ainda pontos de sustentação no modelo cultural extremamente verticalizado no qual a concepção de cidadania e valorização do indivíduo na sociedade é substituída por uma destruição entre superiores e inferiores. Neste sentido são indicativas as lutas contra a desigualdade econômica, de etnia e sexo acionada por diversos grupos.” (*CAD.CEAS* nº 129,1990:04)

Nessa exposição, encontramos os indícios de uma leitura da realidade baseada numa abordagem histórico-crítica. Esse tipo de abordagem permite transpor os aspectos fenomênicos dos fatos e questionar a sua essência; ou seja, desvendar os determinantes mais gerais que conformam um determinado aspecto da realidade que vivenciamos - nesse caso, o

aumento da violência nos grandes centros urbanos -. Desse modo, consegue-se superar uma visão generalista, imediatista e preconceituosa, característica do *senso comum*. Conseqüentemente, torna-se possível perceber com maior clareza os limites e os equívocos das propostas de contenção da violência pelos poderes públicos:

“...ganham terreno mais uma vez as propostas de cunho imediatista, que a manipulação das informações sobre a violência nos meios de comunicação da massa ajuda a fortalecer e que só superficialmente podem tender aos reclamos da sociedade contra a violência. A ênfase na repressão à criminalidade revela os estreitos limites no qual o governo aborda a questão da violência no país, distanciado que está dos reais problemas da sociedade.”
(idem. *ibidem*:5)

Procurando enfatizar o aspecto estrutural dos fatores geradores da ampliação crescente da violência no Brasil, os intelectuais do CEAS insistem em denunciar a violência institucional presente no aparato estatal que atinge os extratos das classes subalternas, seja na cidade, seja nos conflitos pela terra. Desse modo, atestam que existe uma profunda relação entre as precárias condições materiais de vida da população e o aumento dos índices de criminalidade; mas também demonstram que, ao lado dessa precarização das condições de vida da população, os valores culturais dominantes da sociedade atuam como geradores da violência:

“Em correspondência aos padrões de exclusão econômica e social, ressaltam ainda os valores culturais dominantes da sociedade atuando como propulsores da violência. Neste sentido, são significativos as demonstrações de confronto e preconceito entre os moradores da região sul em relação à região nordeste. Os modelos mais radicais, neste caso, são os grupos neo-nazistas em formação no Brasil”. (*CAD.CEAS* nº143,1993:4)

Para os intelectuais do CEAS, esses valores culturais dominantes formam-se no movimento dialético entre a estrutura e a superestrutura, que determina as formas de ser, pensar e agir dos sujeitos sociais, consolidando ou reforçando determinadas formas de violências que se erigem como traços culturais, mas que são determinadas, em última instância, pelas condições materiais de produção e de “re-produção” social. Na realidade, os conflitos entre sulistas e nordestinos, mais do que diferenças culturais, expõem uma tendência à expansão de movimentos xenofóbicos e corporativistas, em função do processo de reestruturação produtiva, no interior da própria classe trabalhadora. Essa compreensão não escapa aos intelectuais do CEAS, à medida que apontam que a violência difundida na sociedade é expressão dos confrontos entre classes e frações de classes e tem suas raízes nas desigualdades sociais e na “ideologia da exclusão”:

“De todo esse complexo, pode-se dizer que a violência exprime variados sentidos. A violência dos excluídos expressa a violência da exclusão. A violência do aparelho estatal expressa a violência da legitimação das desigualdades e do autoritarismo. A violência esparsa na sociedade expressa as diversas formas de confronto social filtradas pelo medo e pela ideologia da exclusão”.
(*CAD.CEAS* nº143,1993.4)

Entendendo que a questão da violência é amplamente debatida por vários setores da sociedade, esses intelectuais alertam para as implicações políticas decorrentes de análise superficiais e mistificadoras da realidade da violência vivenciada pela sociedade brasileira. Isso, porque, quando a questão da violência é tratada de forma indistinta, indiscriminada e generalizada, o que se pleiteia, é escamotear os antagonismos, as contradi-

ções de classe - esses, sim, geradores das distintas formas de violência que se intitucionaliza, conforme dizem neste editorial:

“...a violência institucional é a violência mais grave no Brasil. Se há violência criminal e de outros tipos que demandam encaminhamentos sociais e legais, não podem, porém, servir de biombo para esconder mecanismos sociais de reprodução da violência do atual modelo de sociedade, camuflado pelas autoridades, principalmente em ano eleitoral.” (*CAD.CEAS* nº 129, 1990:05)

Do mesmo modo, ao tratar dos conflitos no campo, os intelectuais do CEAS demonstram com maior clareza a violência institucional, patrocinada pelos aparelhos de repressão do governo e pelos arautos do conservadorismo presentes no Congresso Nacional e nas instâncias do poder judiciário.

“A conjuntura no campo continua marcada pela violência, fruto não só das forças do atraso de uma oligarquia rural que insiste em fazer da terra concentrada, privilégio e poder político, mas também é o resultado de uma modernização concentradora que exclui os trabalhadores do campo. Se a violência rural continua a mesma, está mudando a posição dos violentados. Da posição de meros reagentes, trabalhadores rurais passam a protagonizar ações. Tomando consciência da situação e dos direitos que lhes são negados, não aceitam continuar vítimas deste processo de exclusão. Dessa resistência nasce a organização em torno de lutas concretas por terra, crédito, tecnologia, saúde, educação, justiça etc.” (*CAD.CEAS* nº 166, 1996:12)

O apoio ao Movimento dos Sem-Terra dá-se, entre outras formas, através da denúncia da violência e do esclarecimento das articulações do governo com setores conservadores da sociedade, a exemplo da bancada ruralista e da TFP (Tradição, Família e Propriedade) que ressurgiu nos últimos anos. Num editorial de janeiro de 1996, os intelectuais do CEAS

procuram esclarecer o sentido das ações do governo frente à questão da Reforma Agrária e a articulação entre os interesses privados do grande capital e o poder público:

“A reação do governo às reivindicações dos Sem Terra aparenta ter intúitos bem definidos. Utilizando-se de instrumentos variados - da repressão explícita a tentativas de negociação - ele tem buscado, claramente, delimitar ou restringir seu alcance político. Em linhas gerais, seus esforços têm se concentrado em não permitir que as referidas reivindicações assumam conotações indesejadas no quadro estrutural em curso. (...) Desde o seu surgimento, o Movimento dos Sem Terra tem procurado colocar o dedo na ferida da mais antiga problemática sócio-estrutural do país. Com a ocupação planejada de áreas, ao contrário de qualquer ênfase conspiratória que venha a lhe ser imputada, demonstrou na prática como a terra continua a ser apropriada - legal e ilegalmente - sem qualquer objetivo social. Foi a denúncia mais explícita do escândalo que ainda representa o sistema de propriedade da terra no país, um dos resultados mais palpáveis deste Movimento. Mas não só isso, também a articulação entre os interesses privados e um poder que se pretende público, com benefícios múltiplos para os seus próceres”. (*CAD.CEAS* nº 161, 1996:3-4)

Segundo os intelectuais do CEAS, a reforma agrária reivindicada pelo Movimento dos Sem Terra representa um projeto de mudança que encontra ampla resistência por parte do atual governo, claramente conservador.

“A reforma agrária seria o preâmbulo da ruptura, inclusive, como esse capital que especula com terras, o mesmo que atua no mercado de títulos financeiros ou que detém o controle dos grandes grupos comerciais e industriais do país. Em suma, com o poder econômico concentrado que dispõe da terra como via alternativa de rentabilização de capitais - produtivos e não produtivos”. (*CAD.CEAS* nº 161, 1996:5)

Dessas análises podemos inferir que na perspectiva desses intelectuais, a luta pela reforma agrária reflete as contradições das relações sociais no Brasil, sob a lógica de um capitalismo dependente. Por isso, essa luta inscreve-se no campo da luta de classes, do antagonismo inerente à relação capital-trabalho. Seguindo essa indicação, nas análises sobre o desempenho da economia sob a lógica da estabilização monetária, os intelectuais do CEAS têm demonstrado as contradições entre os discursos oficiais e a propaganda massiva sobre as benesses do plano econômico e a realidade expressa pelos altos índices de desemprego, pela precarização das relações de trabalho, pelos baixos índices de crescimento econômico, pelo aumento da concentração de riquezas, enfim, pela piora nas condições de vida das classes subalternas. Eles reiteram a crítica ao modelo de integração passiva e dependente dos ditames do capital transnacional.

No editorial *O real por trás do R\$eal* (nº150,1996), os intelectuais do CEAS procuram desmistificar o alardeado sucesso do plano de estabilização econômica. Ao contrário do que se afirma, a economia vai mal, dado o elevado número de falências de pequenas, médias e grandes empresas, e dos índices de inadimplência registrados em todo o país. O tratamento das questões da economia procura denunciar o modelo concentrador e excludente da política econômica desenvolvida pelos governos que se sucederam na década de 1990, enfatizando que os efeitos das medidas “técnicas” adotadas pelos governos têm uma repercussão direta e imediata na vida cotidiana das pessoas:

“A adoção de políticas recessivas, que excluem medidas distributivas num país onde uma enorme parcela da po-

pulação mostra-se extremamente sensível aos ciclos econômicos, equivale a um genocídio. É sabido que, pela alta concentração de renda, um contingente nada desprezível da população entra ou sai da faixa da linha de pobreza ao sabor do comportamento imediato da economia. Em 1980, 18% das famílias brasileiras achavam-se na faixa de miséria, mas com a recessão ocorrida entre 1981 e meados de 1984 esta parcela subiu para 31%. No curto período de vigência do plano cruzado, os dados voltaram a apresentar nova virada, com as famílias situadas na linha de miséria representando 16,1% do total, portanto abaixo do nível registrado em 1980". (CAD.CEAS nº 130, 1990:05)

A partir dessa visão analítica, os intelectuais conseguem capturar o sentido da articulação entre as medidas adotadas pelo governo no plano econômico e os efeitos sociais e políticos delas para o conjunto das classes subalternas, não só no sentido de garantir a própria sobrevivência, mas, as implicações no campo de suas lutas e de suas organizações. Essa articulação entre as práticas políticas e econômicas adotadas pelo governo e o seus rebatimentos no cotidiano das pessoas tem constituído uma orientação na linha editorial dos *Cadernos do CEAS*, sobretudo a partir dos anos 90.

Além disso, através dessa crítica sistemática às diretrizes políticas e econômicas adotadas pelo governo e referendadas por muitos discursos oficiais e oficiosos em circulação na imprensa em geral, esses intelectuais colocam-se no campo da possibilidade histórica de construção da hegemonia das classes subalternas, à medida que procuram enfaticamente resistir aos "encantos" dos projetos da classe dominante.

Desse modo é que encontramos nos *Cadernos*, de um modo geral, a preocupação com as análises sobre os temas e questões nacionais, os quais são analisados em confrontação com os dados da realidade

que afetam diretamente a grande maioria da população; isto é, a preocupação dos intelectuais do CEAS é inscrever-se no amplo debate nacional, mas, partindo da concretude das questões (re)postas pelo movimento da sociedade e sob uma determinada perspectiva teórico-prática, ou seja, não se trata da discussão em abstrato.

Nessa perspectiva, situa-se a relação entre esses intelectuais e o Estado, considerando que um dos efeitos do processo de reestruturação produtiva em curso é a destruição (ou pelo menos, a redução) do chamado *Estado de Bem-estar social*, condicionando sob uma outra forma a relação entre Estado, Capital e Trabalho. Nesse contexto, examinamos no tópico seguinte a relação entre o Estado-governo e os movimentos sociais populares, onde se colocam novos dilemas para os intelectuais, quando na base dessa nova relação está o discurso da “parceria”, da ação conjunta entre Estado e sociedade civil, da associação entre o público e privado, como forma de contornar os déficits orçamentários dos governos federal, estadual e municipal.

3.2. Estado, intelectuais e o movimento popular

Nos anos 90, a programática neoliberal, difundida em escala mundial, começa a ganhar mais espaço no Brasil e a compor o cenário de alianças políticas conservadoras para garantir a implementação das medidas políticas, econômicas, sociais e culturais, necessárias à reestruturação produtiva correspondente a uma nova etapa de acumulação capitalista.

Para garantir isso, a programática neoliberal, que encerra “*uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado Mínimo como única alternativa e forma para a democracia*” (Netto, 1993:77 - grifos do autor), tem sido extremamente funcional para a grande burguesia monopolista, na medida em que a “*proposta do ‘Estado mínimo’, pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política - o Estado máximo para o capital*” (idem.81).

Como já nos referimos anteriormente, a operacionalização dessa “argumentação teórica”, em linhas gerais, expressa-se através da desregulamentação, da privatização e da abertura da economia ao exterior como medidas adequadas às necessidades da nova etapa do processo de acumulação do capital.

Do ponto de vista político-ideológico, o discurso neoliberal afirma a necessidade do *Estado Mínimo* como forma de resguardar os preceitos “democráticos” do “livre” mercado e equacionar as “desigualdades” através da retomada do crescimento econômico. No entanto, como bem o demonstra José Paulo Netto, o que encerra a proposta neoliberal é o desejo e a pretensão, diante da crise atual da ordem do capital, de extinguir os “mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital”, no sentido de otimizar as condições para afirmar os seus particulares interesses de classe.

Nesse sentido, os governos que se sucederam no Brasil, nos anos 90 esforçaram-se para implementar as medidas políticas, econômicas e sociais embasadas nas “orientações” do *Consenso de Washington*.

Acompanhando esse movimento, os discursos provenientes de vários setores da sociedade civil - como os empresários, por exemplo - alinharam-se em torno da necessidade de uma “união de todos” para superar a crise econômica e a urgência de uma reforma do Estado, o qual nos anos de regime militar, havia se tornado um “gigante”; ineficiente e portador de uma cultura de privilégios, precisaria de ser reduzido.

Diante dessa investida dos governos em aliança com os setores mais conservadores da sociedade brasileira e sintonizado com as determinações dos organismos internacionais quanto à viabilização da política de ajuste econômico para os países periféricos, o sentido da relação entre Estado-governo, intelectuais e os movimentos populares ganhou novas matizes e impôs o enfrentamento de novas problemáticas.

Num editorial de 1990, intitulado *Questão social, Governo e assessoria ao Movimento Popular*, os intelectuais do CEAS identificam o sentido das mudanças nas funções do Estado brasileiro com a adoção das políticas neoliberais:

“A onda de políticas econômicas e sociais neo-liberais que domina o mundo chegou ao Brasil com seus contornos nitidamente definidos por ocasião da posse do governo Collor. A idéia de um suposto ‘Estado mínimo’ é o eixo em torno do qual giram as referidas políticas. (...) [Nessa perspectiva], a função que o Estado vinha desempenhando de árbitro nas contendas sociais se modifica na atual conjuntura, de forma a determinar duas linhas de ação governamental, a depender dos atores envolvidos: por um lado, a presença estatal deve ser mínima quando se trata de pendências entre os trabalhadores que contam com representação sindical e o empresariado. Neste caso, a mesa de negociação onde, em princípio, o governo não deve ter assento, é o lugar apropriado para a resolução dos impasses. Por outro lado, quando o as-

sunto envolve os que foram excluídos de uma participação no mercado formal de trabalho, a presença do governo será marcada pela intervenção através de políticas compensatórias”. (*CAD.CEAS* nº 130, 1990:4-5)

Para viabilizar a execução dessas políticas compensatórias, o governo busca o apoio de entidades da “sociedade civil”, principalmente as ONGs. Porém, os intelectuais do CEAS questionam:

“Por que a nossa ação fragmentária, de expressão muitas vezes local, passa a ser vista como eficaz para a solução de problemas tão amplos? O quadro exige um conjunto de políticas mais integradas entre si, capaz de influir estruturalmente, e não apenas de compensar carências e urgências. Nos poucos meses de exercício do poder, o Governo Collor já deu mostras que seu projeto é concentrador e excludente, o que frontalmente se choca com os propósitos das organizações que prestam assessoria aos movimentos populares. Como então, concentrar esforços numa parceria como esta, quando o processo de fecundação pela transformação social está ainda a exigir continuidade”. (*CAD.CEAS* nº 130, 1990:5-6)

À medida que avança o processo de reestruturação produtiva, a nível mundial, essa nova relação entre o Estado-governo, os interesses do grande capital e as classes trabalhadoras explicita-se. Como diz Francisco Teixeira (1997:26), na era da globalização do capital

“o Estado se curva aos imperativos do capital e se transforma num agente indutor declarado que deve criar condições necessárias para restabelecer a liberdade de mercado mediante programas de liberalização da economia, privatização e de ajustes nos orçamentos públicos. O Estado se transforma, no mundo todo, num verdadeiro protagonista desses novos tempos”.

No Brasil, o autoritarismo e o patrimonialismo que sempre caracterizaram o Estado, revelam o imbricamento entre o público e o

privado e a presença, no Estado, dos interesses das classes dominantes, conforme ressaltam os intelectuais do CEAS neste editorial:

“Quando está em cartaz o discurso da necessidade de privatizações e do afastamento do Estado da esfera econômica, vemos então como, de fato, o Estado brasileiro está privatizado, como um mero recorte de feudos, grupos de pressão e interesses particulares. (...) Nosso passado patrimonialista sempre presente, não permite a real separação/distinção entre sociedade civil e Estado. Numa sociedade onde a exclusão foi sempre regra, os espaços de opinião pública (a publicização) ficaram reservados a poucos ou foram concedidos pelo próprio Estado. Não foi possível criar uma cultura de ‘bem comum’”.(CAD.CEAS nº 141,1992:3-4)

Com a adoção da programática neoliberal e as propostas do *Estado mínimo*, observamos que a preocupação fundamental desses intelectuais é com os trabalhadores que estão fora do mercado formal de trabalho e que constituem a grande massa de excluídos.

Diante da realidade do desemprego estrutural resultante do processo de reestruturação produtiva em curso na ordem globalizada do capital, o discurso da “parceria” entre governo e organizações da sociedade civil nas ações sociais parece soar como uma alternativa irrecusável diante da situação de miserabilidade da grande parcela da população. No entanto, os intelectuais do CEAS reafirmam a sua posição de não participar dos programas filantrópicos e das políticas compensatórias propostas pelo governo:

“Não podemos aceitar que a questão se coloque em termos do que fazer com os pobres em nossa sociedade. Eles não interessam mais como reserva de mão-de-obra, não são consumidores, não têm qualificação profissional; portanto não têm utilidade? Para os defensores do mercado, eles estariam aos cuidados das entidades filantró-

picas através de políticas compensatórias. É bom lembrar, inclusive, que muitas Ong's e Pastorais correm o risco de assumir esse tipo de irresponsabilidade.” (CAD.CEAS nº 165,1996:15)

Além de não aderir a esses “projetos” de ação social partilhados pelo governo e iniciativa privada, esses intelectuais apontam os limites das lutas pelas conquistas de direitos, com base nos princípios dos direitos humanos, próprios da tradição liberal:

“A luta contra a miséria não se esgota numa luta a favor dos direitos humanos. Todo homem tem direito a uma existência digna. Na tradição liberal, os direitos do homem são ligados à noção da liberdade: imprensa, ensino, expressão, consciência, religião, associação etc. Mas que sentido esta liberdade pode ter para quem é privado de tudo e não tem os meios de exercê-la? A concepção liberal dos direitos humanos é muito incompleta. Como garantir a todos o direito à moradia, saúde, cultura, trabalho e comida?

O problema não consiste apenas em distribuir as riquezas, mas em poder produzi-las. A concepção de direitos humanos tem que evoluir para incluir também os direitos econômicos e sociais. À idéia de um direito incondicional aos meios para existir é profundamente contrária à concepção da economia de mercado”. (CAD.CEAS nº165,1996:15-6)

Por tal motivo, os intelectuais do CEAS, além de desmistificar o discurso do governo, frequentemente travestido de um apelo de cunho ético-moral, como se buscasse soluções para os problemas sociais através da “parceria” com organizações da sociedade civil, afirmam que as desigualdades sociais não são resolvidas na distribuição; pois, na divisão social do trabalho, a exploração a exclusão social dão-se na produção. Por isso, afirmam que o discurso do governo, no campo social, assume uma expressão cada vez mais de retórica vazia:

“No ambiente em que estamos vivendo, de deterioração do quadro sócio-econômico, traduzido em aprofundamento da miséria e de desemprego estrutural, estes apelos à ética têm soado, muito mais, como convite à acomodação: como um rosário de boas intenções, mas pouco efetivos. Tanto mais quando esses apelos são efetuados por um presidente que, à frente de uma equipe preocupada exclusivamente com equilíbrios macroeconômicos, insiste em transformar o social num simples resíduo da riqueza acumulada; numa questão de caridade pública e privada.” (*CAD.CEAS* nº163,1996:06)

O significado dos projetos e programas sociais do governo, para esses intelectuais, traduz-se na filantropia, mesmo que revestidos de certa impessoalidade própria dos contratos sociais da modernidade. Desse modo, vêem no programa “Comunidade solidária”, particularmente, a síntese das propostas do governo para a área social:

“Programas como o Solidariedade coordenado e personificado pela primeira dama d^a. Ruth Cardoso, dão bem a dimensão do sentido ético assumido pela proposta social do governo, ao torná-la abertamente resíduo ou obra de precaução. Atuando em áreas onde se configuram situações problemáticas, mapeadas segundo conveniências políticas, o programa tem buscado fundamentalmente ganhar tempo. Ao mesmo tempo em que são reduzidos recursos para áreas sociais, o Solidariedade procura, pelo menos, infundir nas massas mais miseráveis do nordeste brasileiro, a crença numa boa vontade na ação governamental. Mas só a isso se resume: por ideologia e concepção, pelas próprias limitações financeiras e ausência de seriedade.” (*CAD.CEAS* nº 163,1996:06)

Se a proposta do governo para a área social se caracteriza pela “refilantropização” da assistência social, no que se refere ao discurso e à prática do governo em relação às classes subalternas, explicita-se o compromisso do próprio governo com os interesses da burguesia internacio-

nal em associação com os grupos nacionais, conforme demonstram os intelectuais do CEAS:

“Mas o que representa para o governo espírito público?. Nada mais do que espírito de cooperação e de integração ao seu projeto, visto como o único de interesse nacional. É o que procura fazer a corrente Força Sindical, e é o que o governo parece exigir também, da CUT: no mínimo a prática de um corporativismo ético. **Ao que parece, contudo, o corporativismo só é aético quando esta vinculado à defesa dos interesses dos trabalhadores como classe ou segmento da classe.** Ninguém, jamais, ouviu uma crítica mais séria, apenas leves estocadas, a um pretendo corporativismo das Centrais Sindicais do patrões. O que não é difícil de entender. **Para o governo, o patronato é a síntese do próprio interesse nacional. Sua organização não representa, portanto, a expressão de uma mera corporação, como as dos trabalhadores.** Trata-se da representação do próprio interesse geral da nação sob a forma corporativa. Por isso não pode, ou não deve, ser contrariado nos seus fundamentos.” (CAD.CEAS nº 163, 1996:07)

Nesse mesmo editorial, os intelectuais do CEAS demonstram que, sob a nova ordem globalizada do capital, ao contrário do que pregam os discursos provenientes das esferas governamentais e de outras esferas da “sociedade civil”, o papel do Estado-governo assume uma perspectiva de defesa dos interesses do grande capital, nacional e internacional. Nesse processo, a estratégia política de apelar para as “iniciativas da sociedade civil”, através do sistema de “parcerias” para equacionar os problemas decorrentes das contadições sociais, mostra-se eficiente justamente por tentar encobrir a face classista do Estado-governo.

Por outro lado, é importante ressaltar que essa estratégia política se torna ainda mais eficiente e eficaz à medida que tais propostas têm ressonância na sociedade e os mais diversos setores desta passam a

“No ambiente em que estamos vivendo, de deterioração do quadro sócio-econômico, traduzido em aprofundamento da miséria e de desemprego estrutural, estes apelos à ética têm soado, muito mais, como convite à acomodação: como um rosário de boas intenções, mas pouco efetivos. Tanto mais quando esses apelos são efetuados por um presidente que, à frente de uma equipe preocupada exclusivamente com equilíbrios macroeconômicos, insiste em transformar o social num simples resíduo da riqueza acumulada; numa questão de caridade pública e privada.” (*CAD.CEAS* nº163,1996:06)

O significado dos projetos e programas sociais do governo, para esses intelectuais, traduz-se na filantropia, mesmo que revestidos de certa impessoalidade própria dos contratos sociais da modernidade. Desse modo, vêm no programa “Comunidade solidária”, particularmente, a síntese das propostas do governo para a área social:

“Programas como o Solidariedade coordenado e personificado pela primeira dama d^a. Ruth Cardoso, dão bem a dimensão do sentido ético assumido pela proposta social do governo, ao torná-la abertamente resíduo ou obra de precaução. Atuando em áreas onde se configuram situações problemáticas, mapeadas segundo conveniências políticas, o programa tem buscado fundamentalmente ganhar tempo. Ao mesmo tempo em que são reduzidos recursos para áreas sociais, o Solidariedade procura, pelo menos, infundir nas massas mais miseráveis do nordeste brasileiro, a crença numa boa vontade na ação governamental. Mas só a isso se resume: por ideologia e concepção, pelas próprias limitações financeiras e ausência de seriedade.” (*CAD.CEAS* nº 163,1996:06)

Se a proposta do governo para a área social se caracteriza pela “refilantropização” da assistência social, no que se refere ao discurso e à prática do governo em relação às classes subalternas, explicita-se o compromisso do próprio governo com os interesses da burguesia internacio-

assumi-las ativamente. Nesse processo, os intelectuais, seja através das ONGs, seja através das associações de representação classista (os sindicatos, por exemplo.), têm, seguramente, um papel fundamental na consolidação desse projeto ou na sua negação.

Para os intelectuais do CEAS, não há dúvidas em relação ao sentido das estratégias políticas do governo e aos objetivos que almejam conseguir, de acordo com este editorial:

“Este, talvez, seja o sentido da defesa desesperada e extemporânea, do solidarismo, do comunitarismo e do humanismo tão ao gosto do chefe de governo, nos saraus de que participa nas suas viagens internacionais: **o de convencer as classes trabalhadoras de que devem se converter a um determinado ideal de paz, tornando-se portadoras e não contraditoras de uma nova harmonia para a implementação de um projeto histórico, visto como o único viável num contexto marcado pela globalização dos interesses.** Como se estivesse a dizer, em tom de ameaça, que o projeto é este, apenas as vias para a sua implementação é que podem ser mudadas. Qual seja, não se trata de uma profissão de fé democrática, mas de uma aposta na democracia consensual como via preferida, mas não a única, nas circunstâncias, no trânsito até o alcance dos objetivos pretendidos pelo governo.” (*CAD.CEAS* nº163,1996:08)

Explicitados os objetivos do governo e os modos como se relaciona com as classes sociais, bem como, as estratégias de que se utiliza para arrefecer ou neutralizar os conflitos entre as classes sociais e, assim, implementar as medidas de ajustes macroeconômicos, indispensáveis à viabilização do processo de acumulação do capital, os intelectuais do CEAS procuram indicar os possíveis caminhos para resistir a esse projeto hegemônico que se delinea no Brasil. Assim, indicam que...

“Mudar esse eixo exige, portanto, muito mais que discursos éticos. Exige uma prática comprometida, e ética, sim, mas sem ambigüidades de propósitos, se o intuito é resolução da equação social; mormente quando uma aliança de centro-direita impõe uma das mais sólidas hegemônias conservadoras sobre o país. O tempo é de construção de um novo bloco de forças anti-hegemônico e construção de novos espaços de sociabilidade, onde o popular se expresse qualitativamente na proporção de sua força quantitativa na sociedade.” (CAD.CEAS nº 163, 1996:08)

Embora se apresente como incontestável a necessidade de buscar construir um novo bloco de forças capaz de impedir que se consolide esse projeto hegemônico das classes dominantes, nesse texto não fica claro “a que novos espaços de sociabilidade se referem”. Analisando outros editoriais publicados no período de 1990 a 1996, encontramos indicadores que possibilitam argumentar que na perspectiva desses intelectuais, o poder local constitui-se num espaço indispensável para a participação popular no controle social.

É certo que, para esses intelectuais, apontar o poder local como um *locus* privilegiado para experimentar novas formas de participação popular nos processos de controle social não deixa de se constituir num outro dilema. Isso, porque, historicamente, a política no Brasil esteve sempre associada ao clientelismo, mandonismo, autoritarismo e patrimonialismo. Essa condição expõe os traços de “orientalidade”, característicos da sociedade brasileira⁴, mesmo em se tratando de grandes centros urbanos, como apontam os intelectuais do CEAS:

⁴ Analisando a formação social brasileira à luz das categorias gramscianas de Sociedade Ocidental e Sociedade Oriental, Dias afirma que: “temos, é evidente, uma sociedade ocidental extremamente diversificada e polarizada (p.ex., São Paulo), e um conjunto extremamente oriental. Mas é preciso afirmar que mesmo São Paulo é, em muitos sentidos, profundamente marcado pela ‘orientalidade’, chega a ser,

“Persiste ainda ‘a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado’, baseada no ‘clientelismo de fundo oligárquico’, que está na raiz do nosso autoritarismo mais profundo e conservador(...) Ela faz com que se estabeleça entre nós uma *sociedade de história lenta*, que se reflete, de modo nítido, na maneira como são administrados os nossos municípios. Mesmo em cidades de grande porte é possível identificar práticas que fazem parte da nossa tradição política baseada no mando pessoal - inclusive sob a aparência de relações modernas e contratuais- em que as fronteiras entre o público e o privado se desvanecem em proveito dos grupos oligárquicos que controlam o poder”. (CAD.CEAS nº165,1996:06)

Mesmo reconhecendo o paradoxo e os limites da possibilidade de que a esfera do poder local se converta em espaços efetivos de socialização política, esses intelectuais reconhecem que...

“Apesar disto, vêm surgindo no Brasil novas experiências administrativas que tentam romper com os limites impostos por nossa tradição histórica. São tentativas de reestruturar as instituições públicas atuantes na esfera municipal a partir de uma outra configuração de interesses, mais voltado para a causa popular. Baseadas no princípio da ‘inversão de prioridades’, algumas administrações municipais vêm atuando no sentido de incorporar as demandas sociais ao seu planejamento e ao seu modo de atuar. São tentativas de humanizar as relações entre o poder local e os cidadãos, especialmente aqueles mais mobilizados através dos movimentos sociais. Enfrentando todo tipo de pressão por parte das estruturas tradicionais de poder e exposta a uma política de ajuste econômico centralizadora e pouco afeita às demandas sociais, algumas prefeituras de corte mais popular têm possibilitado antever a emergência de novas formas de

mesmo, uma das maiores cidades orientais do Brasil”. Mais a diante esclarece: “falar em ocidentalidade e orientalidade esclarece muito pouco se não se demonstra como e porque se constituiu essa ocidentalidade. (...) A décima primeira economia do mundo é criadora e criatura de um dos mais baixos salários mínimos. A modernização conservadora que dedicou-se a atualizar o ‘plano da produção’, foi mais um capítulo das chamadas revoluções passivas”. (1996:118-9)

fazer política mais adequadas às necessidades de nosso tempo”. (*CAD.CEAS* nº165,1996”08)

A despeito da positividade de várias experiências municipais, a preocupação desses intelectuais é com o esvaziamento dos movimentos sociais populares, através da cooptação de suas lideranças.

“Apesar da preocupação com manter uma relação ativa com os movimentos sociais, essas práticas administrativas têm, muitas vezes, se mostrado incapazes de estabelecer um diálogo fecundo com aqueles, sem querer encapsulá-los em sua própria lógica. A força das ocupações que mobilizam por toda a parte centenas de Sem-Terras e Sem-casas, as reivindicações de saneamento e saúde, os clamores por segurança etc. contam com seus próprios espaços e calendários, seus jeitos, suas lideranças. Nestes e semelhantes casos, a autonomia e a independência, fundamentais para a dinâmica dos movimentos, podem ser postas em xeque. São abundantes os exemplos nesta direção, especialmente aqueles em que os dirigentes populares são cooptados e submetidos aos basiladores institucionais e políticos das administrações. No entanto, estas experiências devem ser aprofundadas para que se construam outros parâmetros para se pensar a política no Brasil”. (*CAD.CEAS* nº165.1996:09)

Na relação entre o Estado-governo e os movimentos sociais populares, esses intelectuais mantêm uma postura de crítica no sentido de não atender ao “convite” do governo para a implementação de políticas compensatórias. A intenção é não permitir o esvaziamento dos movimentos através da cooptação. O caminho é estimular a autonomia desses movimentos. Contudo, essa é uma tarefa difícil, sobretudo nestes tempos de incertezas em relação aos caminhos propostos, conforme indica o depoimento citado abaixo:

“O pessoal que trabalha na periferia aqui dentro, fazendo um trabalho razoável na periferia de Salvador, tá sentido

isso; as organizações caminham na direção do político profissional que está ali no bairro pra isso, na associação de bairro que é ligado ao vereador. E nós estamos competindo com eles. É o seguinte: não é por aí, nós vamos nos organizar, ter a nossa autonomia, mas, será que a gente vai conseguir?” (Entrevistado A)

Essa postura revela o sentido do compromisso desses intelectuais com as organizações das classes subalternas, particularmente com os movimentos sociais populares. As dúvidas em relação ao êxito de suas próprias práticas com os movimentos serão ainda maiores, se esses intelectuais não tiverem clareza sobre o significado das mudanças na ordem do capital com seus rebatimentos no mundo do trabalho, e com isso, perderem os eixos basilares de sua atuação.

É a partir desse ponto de vista que analisamos na sequência, a posição desses intelectuais em relação à centralidade do trabalho na compreensão teórico-prática dos movimentos populares.

3.2. A centralidade do trabalho na pluralidade dos movimentos sociais populares.

Ao longo deste estudo, temos reiterado que a relação entre intelectuais e movimentos sociais populares é uma relação que se gesta

no campo das lutas de classe, que é, historicamente, o território das lutas pela hegemonia que as classes sociais fundamentais buscam conquistar.

Nos editoriais produzidos pelos intelectuais do CEAS ao longo dos anos 90 (1990 a 1996 - período da pesquisa), a questão da *articulação* entre as diferentes lutas promovidas pelos diversos movimentos sociais, apresenta-se como um dos pontos centrais, na reflexão que esses intelectuais fazem sobre o sentido de sua contribuição para o fortalecimento das organizações dos movimentos sociais populares.

No editorial: *Articulação como?*, destacam-se as dúvidas sobre as possibilidades de unificação dos movimentos sociais populares:

“Uma das palavras que mais aparecem hoje nas análises políticas do movimento popular, em sentido amplo, é *articulação*. Na conjuntura atual, olhando o vasto campo dos movimentos sociais e das organizações comprometidas com a causa popular, apesar da recessão, do desemprego, das condições objetivamente difíceis de sobrevivência, é fácil reconhecer a iniciativa popular. Multiplicam-se as lutas pequenas ou grandes, na cidade e no campo, mais organizadas ou mais espontâneas... Continuam as reivindicações nas periferias das grandes cidades por melhores condições de vida, as greves pelo aumento salarial, as ocupações de terra no interior e de terreno nas cidades... Numa avaliação ‘habitual’, o saldo encontrado é considerado irrisório; o movimento popular revela suas debilidades, sua fraqueza e impossibilidade de se constituir num poder alternativo. Uma das principais razões apontadas para explicar essa debilidade é a dispersão das lutas, sua atomização, a falta de unificação e articulação entre as diferentes lutas. ‘A maioria das lutas se faz de maneira espontânea, imediatista e desorganizada e os grupos de base são em geral despolitizados’. Este tipo de análise é bastante generalizado. Daí a colocação do problema da articulação das diferentes expressões do movimento popular (...) preferimos pensar a articulação em termos de **processo** e não de **fim**. Quer dizer, não se trata de tomar como objetivo uma instituição que pode dar globalidade e continuidade às lutas,

mas que também pode esvaziá-las de seu poder popular”.(CAD.CEAS nº 132,1991:3-4)

Nessas considerações sobre a necessidade de buscar articular as diversas expressões do movimento popular, encontramos a complexa problemática da *unidade na diversidade*, a qual perpassa quase todos os grupos e entidades que atuam junto aos movimentos populares, transformando-se em objeto da reflexão e da produção teórica desses intelectuais.

Os intelectuais do CEAS reconhecem a fraqueza e dispersão do movimento popular e a necessidade de uma maior articulação para fortalecer o seu poder político. Contudo, desse editorial citado, podemos inferir que para eles, as propostas de criação de instituições que visem a representar ou articular diferentes expressões do movimento popular, devem ser avaliadas cuidadosamente, sob pena de que o caminho da “institucionalização” aumente as possibilidades do esvaziamento do conteúdo popular dessas lutas.

No conjunto das mudanças que se processam com maior intensidade nos países de capitalismo avançado, com a reestruturação produtiva, caracterizada por uma maior *flexibilização* da produção e pelo aumento da mais-valia relativa em função das tecnologias, implicando no desemprego estrutural e na precarização da força de trabalho, aumentam as dificuldades de discernir o eixo capaz de articular os movimentos sociais populares.

Nos países como o Brasil, de industrialização intermediária, esse processo de reestruturação produtiva, com claras distinções em relação aos países de capitalismo central, na prática baseia-se na desregula-

mentação, na privatização, na abertura da economia ao exterior, ou seja, nos postulados fundamentais do neoliberalismo e tem atingido, dramaticamente, as organizações da classe trabalhadora.

Analizando o desenvolvimento das lutas sociais nos anos 1980, podemos verificar que contraditoriamente, nessa década, apesar de ser considerada como “a década perdida”, em função da estagnação econômica e dos retrocessos sociais causados pelo peso da cobrança da dívida externa, no Brasil esses *“fatores foram em parte compensados pela volta da democracia e, principalmente, pelo fortalecimento do movimento sindical e dos novos movimentos sociais, que puderam favorecer a capacidade de reivindicação das classes populares”* (Sader, 1995:151).

No entanto, a ação desses movimentos organizados, enquanto formadora de uma direção política de classe e constitutiva de hegemonia, levou a burguesia a contrapor-se a esse processo (de fortalecimento das organizações das classes subalternas). Um dos meios utilizados pela burguesia para enfraquecer o processo, como analisou Elizabete Mota (1995:63), foi a construção de uma cultura da crise. Segundo esta autora,

“a construção de uma cultura da crise é coerente com a deflagração de uma ofensiva burguesa que parece vir tentando *funcionalizar* a luta dos trabalhadores pela socialização do poder político, como um processo que diz respeito, aos modos conjunturais e operacionais de enfrentamento da crise, servindo-se, para tanto, do grau de socialização da política, conquistado pelos trabalhadores ao longo dos anos 80”.

Tem concorrido para a eficácia desta investida da burguesia nacional, que historicamente se portou como “sócia menor e dependente da burguesia internacional”, na tentativa de se tornar classe hegemôni-

ca, os efeitos da chamada crise do socialismo real sobre os movimentos de cariz socialista, marxistas ou não. Afinal, a crise do chamado socialismo real, apesar de antes mesmo de sua eclosão ter sido apontada como irremediável pelos intelectuais marxistas, segundo J. Paulo Netto (1993:67)

“...colocou em questão o conjunto de proposições e de práticas que permitiu, até a década passada, indicar com alguma credibilidade que havia alternativas positivas à ordem do capital. A ausência desta indicação por . mínima que seja, constitui hoje um dado ponderabilíssimo no conjunto das lutas sociais em todos os quadrantes do mundo”.

Nesse amplo processo, que encerra, sobretudo, uma aguda crise no campo das esquerdas, o esforço dos intelectuais do CEAS é refletir sobre as mudanças que se vêm operando no mundo capitalista, sem perder de vista em suas análises a questão da centralidade da classe trabalhadora nas lutas encetadas pelos movimentos sociais populares.

Num artigo elaborado por um dos membros da redação da revista sobre a relação crise-assessoria aos movimentos sociais, a questão da centralidade das classes é colocada da seguinte forma:

“(...) Era tão mais claro quando o divisor de águas era a ditadura militar. Era tão mais fácil quando no mundo só se via a divisão de classes. Parecia tão mais seguro quando a ciência e o plano podiam resolver e incluir tudo. Nunca foi totalmente verdade. Mas como facilitava ou parecia facilitar a explicação das coisas. Identificamos uma preocupação com a falta de unidade ideológica ou programática, com a particularização das lutas sociais depois da quebra do que se supõe ser uma relativa unidade de consciência da classe trabalhadora. Registra-se o risco de, no esforço de responder a demandas muito distintas (gênero, etnias e raças, ecologia etc.), se marchar para as organizações plurifacéticas, sem eixo e rumos claros”. (CAD.CEAS nº 162 1996:80)

Nessa citação, percebemos uma ambigüidade entre a “constatação” de que o mundo não se divide apenas em classes e o temor de perder rumos na ação política ao responder às demandas postas por esses movimentos. Do nosso ponto de vista, tal ambigüidade é resultante de uma interpretação bastante difundida sobre a natureza desses movimentos sociais. Considerados como movimentos não necessariamente de classe ou aclassistas, devido ao fato de extrapolarem no tempo os limites da divisão da sociedade em classes sociais, são vistos como particularidades, cuja identidade é muitas vezes forjada a partir das subjetividades que os engendram, sem se considerarem as determinações objetivas.

O argumento é que a opressão de gênero, e as lutas entre raças e nações, por exemplo, são anteriores à constituição da sociedade capitalista, o que lhes retiraria o conteúdo de classe. Contudo, uma análise teórica rigorosa e a observação das formas empíricas que tomam esses movimentos, na contemporaneidade, conduzem ao entendimento de que, a despeito de terem vigido em formações sociais pretéritas, a forma e o conteúdo de suas interpelações são determinados pelo conjunto contraditório das relações e condições econômicas, políticas, sociais e culturais que os originam. Nesse sentido, esses movimentos representam a síntese dialética de elementos objetivos e subjetivos; portanto, não podem ser apreendidos como não classistas.

Nas entrevistas que realizamos com dirigentes da revista, essa questão (centralidade das classes) tem provocado tensões internamente, apesar de predominar uma orientação que procura afirmar a centralidade do trabalho. A tendência entre esses intelectuais é encontrar uma forma de

conjugar a perspectiva de classe com a diversidade dos movimentos sociais e suas demandas, incorporando outros elementos para a análise. Nesse sentido, ressaltamos dois depoimentos:

1. "Nós achamos que tanto naquele tempo como também hoje, os instrumentos de análises mais inspirados no Marx, a teoria do conflito, de movimentos sociais, de classes, é muito importante. No mundo todo tem surgido conflitos muitos sérios a partir do desemprego, isso nos países de primeiro mundo, imagina no Brasil, imagina do Nordeste? Então, é ainda um instrumento muito útil. **Agora nos cadernos, sobretudo, ultimamente, tem conjugado essa linha de análise da classes sociais com problemas de ecologia, da participação política nos espaços públicos já definidos pelas instituições que estão aí, partidos políticos, sindicatos etc., com problemas de gênero, de raça... então se tenta conjugar um pouco essas várias caras dos atores sociais das classes subalternas.** Falar nesses sujeitos significa falar das políticas públicas que podem favorecer esses sujeitos... as brigas dentro e fora do Estado e da sociedade civil para implementar essas políticas, para pressionar... é um pouco a linha de referência que acho que ainda exige uma grande influência tanto das linhas de libertação da igreja como das linhas de esquerda marxista." (Entrevistado B)

De acordo com o depoimento acima, a perspectiva desses intelectuais é não perder o enfoque dos movimentos sociais populares à luz da centralidade do trabalho. Porém, essa tentativa de superar a negação da centralidade do trabalho, de acordo com este segundo depoimento, não se faz sem tensões:

2. "Na década de 70 e até os anos 80, nós não questionávamos a centralidade do trabalho como eixo da sociabilidade. Um trabalhador fabril, um trabalhador do campo, um trabalhador enfim. Um conceito de explorado embassava a nossa prática, nós estávamos diante de explorados, quer sejam explorados do processo de trabalho quer sejam explorados indiretamente nestes trabalhos

periféricos nas periferias urbanas e rurais, pois de certo modo, o biscate é também uma forma de exploração. Isso nunca se questionou. **Por volta dos anos 80, a centralidade do trabalho começa a ser questionada, a medida em que emergem, os movimentos feministas, movimentos de gênero, movimentos gays e movimentos de negros. (...) e orientações de teóricos alemães, europeus que começam a questionar - de costas para o Estado - na crise dos movimentos sociais na Europa, além da emergência das Ong's, são elas, no fundo, que consolidam essa crítica à chamada centralidade do trabalho, na minha visão.** Pois bem, aqui dentro, o CEAS começa a sentir, você percebe isso na revista com o peso que a gente começa a conferir aos movimentos negros/étnicos, a abertura aos movimentos sexistas, o movimento de gênero etc. **A gente privilegia isso aí, e o trabalho vai deixando de ser centro, sem nenhuma teorização(...) o fato é que a emergência dos movimentos sociais cada vez mais caminha no sentido do esvaziamento de uma certa centralidade, ou do deslocamento da centralidade o que acarreta problemas sérios para quem desenvolve práticas.(...) nós estamos um pouco perdidos nisso. Se a gente retira a centralidade do trabalho, a gente precisa ter clareza para não perder eixos também, nós deslocamos um eixo e perdemos nosso eixo.”** (Entrevistado A)

Podemos dizer que, em função das incertezas que enfrentam os movimentos de esquerda, associadas às teses, no mínimo polêmicas, sobre o fim da sociedade do trabalho, é que se colocam, para esses intelectuais, as tensões e os desafios. Diante desses desafios, os intelectuais do CEAS indicam a *necessidade radical* de superar a fragmentação e articular um projeto de sociedade, a partir de uma visão de totalidade:

“Ter uma visão global dos homens e ver que a realidade é multifacetada não é o grande problema. O problema não é uma ação política multifacetada - é ser fragmentada. Quanto mais pluralidade, mais necessária é a articulação com um projeto global para a sociedade. [Portanto], faz-se necessário ter claros os objetivos. Articulando CEAS e movimentos sociais, pensando muito a partir da revista, sugerimos como objetivo, a apresen-

tação, avaliação, apoio aos movimentos sociais. Enfrentando limitações (cooptação, baixa representatividade, autoritarismo etc.) e investindo na democratização. Ajudando a definir propostas concretas para enfrentar problemas imediatos, mas procurando também mostrar a inserção de cada problema em quadros amplos e as limitações de cada luta específica.” (*CAD.CEAS* nº 162, 1996:82-83)

Importante é ressaltar que essas dificuldades enfrentadas por esses intelectuais, no sentido de fortalecer as organizações dos movimentos sociais populares, são decorrentes das mudanças na ordem do capital, conforme discutimos no capítulo I; mas, em grande medida, essas dificuldades são frutos da emergência da chamada “nova esquerda” nos anos 70 e da consolidação da derrota política em escala mundial da esquerda revolucionária nos anos 80.

De acordo com David Harvey (1994), a nova esquerda abraçou os novos movimentos sociais, sem se dar conta de que eram eles mesmos agentes da fragmentação da política da velha esquerda, a qual, no tratamento de questões de raça, de gênero, da diferença, das minorias reprimidas, dos povos colonizados, da ecologia etc. tinha uma perspectiva no mínimo passiva e às vezes reacionária, que justificava algum tipo de mudança política do tipo proposto pela nova esquerda. Porém, ao fazer esse movimento, a nova esquerda esboçou como tendência o abandono do proletariado como instrumento de mudança progressista como no materialismo histórico como método de análise. A consequência, ainda segundo Harvey (1994:320), é que...

“A nova esquerda perdeu sua capacidade de ter uma perspectiva crítica sobre si mesma e sobre os processos de transformação que estiveram na base da emergência

de modos pós-modernos de pensamento. Insistindo que eram a cultura e a política que importavam, e que não era razoável nem adequado invocar a determinação econômica mesmo que em última instância (para não falar de invocar teorias da circulação e da acumulação do capital ou de relações de classe necessárias na produção), ela foi incapaz de conter sua própria queda em posições ideológicas que eram fracas no confronto com a força recém-encontrada dos neo-conservadores, e que a forçavam a competir no mesmo terreno da produção de imagens, da estética e do poder ideológico quando os meios de comunicação estavam nas mãos de seus oponentes”.

Concordamos com essas análises de Harvey; contudo, registramos que as iniquitações e o debate que produzem os intelectuais do CEAS em torno da necessidade de construir um projeto de sociedade, visto numa perspectiva de totalidade, são indícios, mesmo que tímidos, da necessidade de se retomar uma perspectiva analítica e uma prática política que contemple uma crítica radical da sociedade. Afinal, é inconteste que o processo de reestruturação capitalista em curso tem caminhado na direção de uma nova barbárie e isso comprova o fracasso do capitalismo para resolver qualquer um dos problemas essenciais denunciados pelo marxismo. Frente a esta realidade, os intelectuais não podem acomodarse às novas fontes de poder, sob pena, como analisou um dos entrevistados, do esvaziamento de suas proposições:

“Esse pode ser um caminho para o esvaziamento nosso; por incrível que pareça, na minha visão, em termos de perspectiva, se a gente embarca nessa, isso pode nos esvaziar” (Entrevistado A)

Essas são as evidências mais fortes de uma tentativa de retomar, no campo intelectual, uma postura crítico-interpretativa da realidade, centrada na análise da relação capital-trabalho, o que pode vir a contri-

buir efetivamente para a prática política dos militantes dos movimentos sociais populares, no sentido da ampliação das bases desses movimentos e do fortalecimento de suas organizações.

3.4. Possibilidades e limites na construção da hegemonia das classes subalternas

Ao longo deste estudo, intentamos demonstrar a relação entre os intelectuais e os movimentos sociais populares, sob a ótica da construção da hegemonia das classes subalternas. Percorrido esse caminho, cabe-nos agora tecer algumas considerações sobre as formas pelas quais se configura essa relação e os desafios que a realidade coloca para ela.

Diante das transformações por que passa a ordem capitalista mundial e do predomínio da ideologia neoliberal, que (re)atualiza o mercado como um ente meta-histórico, portador de uma racionalidade e de uma subjetividade norteadoras das práticas sociais, políticas e culturais dos sujeitos sociais, a questão da possibilidade de construção da hegemonia das classes subalternas na atualidade necessita de ser colocada no centro do debate nas Ciências Sociais.

Os intelectuais, compreendidos como “mediadores de consenso”, produtores e divulgadores de ideologias, são agentes determinantes nesse processo de construção da hegemonia das classes subalternas. Por sua vez, os movimentos sociais populares são apreendidos como síntese

dialética de elementos objetivos e subjetivos, como “blocos históricos”. Nesse sentido, da configuração e da direção que assume a relação intelectuais-movimentos sociais populares, podemos inferir os limites e as possibilidades de construção da hegemonia das classes subalternas.

A relação entre esses intelectuais e os movimentos sociais populares começa a se delinear com a publicação da revista, a qual, representa, até os dias de hoje, uma das formas encontradas por esses intelectuais para viabilizar tal relação. Por isso, na análise sobre a origem e trajetória da revista *Cadernos do CEAS*, podemos perceber como essa publicação se transformou numa importante referência para os militantes dos movimentos sociais populares nos anos de ditadura militar. O objetivo dos intelectuais do CEAS foi transformar a revista num instrumento de resistência, de aglutinação e formação de intelectuais comprometidos com as classes subalternas, particularmente com os movimentos sociais populares, na perspectiva de transformação das relações sociais.

Nesse período, delineiam-se os princípios norteadores do discurso e da prática desses intelectuais. Fundamentados na teologia da libertação e no aporte das Ciências Sociais, especialmente no marxismo, esses intelectuais constituíram-se em orgânicos das classes subalternas, através da assessoria e da produção de conhecimentos sobre os movimentos sociais populares emergentes. Durante os anos de regime militar, *os Cadernos do CEAS* eram vistos como uma referência contra o regime e atraíram muitos intelectuais e militantes que não tinham espaço para divulgação de suas idéias, em função da repressão política. O intuito dos intelectuais do CEAS foi dar visibilidade aos movimentos sociais populares, divulgando,

refletindo suas lutas concretas e atuando como formadores de uma nova cultura. Com isso, eles definiam também a si próprios como intelectuais comprometidos, engajados ou simplesmente como militantes. O sentido do voluntarismo estava muito presente nesse período.

Nos anos de transição democrática, a emergência dos chamados “novos movimentos sociais”, associada à crise do Welfare State e à queda do bloco socialista, produziu fortes impactos entre esses intelectuais. O mais importante foi a perda da perspectiva revolucionária, presente até então, no seu discurso.

Nos anos 90, novos dilemas e desafios impõem-se com a *crise global* do capitalismo e o processo de reestruturação produtiva, que tem afetado profundamente o mundo do trabalho e tem feito retroceder direitos há muito conquistados pelas classes subalternas. Um dos efeitos desse processo é o aumento do grau de dificuldade das possibilidades de desenvolvimento de uma consciência de classe, fundada em um sentimento de pertencer a ela.

Eis os maiores desafios com que se defrontam os intelectuais do CEAS! A pluralidade dos movimentos sociais é, sem dúvida, uma das condições para que todos participem da construção de um projeto de sociedade que se contraponha à ordem atual. Contudo, no estágio atual de desenvolvimento da luta de classe, essa pluralidade tem se apresentado muito mais como “agente” da fragmentação e da dispersão dos movimentos populares. Na interpretação dos intelectuais do CEAS, concorre para essa situação a crise no mundo do trabalho, que tem suscitado teses sobre a perda

da centralidade do trabalho como elemento fundamental para a sociabilidade humana.

Na relação entre o Estado-governo e os movimentos sociais populares, esses intelectuais têm se negado à participação na implementação de políticas compensatórias, através da desmistificação do discurso *unificador* das alternativas para equacionar as questões sociais, que encerra o projeto hegemônico das classes dominantes. A perspectiva desses intelectuais é fortalecer a autonomia dos movimentos sociais populares e, para tal, reconhecem que o caminho da “institucionalização” dos movimentos, pode representar um entrave ao seu fortalecimento.

Uma das condições essenciais para o fortalecimento e ampliação desses movimentos, encontra-se na superação da crítica à centralidade do trabalho. Nesse sentido, os intelectuais do CEAS reconhecem que os impasses produzidos pelo colapso do chamado socialismo real, pela crise do Welfare State e pelas transformações no processo de reestruturação produtiva, dão urgência ao repensar na sua própria existência e no sentido de sua contribuição para os movimentos das classes subalternas.

A partir da análise desenvolvida, podemos concluir que para esses intelectuais, diante dos desafios postos pela dinâmica social, a estratégia é de resistência e de buscas de alternativas teórico-práticas à ordem do capital. Desse ponto de vista, destacamos a sua iniciativa de superar a negação à centralidade do trabalho, amplamente propalada nos meios intelectuais e nos meios de comunicação de massa.

É por esse caminho que se pode vislumbrar as possibilidades de construção da hegemonia das classes subalternas. Como afirma

Dias (1996:117), *“a questão da hegemonia significa, para as classes subalternas, o dever de resistir ao canto da sereia dos projetos das classes dominantes. Significa poder articular o conjunto da sociedade ao seu projeto. Ser agente do processo e não mero espectador passivo”*. Nesse processo, cabe aos intelectuais clarificar as alternativas, desmistificar o discurso dominante, homogeneizar o discurso fragmentário e errático das classes subalternas; enfim, criar as condições para uma **reforma intelectual e moral**.

Desse modo, podemos afirmar que a contribuição dos intelectuais do CEAS para a organização dos movimentos das classes subalternas, se verifica quando eles buscam se contrapor ao atual discurso hegemônico que postula a impossibilidade de alternativas à ordem do capital. Para esses intelectuais, uma das formas indefectíveis para construir um discurso que se contraponha ao discurso dominante, é *“difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializa-las’, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral”* (Gramsci, 1984:13).

Nesse sentido, a ação dos intelectuais do CEAS, nos anos 1990, caminha em direção aos movimentos sociais populares, considerando suas demandas específicas como uma ampliação das lutas sociais, mas, afirmando a importância de não perder de vista a centralidade de classe como um eixo fundamental para articular esses movimentos. Destarte, encontramos o modo como esses intelectuais se constituem, na atualidade, em intelectuais orgânicos das classes subalternas.

BIBLIOGRAFIA

1. OBRAS E ARTIGOS DE REVISTA

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1987

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental** São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** 2.ed. Campinas- SP: Cortez, 1995

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. 2ªed. São Paulo: CIA das Letras, 1994.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das classes subalternas: um desafio para o Serviço Social**. São Paulo: Cortez ; Maranhão: Editora da Universidade Federal do Maranhão, 1995

CARVALHO, Alba Mª Pinho de. O desafio contemporâneo de fazer ciência: caminhos/descaminhos da Razão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, v.16, nº 48, ago, 1995

CARVALHO, Joviniano Soares de Neto. Assessoria aos movimentos sociais - crise e alternativas. **Cadernos do CEAS**. Salvador, nº 162, mar/abr, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1990
_____. **Conformismo e resistência-** aspectos da cultura popular no Brasil - 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- CONSERVA, Eline de Lima et al. **Moradia e Saber**: a luta organizada em Bomba Grande. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1994
- COUTINHO, C. Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989
- ___ **Democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992
- ___ **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- ___ **Dualidade de poderes** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DIAS, Edmundo Fernandes (org) **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.
- ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983
- EVANGELISTA, João E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São paulo: Cortez, 1992.
- FERNANDES, Ana Elizabete Simões da Mota. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e assistência social brasileiras nos anos 80 e 90. São Paulo: Tese de Doutorado em Serviço Social, 1995
- FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995
- FIORI, José Luis. O capitalismo e suas vias de desenvolvimento. *Teoria e Debate*, nº 33, Ano 10, São Paulo, 1997
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1995.
- GADOTTI, Moacir & TORRES, C. Alberto (Orgs.) **Educação Popular**: Utopia Latinoamericana. São Paulo: Cortez, Ed. da Universidade de São Paulo, 1994

GRAMSCI, Antônio. **Obras escolhidas**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

___ **Concepção dialética da História** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984a

___ **Maquiavel, a política e o estado moderno** 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984

___ **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos estudos CEBRAP** nº18, setembro de 1987.

HAGUETTI, Terza M^a Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia** 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994

HELLER, Agnes. **Teorias de las necesidades en Marx** Barcelona: ediciones península, 1978.

IAMAMOTTO, Marilda Vilela. Assistente Social: profissional da coerção e do consenso? *In* _____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social** São Paulo: Cortez, 1992

___ **A formação profissional na contemporaneidade: dilemas e perspectivas**. João Pessoa: mimeo, 1994.

IANNI, Otávio. **A sociedade global**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais urbanos no Brasil**. Boletim informativo e bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro- ANPOCS, vol 9, 1980.

___ **Movimentos sociais e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1989.

JOLL, James. **As idéias de Gramsci**. São Paulo: Cultrix, 1977

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995

LÖWY, Michael. **Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários**. Coleção História e política São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, v.13, 1979.

___ **Marxismo e Teologia da libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

___ **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 5 ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986

MARX, Karl. **Os Pensadores** (Col.) São Paulo: Abril Cultural, 1978

___ **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MOISÉS, José Álvaro. **Contradições Urbanas e Movimentos sociais** Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1977.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993

___ **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994

- OLIVEIRA, Francisco de. **O elo Perdido: classe e identidade de classe.** São Paulo: Brasiliense, 1987
- OLIVEIRA, Nelson. Rasgando o véu da hipocrisia. **Cadernos do CEAS**, Salvador, nº 162, mar/abr, 1996
- ONG's e poder local. **ETAPAS**, Recife, 1993.
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1994
- PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil - entre o povo e a nação-** São Paulo: Ática, 1990
- PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem** São Paulo: Scritta, 1995
- POLETO, Ivo. Emprego e vida. **Cadernos do CEAS**. Salvador, nº 165, set/out, 1996.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. **Los usos de Gramsci.** México: Fólíos ediciones, 1987.
- RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros: 1. Teoria do Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983
- SADER, Eder. **Quandos novos personagens entraram em cena** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda e (direita) no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura.** São Paulo: Nova cultural/Brasiliense, 1986.
- SARTRE, Jean Paul. **Em defesa dos Intelectuais.** São Paulo: Ática, 1994.
- SECCO, Lincoln. A crise da sociedade do trabalho **Revista Praxis** Belo Horizonte: Projeto, Nº 03, mar, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995

SOUZA, João Francisco de. **Movimentos Sociais Populares**. México: mimeo, 1991.

_____. Educação e Movimentos sociais. **IV Seminário Internacional: Universidade e Educação popular**. João Pessoa, Ed.Universitária/UFPB, 1995

TEIXEIRA, Francisco J. Soares. **O capital e suas formas de produção de mercadorias, enquanto momentos atualizadores de O capital**. Fortaleza: mimeo, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro. A modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? **Crítica Marxista** vol.1 nº1 São Paulo: Brasiliense, 1994.

TONET, Ivo. O pluralismo metodológico: um falso caminho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, v.16, nº 48 ago. 1995

VIGEVANI, Túlio (Org). **Liberalismo e Socialismo**. São Paulo; Unesp, 1995.

WARREN, Ilse-Scherer (Org.) **Uma revolução no cotidiano?** São Paulo: Brasiliense, 1987

_____. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica** 3.ed. Florianópolis: ed. da UFSC, 1989

2. FONTES DE PESQUISA

CADERNOS DO CEAS - Editorial - **Cadernos do CEAS: 50 números pela participação popular.** jul/ago, nº 50, 1977

___ **Dez anos.** mar/abr, nº 84, 1983

___ **Caminhando na crise e para fora dela.** nov/dez, nº 94, 1984

___ **Comemorando 15 anos.** jan/fev, nº95, 1985

___ **Às vésperas de um novo governo.** jul/ago, nº 98, 1985

___ **As greves e a nova República.** nov/dez, nº 106, 1986

___ **Muda Bahia, muda Brasil: mudar pra onde?.** mai/jun, nº 109, 1987

___ **Que democracia é esta?.** set/out, nº 111, 1987

___ **Segurança de quem?.** jan/fev, nº 113, 1988

___ **Em tempos de eleições municipais.** mar/abr, nº 114, 1988

___ **O espaço da cor.** mai/jun, nº 115, 1988

___ **“Mas sei que uma dor assim pungente não de ser inultilmente”.**
set/out, nº 117, 1988

___ **Eu não tenho onde morar é por isso que eu moro na areia.**
mar/abr, nº 120, 1989

___ **A direita está eleita e agora?** jan/fev, nº 125, 1990

CADERNOS DO CEAS - Editorial - **Chico Mendes... e os outros chicanos?** mar/abr, nº 126, 1990

- ____ **O processo político no leste europeu.** mai/jun, nº 127, 1990
- ____ **Que democraia?.** jul/ago, nº 128, 1990
- ____ **50 anos de salário mínimo.** set/out, nº 129, 1990
- ____ **O circuito social da violência.** nov/dez, nº 130, 1990
- ____ **Questão social, governo e assessoria ao movimento popular.** jan/fev, nº 131, 1991
- ____ **Utopias restritas para os anos 90.** mar/abr, nº 132, 1991
- ____ **Articulação como?** mai/jun, nº 133, 1991
- ____ **1991: O papa no Brasil.** jul/ago, nº 134, 1991
- ____ **A segunda guerra do fogo.** set/out, nº 135, 1991
- ____ **Poder municipal e moralidade pública.** nov/dez, nº 136, 1991
- ____ **Democracia prometida e democracia real.** jan/fev, nº 137, 1992
- ____ **O abandono de crianças no Brasil.** mai/jun, nº 139, 1992
- ____ **Educação em drama.** jul/ago, nº 140, 1992
- ____ **Eleições a partir dos municípios.** set/out, nº 142, 1992
- ____ **Violência em tempos de democracia.** jan/fev, nº 143, 1993

CADERNOS DO CEAS - Editorial - **São domingos: um chave de leitura.** mar/abr, nº 144, 1993

___ **A oposição e o jogo institucional.** mai/jun, nº 145, 1993

___ **América Latina na encruzilhada.** jul/ago, nº 146, 1993

___ **Enfrentando a revisão constitucional.** set/out, nº 147, 1993

___ **Ética na conjuntura.** nov/dez, nº 148, 1993

___ **Quando a(não) sorte não é grande.** jan/fev, nº 149, 1994

___ **Os olhos e os pés.** mar/abr, nº 150, 1994

___ **O povo e o público.** mai/jun, nº 151, 1994

___ **Riscos à democracia.** jul/ago, nº 152, 1994

___ **Participação eleitoral.** set/out, nº 153, 1994

___ **Ética e escrúpulos.** nov/dez, nº 154, 1994

___ **Paz para Quem?.** jan/fev, nº 155, 1995

___ **Aos nossos leitores, ao Senhor Presidente.** mar/abr, nº 156, 1995

___ **O Real por traz do R\$eal.** mai/jun, nº 157, 1995

___ **Questão agrária: uma pauta antiga e atual.** jan/fev, nº 161, 1996

___ **Farahimará.** mar/abr, nº 162, 1996

___ **Ética e privilégios.** mai/jun, nº 163, 1996

CADERNOS DO CEAS - Editorial - **Os cinco Cês.** jul/ago, nº 164, 1996

___ **Os municípios, as eleições e o poder local.** set/out, nº 165, 1996

___ **(Re)progresso.** nov/dez, nº 166, 1996

ANEXO

- ONG's SEGUNDO O ANO DE FUNDAÇÃO/ ATIVIDADES/ ÂMBITO DE ATUAÇÃO/ TIPO DE PUBLICAÇÃO

	ANO 1961 - 1969		
ONG	ATIVIDADES	ATUAÇÃO	PUBLICAÇÃO
ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária	Informação e Assessoria na questão da Reforma Agrária	NACIONAL	Revista Reforma Agrária (Bimestral)
CNDDA - Campanha Nacional de defesa da Amazônia	Estudos, informações e organização de campanhas em defesa da região Amazônica	e Regional (AM)	Revista: A Amazônia brasileira em foco (Bianual)
CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	Pesquisa, estudos e assessoria técnica no campo das Ciências Sociais	NACIONAL	Revista: Novos Estudos Cebrap (trimestral)
CPV - Centro de Documentação e Pesquisa	Documentação e assessoria	NACIONAL	Boletim; Quinzenal E agora?
CEAS (BA)-Centro de Estudos e Ação Social	Análise da Realidade brasileira; educação popular e p/ a Cidadania	NACIONAL	Cadernos do CEAS (Bimestral)
CIAS/IBRADE-Centro João XXIII de Investigação e Ação Social	Assessoria, pesquisa formação e produção de conhecimento	NACIONAL	Cadernos de atualidade e debates (ligado a Igreja)
FASE- Federação de Órgãos p/ assistência Social e Educacional	Atua com diversos programas - urbano e rural. Produção de Renda	NACIONAL	Revista Proposta
FIDENE - Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Estado (RS)	Ensino, assessoria aos Movimentos Sociais, pequenos empresários e prefeituras, educação popular	REGIONAL (47 municípios- RS)	Revista Contexto e Educação (trimestral)
MOC - Movimento de Organização Comunitária	Educação para a cidadania e assessoria a comunidades e grupos populares	REGIONAL (14 municípios -BA)	Publica manuais e cartilhas
SOF - Sempre Viva Organização Feminina - Serviço de orientação à Família	Educação p/ a Cidadania. Cursos e elaboração de materiais pedagógicos	NACIONAL	Boletim Mulher e Saúde; Série Cadernos

FONTE: QUADRO ELABORADO A PARTIR DOS DADOS DA PESQUISA: ONG's: UM PERFIL - ABONG/ISER